Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, quarta-feira, 1º de abril de 2020 | Nº 24.636 | Preço banca: R$ 3,50

Informalidade cai, mas atinge 38 milhões de trabalhadores

A taxa de informalidade no mercado de trabalho caiu de 41,1% no trimestre móvel encerrado em novembro de 2019 para 40,6% no trimestre encerrado em fevereiro, somando 38 milhões de trabalhadores informais. No trimestre encerrado em fevereiro do ano passado, a taxa estava em 40,7%. O recorde da taxa de informalidade foi alcançado em agosto de 2019, com 41,4% da população ocupada nesta situação.

Os dados foram divulgados na terça-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A taxa de desocupação ficou em 11,6%, com 12,3 milhões de desempregados no Brasil. Página 3

Liberação de renda básica depende de trâmites jurídicos e de PEC

Página 16

Toffoli suspende pagamento de auxílio extra para juízes do Ceará

Página 4

Ibovespa caminha para pior mês desde 1998

Página 3

Sabesp amplia ação para bairros de SP e vai distribuir 2.400 caixas-d'água

Página 2

SP têm mais de 600 profissionais de saúde afastados devido ao covid-19

Os sistemas de saúde público e particular do estado de São Paulo tiveram de afastar, desde fevereiro, mais de 600 profissionais devido à suspeita ou a confirmação da infecção por coronavírus nos funcionários.

O número de trabalhadores da área da saúde que precisarão ser removidos deve aumentar nos próximos dias. A Justiça paulista autorizou que funcionários do setor, que se enquadrem no quadro de risco para coronavírus, fiquem afastados dos hospitais. Página 16

Bolsonaro suspende aumento de preços de medicamentos

Em publicação na tarde de terça-feira (31) no Twitter, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a suspensão do reajuste de preço de todos os medicamentos por 60 dias. A medida foi tomada em decorrência da crise causada pela expansão dos casos de coronavírus (covid-19) no Brasil.

O balanço divulgado pelo governo federal mostra que o país tem 5.717 casos confirmados da doença

O presidente destacou que a medida foi tomada "em comum acordo com a indústria farmacêutica" . (Agencia Brasil)

País tem 201 óbitos por covid-19 e 5.717 casos confirmados

Foto/Marcelo Gomes Jr/ABR

O número de mortes em razão do novo coronavírus chegou a 201, na terça-feira (31), conforme nova atualização divulgada pelo Ministério da Saúde. O resultado marca um aumento de 26% em relação a segunda-feira (30), quando foram registrados 159 óbitos.

As mortes ocorreram em São Paulo (136), Rio de Janeiro (23), Ceará (sete), Pernambuco (seis), Piauí (quatro), Rio Grande do Sul (quatro), Paraná (três), Amazonas (três), Distrito Federal (três), Minas Gerais (duas), Bahia (duas), Santa Catarina (duas), Alagoas (uma), Maranhão (uma), Goiás (uma), Rondônia (uma) e Rio Grande do Norte (uma). Página 4

Bolsas europeias avançam no dia, mas têm pior trimestre em 18 anos

Os mercados acionários da Europa encerraram em alta na terça-feira, registrando o seu pior trimestre em quase 18 anos após uma brutal liquidação na esteira do surto do coronavírus.

O índice pan-europeu STOXX 600 fechou em alta de 1,7% no dia, tendo anteriormente adentrado em território negativo antes de se estabelecer abaixo das máximas intradiárias. Os mercados encontraram sustentação na queda em novos casos na Itália, o país mais atingido da Europa. Já no trimestre, o STOXX 600 perdeu 23%, ou 2,8 trilhões de dólares. Página 3

Plano do G20 contra vírus vai mirar problemas de países mais pobres

Um plano de ação do Grupo das 20 principais economias para combater a pandemia de coronavírus considerará o risco de vulnerabilidades da dívida em países de baixa renda e fornecerá ajuda financeira a países emergentes, informou um comunicado conjunto na terça-feira. Em uma videoconferência, os ministros de Finanças e os banqueiros centrais do G20 discutiram papéis do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial na oferta de recursos e na exploração de medidas para aliviar a falta de liquidez nos mercados emergentes, onde as economias, como em outros lugares, estão precisando aumentar gastos por causa do efeito de o vírus. Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

29º C
17º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,19
Venda: 5,19

Turismo
Compra: 5,16
Venda: 5,47

EURO
Compra: 5,74
Venda: 5,74

Esporte

Guidão de Ouro: votação pública elege Eric Granado como melhor piloto de 2019

O piloto Eric Granado foi o vencedor do "Guidão de Ouro", premiação que utiliza voto popular para a escolha dos melhores competidores da temporada. O tricampeão brasileiro de Superbike e representante do país no Mundial de Moto-E foi apontado pelos fãs do esporte como o melhor piloto na categoria Motovelocidade em 2019, conforme anúncio do site da revista Motoaction, que realiza o pleito desde 2005. A versão impressa da publicação chega às bancas e aos assinantes a partir do próximo dia cinco de abril.

Este é o terceiro "Guidão de Ouro" consecutivo conquistado por Granado, que também foi apontado pelo público como melhor piloto de motociclismo do País nos pleitos relativos a 2017 e 2018. "Gostaria de agradecer muito a todos que fizeram parte desse prêmio, e também à revista Motoaction. Me sinto privilegiado de ser referência aqui no Brasil, como melhor piloto brasileiro pela votação do público. Isso não seria possível sem o apoio de todo o meu staff, tanto da equipe Honda aqui no Brasil quanto da equipe Avintia no Mundial", resumiu Granado.

"O ano de 2019 foi incrível. Venci novamente o Superbike e também fechei o ano com chave de ouro no Mundial. Este ano estou como um dos favoritos no Mundial, algo inédito para o nosso país. Então estou muito contente e esse prêmio me dá mais ânimo ainda pra continuar me dedicando e representando o Brasil e meus patrocinadores da melhor forma. Obrigado a todos!", disse Granado, que venceu as duas últimas etapas do Mundial e com isso terminou a temporada de 2019 em alta.

Reconhecimento – Esta é a 14ª premiação de Eric Granado de melhor piloto em temporada. A primeira foi em 2006, ainda aos sete anos de idade, quando foi escolhido "Destaque Internacional" e também "Piloto Revelação" no prêmio "Moto de Ouro" da revista Motociclismo. Granado seria apontado como o melhor piloto brasileiro no cenário internacional daquela eleição também em 2008, 2009, 2010, 2011, 2015 e 2017. Em 2018 e 2019, Eric venceu o "Capacete de Ouro" da revista Racing, no qual a imprensa especializada elege os melhores pilotos no país.

Foto/MotoGP

O *brasileiro dominou os testes da Moto-E no início de março*

Atualmente com 21 anos de idade, Eric Granado segue como principal nome brasileiro no exterior. No mês de março, ele participou dos três dias de testes oficiais do Mundial de Moto-E na pista espanhola de Jerez de la Frontera. O piloto da equipe Avintia Racing apresentou uma performance dominante, sendo o mais rápido nos dois primeiros dias e segundo colocado no último, em um desempenho prejudicado por problemas na parte traseira da moto.

No Campeonato Brasileiro de Superbike, Eric Granado tem patrocínio de Honda, Oakley, Shark CrossFox e Thinkers, com apoio de Alpinestars, Orbea, Marazul, Edge e Frota. No Mundial de Moto-E o brasileiro conta com patrocínio de Oakley, Shark, Alpinestars e Thinkers, além do apoio de Orbea, Marazul, Edge e Frota.

Marcelo Melo aprova definição dos Jogos de Tóquio para julho de 2021

Primeiro foi o anúncio do adiamento para 2021. Agora, a definição da nova data. Os Jogos Olímpicos de Tóquio/2020 serão disputados entre os dias 23 de julho e 8 de agosto do próximo ano. Para os atletas, um tempo maior de preparação em meio a toda a indefinição provocada pela pandemia de COVID-19. O mineiro Marcelo Melo está na Flórida (EUA), mantendo os treinos físicos e em quadra na Saddlebrook Tennis Academy, em Tampa, durante a paralisação do circuito por causa do novo coronavírus, e voltou a comentar o apoio à decisão sobre a Olimpíada, desta vez com a confirmação do início no verão de 2021 no Japão.

"Até lá esperamos que esteja tudo resolvido e, assim, com certeza, será mais tranquilo para todo mundo. Os atletas terão mais tempo de preparação. Para mim também, vai melhorar, embora vinha jogando bem, tanto eu como o Bruno (Soares)", afirma Marcelo, patrocinado por Centauro, BMG, Itambé e Taroii, com apoio de Asics, Orfeu Cafés Especiais, Volvo, VOSS e Confederação Brasileira de Tênis.

"Como eu havia falado quanto ao adiamento, é uma decisão acertada, tanto para nós atletas, como para as pessoas que vão assistir, já que vivemos um momento de muita incerteza. Temos de olhar pelo lado da saúde agora, tomando muito cuidado, respeitando as orientações", completa Melo, que vem treinando com o amigo Alexander "Sascha" Zverev.

A previsão de retorno do circuito é para o dia 8 de junho. Os pontos dos rankings estão congelados. Marcelo e seu parceiro, o polonês Lukasz Kubot, ocupam a sexta colocação na Corrida para Londres, com 815 pontos. No ranking mundial individual de duplas, Melo e Kubot aparecem empatados em quinto lugar, com 5.140 pontos.

Governo do Estado vai repassar R$ 100 milhões a 377 Santas Casas

Governador João Doria anunciou a liberação de R$ 100 milhões para 377 Santas Casas e hospitais filantrópicos ou municipais de pequeno porte ao longo dos próximos quatro meses. A meta é ampliar a capacidade de atendimento na rede de saúde e evitar que o sistema seja pressionado pelo aumento no número de pacientes infectados pelo novo coronavírus, causador da doença COVID-19.

"O valor mensal é de R$ 25 milhões para que hospitais e Santas Casas possam ter reforço no custeio para atendimento a seus pacientes. O objetivo é que esses hospitais aumentem a capacidade e desafoguem os demais, sobretudo no atendimento de média e alta complexidade que possam receber doentes e infectados com coronavírus", afirmou o Governador na terça-feira (31).

Os repasses emergenciais começam em abril e serão feitos até julho. Com o apoio às Santas Casas, outros 126 hospitais públicos de maior complexidade poderão liberar leitos, especialmente de terapia intensiva, para atender casos da COVID-19. A iniciativa prevê mais vagas disponíveis para pacientes com sintomas do coronavírus em serviços de maior porte.

Procedimentos

Será pago ao hospital receptor um incentivo extra de R$ 800 fixos por paciente/período, acrescido de R$ 500 de transporte. O incentivo do Estado por paciente é acima da maior parte dos procedimentos de clínica médica pagos pela tabela SUS do Governo Federal e poderá beneficiar até 377 unidades de menor complexidade.

A Central de Regulação de Vagas será responsável por intermediar as transferências, identificando leitos disponíveis nas unidades e encaminhando os pacientes de acordo com as necessidades diagnósticas e os recursos clínicos disponíveis, buscando sempre os locais mais próximos de cada paciente.

A expectativa é que, mensalmente, 18 mil pacientes extras com COVID-19 possam ser absorvidos nos hospitais de alta e média complexidade. A medida vai ser aplicada em todas as regiões do Estado.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, CESAR NETO tem sua coluna (diária) de política publicada na imprensa de São Paulo (Brasil) desde 1993. Tornou-se referência também na INTERNET, pelo site www.cesarneto.com e no TWITTER, pela conta @CesarNetoReal ... EMAIL cesar@cesarneto.com

.

CÂMARA (SP)

Os vereadores da cidade de São Paulo nunca mais serão o que foram até a chegada do corona vírus (Covid 19) à maior cidade do Brasil e uma das maiores do mundo. Até que passem os pesadelos, as lideranças partidárias e plenário real já tão atingidos pelo 'VAR' vírus da política

.

PREFEITURA (SP)

Tá causando grande preocupação a guerra jurídica na qual se transformou Prevent Senior (plano de saúde que privilegia idosos acima dos 60 anos de idade) versus Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, que foi pra cima do hospital Sancta Maggiori (mortes por Covid 19)

.

ASSEMBLEIA (SP)

Os deputados estaduais nunca mais serão o que foram até a chegada do corona vírus (Covid 19) ao maior Estado brasileiro e um dos maiores do mundo. Aé que passem os pesadelos, as lideranças partidárias e o plenário real já tão atingidos pelo 'VAR' vírus da política regional

.

GOVERNO (SP)

Nunca foi tão fácil pra um candidato à Presidência da República (embora 2022 esteja bem longe) pautar a imprensa com o roteiro determinado pelo atual Presidente Jair Bolsonaro. É quase um roteiro das séries tipo Netflix. Doria tem a seu favor o tempo que não teve na prefeitura paulistana

.

CONGRESSO (BR)

Os parlamentaristas, como no caso o deputado-presidente da Câmara Federal Rodrigo Maia (DEM ex-PFL), seguem jogando o jogo no qual o ex-deputado federal Bolsonaro não tem como se livrar, uma vez que o Brasil é refém de uma Constituição feita pra possíveis cassações

.

PRESIDÊNCIA (BR)

O período pelo qual o mundo tá passando é tão surreal, que nem as guerras tradicionais provocaram tanta controvérsia sobre qual será o futuro das atuais emergências globais. A figura polêmica de Jair Bolsonaro tá expondo todos os vírus que infectam uma república que é dominada por castas

.

PARTIDOS

PT (ainda do Lulismo), PDT (ex-Brizolista agora do Ciro), PC do B (escondendo o nome 'comunista'), PSB (ainda da família Arraes) , PSOL (do 'professor' Boulos), mais REDE (da ex-Lulista Marina) assinaram recibo de que podem ser 'puxadinho dos grandes do centrão' pra afastar o Presidente Bolsonaro

.

JUSTIÇAS (BR)

Marco Aurélio Mello, primo do ex-Presidente Collor, encaminhou à Procuradoria Geral da República pedido de afastamento via 'noticia crime' da parte de um parlamentar (PT Lulista), pra Bolsonaro ser afastado e processado por jogar no time do 'Covid 19'. Não rolou. Falta coragem pra pedir Impedimento

.

HISTÓRIAS (BR)

Em 1º abril 1964 em vez de mais um dia da mentira, rolou o dia em que o Brasil não precisou recorrer a uma guerra civil em todo o território nacional (a Constitucionalista de São Paulo foi em 1932). As Forças Armadas, encabeçadas pelo Exército, tomaram o Poder apoiados pela chamada grande imprensa.

Email:**cesar@cesarneto.com**

SP usa teleconsultoria para levar protocolo do HC a hospitais com casos de coronavírus

O Governador João Doria anunciou na terça-feira (31) que um projeto pioneiro de teleconsultoria desenvolvido pelo Incor, com apoio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTIC) e InovaIncor, será usado no tratamento de pacientes com doenças respiratórias graves decorrentes do novo coronavírus na rede de hospitais públicos da Secretaria de Estado da Saúde.

"O sistema já está à disposição, com protocolo de tratamento de pacientes com coronavírus para mais de 100 hospitais públicos da Secretaria de Estado da Saúde. Esse projeto vai permitir a discussão de casos em tempo real e a agilização de procedimentos. A agilidade na defesa da vida pode muitas vezes significar a diferença entre viver e não viver", disse Doria.

Por meio dele, os especialistas do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP), liderados pela equipe de Pneumologia do Incor, poderão discutir casos em tempo real com outros hospitais da rede e promover a capacitação de profissionais de saúde.

A fase 1 começou na última quinta-feira (26), com o Conjunto Hospitalar do Mandaqui, e a expansão ocorrerá mediante demanda da rede hospitalar da Secretaria. Também estará à disposição do Ministério da Saúde para expansão a serviços em todo o Brasil, em parceria, por exemplo, com a rede de hospitais universitários.

O protocolo foi desenvolvido com base nas melhores práticas nacionais e internacionais, discutido e validado pelo Centro de Contingência do coronavírus. Com sua disseminação e acompanhamento especializado, será possível melhorar a assistência aos pacientes graves com COVID-19.

"Poderemos salvar mais vidas e temos inclusive a expectativa de reduzir o tempo de internação dos pacientes", afirmou o Secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann. "O mesmo leito poderá ser utilizado mais vezes, permitindo o atendimento a um maior número de pacientes", complementou o professor titular de Pneumologia da FMUSP, Carlos Carvalho.

Uma equipe estará em conexão por videoconferência com outros médicos de hospitais da rede, analisando os casos mais complexos, discutindo e sugerindo alternativas para as melhores decisões, obtendo a melhor qualidade possível para os casos que exigem ventilação mecânica (suporte respiratório).

Cada posto do setor de teleconsultoria é capaz de discutir até 80 casos clínicos de pacientes respiratórios graves por dia e até dez postos poderão ser ativados, se preciso. A infraestrutura é nacional, voltada especificamente para a área da saúde, e foi providenciada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (RNP/MCTIC).

Além da teleconsultoria, a equipe do HC preparou videoaulas com orientações para os profissionais de saúde que abordam desde o uso de equipamentos de proteção, como máscaras, luvas e aventais, até os métodos mais complexos de segurança e assistência ao paciente, principalmente relacionados à ventilação mecânica para os casos graves.

Anunciada distribuição de 140 mil kits de alimentação para caminhoneiros

O Governador João Doria anunciou na terça-feira (31) a distribuição de 140 mil kits de alimentação para caminhoneiros que circulam em 19 das principais rodovias do Estado.

A ação, promovida pela Secretaria de Logística e Transportes e pela Artesp, com apoio de empresas concessionárias, vai se estender até o dia 30 de julho e faz parte das medidas implementadas pelo Governo de São Paulo no enfrentamento à crise provocada pela pandemia do coronavírus.

"São Paulo tem 19 das 20 melhores rodovias do país e elas contarão com a distribuição de kits de alimentação exclusivos para motoristas de caminhões. Essa é uma medida de incentivo e respeito aos caminhoneiros que estão ajudando a manter viva a atividade de abastecimento de alimentos, remédios e outros itens, à população do Estado de São Paulo e de outros Estados, considerando que São Paulo representa 40% da economia do país", afirmou Doria.

Os caminhoneiros podem receber marmitex com refeição completa, embalagens com lanches ou vales refeição. Os pontos de distribuição variam de acordo com cada rodovia, podendo funcionar em praças de pedágio, postos de pesagem ou postos de combustível.

A distribuição dos kits já está em andamento e ficará a cargo de 17 empresas concessionárias. A ação vem sendo realizada em grandes rodovias como Rodoanel, Bandeirantes, Anhanguera, Castello Branco, Raposo Tavares, Anchieta, Imigrantes, Ayrton Senna/Carvalho Pinto, entre outras.

Os caminhoneiros podem consultar os locais de distribuição dos kits no site www.abastecimentoseguro.sp.gov.br. A página, lançada na última semana pelo Governo do Estado, contém uma série de informações essenciais para orientar os caminhoneiros durante o período de pandemia do coronavírus.

Além dos pontos de distribuição dos kits de alimentação, o site ainda disponibiliza, por exemplo, informações sobre a situação dos postos de abastecimento e locais com restrição de circulação dos veículos ou bloqueios municipais.

"O trabalho dos caminhoneiros é fundamental para o bem-estar da população, principalmente neste difícil período de quarentena. Por isso, o Governo do Estado tem adotado uma série de medidas para dar apoio e auxiliar o dia a dia desses profissionais, garantindo a eles inclusive toda a segurança necessária para que possam desenvolver bem a sua rotina", disse o Secretário Estadual de Logística e Transportes, João Octaviano Machado Neto.

Policiais militares de São Paulo já podem se vacinar contra influenza

Desde a última segunda-feira (30), todos os policiais militares de São Paulo já podem se vacinar contra a gripe. A imunização dos agentes do sistema de Segurança Pública do Estado estava prevista para começar em 16 de abril, mas foi antecipada por recomendação do Centro de Contingência do Coronavírus do Estado.

"Por recomendação do Centro de Contingência do Coronavírus, antecipamos a vacinação destes profissionais. Uma decisão amparada em medidas fundamentadas, assim como todas as iniciativas do Estado, com o objetivo de proteger a saúde e proteger vidas", afirmou o Governador João Doria, na quarta-feira (25), ao anunciar a antecipação.

Todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) estão atendendo mediante apresentação da identidade funcional do militar. "O policial precisa estar em dia com a sua saúde. Participarmos dessa campanha, que foi adiantada para nós, é essencial para nos fortalecer e não nos deixar adoecer nesse momento de crise, onde a população precisa de nós [PMs] na linha de frente", diz o cabo Marcos Silva Martins Junior, que será beneficiado com a dose.

Na capital, uma parceria entre a Polícia Militar, a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e a Secretaria de Estado da Saúde, que forneceu as doses para a vacinação, possibilitará atendimento em postos móveis instalados em unidades da PM entre os dias 31 de março e 2 de abril, entre 8h e 16h.

Ao todo, são cinco postos de vacinação para imunização dos PMs – Quartel do Comando Geral (QG) da Polícia Militar, sede da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), Escola de Educação Física da Polícia Militar (EEFPM), Escola Superior de Soldados (ESSd) e o Presídio Romão Gomes.

Sabesp amplia ação para bairros de SP e vai distribuir 2.400 caixas-d'água

A Sabesp ampliou a distribuição de caixas-d'água para mais bairros de São Paulo, além de Paraisópolis, e deu início na última sexta-feira (27) à entrega dos reservatórios. Desde então, já foram distribuídas 487 caixas para Paraisópolis, Jd. Monte Azul e Jd. Grajaú (zona sul). As regiões norte e leste da capital também foram beneficiadas, com entregas na Freguesia do Ó, Pirituba e São Mateus.

As doações continuam nesta semana e têm como objetivo prevenir que as pessoas fiquem sem água em momentos nos quais sejam necessários reparos emergenciais ou manutenções preventivas na rede de abastecimento.

Ao todo, 2.400 caixas-d'água – o dobro do inicialmente previsto – estão sendo doadas à Sabesp pelas empresas Tigre e Wavin no Brasil, detentora da marca Amanco Wavin, e começaram a chegar na última sexta-feira (27) à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Ao longo da semana passada, a Sabesp fez o trabalho de mapeamento dos imóveis que precisam do reservatório interno e organizou a logística de recebimento das caixas e distribuição à população. Com o dobro de caixas disponíveis, a companhia passou a mapear outras regiões em que moradores estejam sem reservação interna.

A ação ocorre para reduzir o impacto da pandemia da COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus) na rotina dos cidadãos e teve início em Paraisópolis em razão de sua característica topográfica. Trata-se de um bairro altamente adensado com partes altas, onde a água pode demorar mais tempo a chegar até os imóveis. Paraisópolis é a segunda maior comunidade de São Paulo, com 100 mil moradores.

A distribuição de caixas-d'água é uma medida que já foi adotada anteriormente pela Sabesp para ajudar moradores a se adaptarem à regra da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), segundo a qual os domicílios devem ter caixa-d'água que seja capaz de suprir o abastecimento dos moradores por ao menos 24 horas.

Jornal **O DIA** S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Informalidade cai, mas atinge 38 milhões de trabalhadores

A taxa de informalidade no mercado de trabalho caiu de 41,1% no trimestre móvel encerrado em novembro de 2019 para 40,6% no trimestre encerrado em fevereiro, somando 38 milhões de trabalhadores informais. No trimestre encerrado em fevereiro do ano passado, a taxa estava em 40,7%. O recorde da taxa de informalidade foi alcançado em agosto de 2019, com 41,4% da população ocupada nesta situação.

Os dados foram divulgados na terça-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A taxa de desocupação ficou em 11,6%, com 12,3 milhões de desempregados no Brasil.

A informalidade inclui trabalhadores sem carteira assinada, que somam 11,6 milhões, trabalhadores domésticos sem carteira, num total de 4,5 milhões, empregadores sem CNPJ (810 mil), por conta própria sem CNPJ (24,5 milhões) e trabalhadores familiares auxiliares (1,97 milhão).

Segundo a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, a queda se concentra na redução do número de trabalhadores por conta própria sem CNPJ (-2,1%) e nos empregados sem carteira no setor privado (-1,4%), refletindo a influência do mês de dezembro, quando houve aumento nas contratações com carteira de trabalho.

Renda

Adriana diz que a queda na informalidade influenciou também o aumento de 1,8% no rendimento na comparação trimestral. A média subiu para R$ 2.375.

"Na medida em que se tem um contingente menor de trabalhadores na informalidade, permanecem no mercado pessoas em atividades mais formalizadas e com melhores remunerações, em setores como a indústria e alguns segmentos do comércio. Não vimos isso nas últimas PNADs, até porque a informalidade estava em trajetória de crescimento".

A massa de rendimento real habitual somou R$ 217,6 bilhões, estável em relação ao trimestre encerrado em novembro e crescimento de 6,2% na comparação com o mesmo trimestre de 2019.

Dados gerais

A População em Idade de Trabalhar, com 14 anos ou mais, soma 172 milhões de pessoas e 106,1 milhões compõem a Força de Trabalho. Desse total, 93,7 milhões estão ocupadas e 12,3 milhões desocupadas. O nível de ocupação ficou em 54,5% no trimestre encerrado em fevereiro.

O total de pessoas fora da força de trabalho ficou em 65,9 milhões no trimestre encerrado em fevereiro, um recorde na série histórica da pesquisa, iniciada no primeiro trimestre de 2012. O grupo se caracteriza por pessoas que não procuram trabalho, mas também não se enquadram no desalento, que são aquelas que desistiram de procurar emprego. Este grupo soma 4,7 milhões, o que representa 4,2% da força de trabalho do país.

A população subutilizada somou 26,8 milhões de pessoas, número estável na comparação trimestral e queda de 3,6% frente ao mesmo trimestre de 2019. Os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas somam 6,5 milhões, uma queda de 6,7% em relação ao trimestre móvel anterior e estável na comparação anual.

O setor privado emprega 33,6 milhões de pessoas com carteira assinada e mais 11,6 milhões são ocupadas sem carteira. Já os empregados no setor público são 11,4 milhões de pessoas, incluindo servidores estatutários e militares, uma queda de 2,7% na comparação trimestral e estável na comparação anual.

As pessoas que contribuem para o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) são 58,97 milhões, o que representa 62,9% do total de ocupados no trimestre de referência.

Coronavírus

O IBGE informa que a coleta de dados da PNAD Contínua está sendo feita por telefone, enquanto permanecer a recomendação de isolamento social pelo Ministério da Saúde por causa da emergência de saúde pública provocada pelo novo coronavírus. (Agencia Brasil)

Ibovespa caminha para pior mês desde 1998

A bolsa paulista oscilava sem uma tendência clara na terça-feira, que fecha um mês de perdas expressivas nos mercados acionários em todo o mundo, em razão dos efeitos e dúvidas decorrentes da pandemia da covid-19.

Às 12h20, o Ibovespa subia 0,61%, a 75.095,62 pontos. O volume financeiro era de 6,9 bilhões de reais.

Na véspera, o Ibovespa subiu 1,65%, a 74.639,48 pontos, mas ainda acumulava em março perda de cerca de 28%, que se mantida representará o pior desempenho mensal desde 1998.

Tal performance faz o resultado no acumulado do ano ser negativo em cerca de 35%, o que marca a maior queda trimestral desde pelo menos 1994.

"Esse 'bear market' tem sido incomum, não por causa da escala do declínio, mas por causa da velocidade e da volatilidade", avaliaram Peter Oppenheimer e equipe, do Goldman Sachs em relatório a clientes.

Mesmo após uma bateria de medidas globais de estímulos econômicos e notícias melhores sobre desenvolvimento de vacinas e testes, março e o primeiro trimestre também terminam com uma série de incertezas, principalmente sobre os efeitos econômicos.

Conforme o ritmo de contágio não mostra sinais de alívio e medidas de confinamento vêm sendo prorrogadas, continua incerto o efeito final na atividade mundial, bem como o momento da recuperação das economias.

Nesse cenário, a aposta de manutenção da volatilidade em níveis elevados é consenso entre agentes financeiros.

Para o analista Jasper Lawer, chefe de pesquisa no London Capital Group, o primeiro trimestre está quase acabando e há um monte de medidas de alívio no mundo. "Um mês novo pode oferecer alguma perspectiva nova, e talvez uma mais construtiva." (Agencia Brasil)

Ministério abre edital para doação de computadores para teletrabalho

Pessoas físicas e empresas podem doar, até 8 de abril, computadores e tablets para que servidores públicos continuem a trabalhar de casa durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus. O Ministério da Economia abriu edital para receber equipamentos destinados ao trabalho remoto, permitindo a manutenção de diversos serviços públicos.

Poderão ser doados equipamentos novos ou usados, desde que atendam aos requisitos mínimos do edital. As doações poderão ser entregues em qualquer localidade do país. Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira em situação regular no país, poderá se habilitar para a doação, mediante inscrição via internet.

Os interessados em fazer as doações podem apresentar protocolo eletrônico no site ou petição eletrônica na página. Quem quiser pode se inscrever por e-mail, no endereço. O prazo para doação acaba às 18h do próximo dia 8.

Além dos tablets, o Ministério da Economia está recebendo computadores de mesa (desktops) e computadores portáteis (laptops). As especificações mínimas são as seguintes: processador de 2 GHz (ou superior), nos modos 32 bits ou 64 bits; 4 GB de RAM de memória; disco rígido de pelo menos 500 GB; resolução de tela de pelo menos 1024 por 768 pixels; placa de vídeo com pelo menos 128 MB de memória gráfica e sistema operacional Windows 10 ou Windows 8.1, de 32 bits e 64 bits; ou Ubuntu 16.04 LTS, 18.04 LTS, ou superior.

O prazo para a doação de máscaras e demais materiais de saúde usados no combate ao coronavírus acabou na terça-feira (31). Até o fim da semana passada, o Ministério da Economia tinha recebido 25 mil máscaras do tipo N95, recomendadas para o enfrentamento à doença, avaliadas em R$ 1,4 milhão.

Além de máscaras, podem ser doados luvas, termômetros, álcool em gel e demais itens médicos e hospitalares usados no combate à covid-19. As doações podem ser feitas pelos mesmos canais dos demais editais – protocolo eletrônico, petição eletrônica e e-mail. Os produtos podem ser entregues em qualquer lugar do país, com a possibilidade de o doador especificar para qual órgão e para qual localidade deseja que eles sejam enviados.

Os interessados em doar outros insumos e serviços para o combate ao covid-19 podem procurar a plataforma oficial de doações do governo federal, o Reuse.

Primeiramente, o usuário deve cadastrar-se no portal. A partir daí, basta acessar o site do Reuse e incluir as doações na opção "quero doar". O interessado deve incluir as informações sobre o produto ou serviço, anexar fotos e, se desejar, indicar um órgão específico para receber os itens.

A Central de Compras do Ministério da Economia analisará a oferta. Após a avaliação, o anúncio do doador será publicado automaticamente pelo Reuse e ficará disponível por dez dias. (Agencia Brasil)

Contas públicas têm saldo negativo de R$ 20,9 bilhões em fevereiro

As contas públicas tiveram saldo negativo em fevereiro. De acordo com dados divulgados na terça-feira (31) pelo Banco Central (BC), o setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, registrou déficit primário de R$ 20,901 bilhões no mês passado. Em fevereiro de 2019 o resultado negativo foi menor: R$ 14,931 bilhões. O déficit de fevereiro é o maior para o mês desde 2017, quando ficou em R$ 23,468 bilhões.

O resultado primário é formado por receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros. Segundo o BC, as estatísticas ainda não têm "impactos mais expressivos" da pandemia do coronavírus por serem referentes a fevereiro.

Em fevereiro, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentou déficit primário de R$ 26,893 bilhões.

Os governos estaduais e municipais registraram saldo positivo: R$ 4,267 bilhões e R$ 982 milhões, respectivamente.

As empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, registraram superávit primário de R$ 743 milhões no mês passado.

Devido ao resultado positivo de janeiro (R$ 56,276 bilhões), no primeiro bimestre, houve superávit primário chegou a R$ 35,375 bilhões, contra R$ 31,967 bilhões em igual período do ano passado.

Segundo o chefe do Departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, em janeiro é comum haver resultado positivo, seguido de déficit em fevereiro. Isso ocorre porque há aumento da arrecadação em janeiro devido ao pagamento pelas empresas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica(IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

"No caso dos governos regionais, há também tendência de concentração de receitas nos primeiros meses do ano, quando geralmente tem início o pagamento de tributos como IPTU e IPVA, por exemplo, e de despesas no segundo semestre, por exemplo, o 13º salário do funcionalismo", disse Rocha.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o déficit primário ficou em R$ 58,464 bilhões, o que representa 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

A meta para este ano era de déficit primário de R$ 118,9 bilhões. Entretanto, o decreto de calamidade pública dispensou o governo de cumprir a meta.

Os gastos com juros ficaram em R$ 28,454 bilhões em fevereiro, contra R$ 30,082 bilhões no mesmo mês de 2019. No primeiro bimestre, essas despesas acumularam R$ 65,610 bilhões, ante R$ 50,936 bilhões em igual período do ano passado.

Em fevereiro, o déficit nominal, formado pelo resultado primário e os resultados dos juros, ficou em R$ 49,355 bilhões, acima do resultado de R$ 45,013 bilhões de fevereiro de 2019. No acumulado de dois meses do ano, o déficit nominal chegou a R$ 30,235 bilhões, contra R$ 18,969 bilhões em igual período de 2019.

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R$ 3,923 trilhões em fevereiro, o que corresponde 53,5% do PIB. Em janeiro, esse percentual estava em 54,1%.

Em fevereiro, a dívida bruta - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 5,611 trilhões ou 76,5% do PIB, 0,4 ponto percentual acima do percentual registrado em janeiro de 2020. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Bolsas europeias avançam no dia, mas têm pior trimestre em 18 anos

Os mercados acionários da Europa encerraram em alta na terça-feira, registrando o seu pior trimestre em quase 18 anos após uma brutal liquidação na esteira do surto do coronavírus.

O índice pan-europeu STOXX 600 fechou em alta de 1,7% no dia, tendo anteriormente adentrado em território negativo antes de se estabelecer abaixo das máximas intradiárias. Os mercados encontraram sustentação na queda em novos casos na Itália, o país mais atingido da Europa.

Já no trimestre, o STOXX 600 perdeu 23%, ou 2,8 trilhões de dólares, com uma grande quantidade das perdas ocorrendo em março, seu pior mês já registrado, com a rápida disseminação do coronavírus e as medidas subsequentes para combater os efeitos sobre a atividade econômica.

O surto também resultou em um ambiente de negociação muito mais volátil, com o indicador de volatilidade regional girando em torno dos níveis vistos pela última vez durante a crise financeira de 2008.

No entanto, os mercados regionais têm conseguido recuperar algumas de suas perdas ao longo das últimas sessões, embora os analistas continuem céticos quanto à possibilidade de os ganhos se manterem.

"Esses mercados ainda estão extremamente voláteis e serão suscetíveis ao tipo de reversão (de hoje). Ainda tenho receio que seja apenas um rali tendo como base um mercado baixista, mas eu adoraria que provassem que estou errado", disse Craig Erlam, analista de mercado sênior do Reino Unido e EMEA na OANDA.

No dia, as ações de energia, que estão entre as mais atingidas pelo caos, lideraram os ganhos. Ainda assim, elas perderam cerca de um terço do valor no trimestre, o pior desempenho de todos os tempos.

Ações de viagens e lazer também avançaram no dia, mas registraram desempenho inferior ao de seus pares por uma grande margem ao longo do trimestre, recuando aproximadamente 43%. (Agencia Brasil)

EUA erguem instalações hospitalares temporárias

Os Estados Unidos pretendem construir centenas de hospitais temporários para aliviar a pressão sobre os centros médicos que lidam com o aumento de pacientes com coronavírus, disseram na terça-feira (31) autoridades, um dia após nova alta no número de mortes nos EUA.

O Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA, que transformou um centro de convenções de Nova York em um hospital de mil leitos no espaço de uma semana, está procurando hotéis, dormitórios, centros de convenções e amplo espaço aberto para construir até 341 hospitais temporários, disse o chefe da corporação.

"O escopo é imenso", afirmou o general Todd Semonite ao programa "Good Morning America", da ABC News. "Estamos analisando agora 341 instalações diferentes em todo o país", disse.

O número de casos nos Estados Unidos aumentou em mais de 20 mil confirmados na segunda-feira (30), sobrecarregando hospitais que estão ficando sem médicos, enfermeiros, equipamentos médicos e utensílios de proteção.

Ao todo, 575 pessoas morreram - um número recorde -, ultrapassando a marca de 3 mil vítimas fatais, mais do que o número de mortos nos ataques de 11 de setembro de 2001, enquanto o total de casos subiu para mais de 163 mil, de acordo com contagem da agência de notícias Reuters. Autoridades dos EUA estimam que o número de mortos pode atingir de 100 mil a 200 mil.

Em Nova York, a construção de um hospital de campanha com 68 leitos começou no domingo no Central Park.

Outro centro médico temporário da cidade está planejado para parte do local onde é disputado o Aberto de Tênis. Autoridades de Nova Orleans, Los Angeles e Chicago também estão montando hospitais temporários em suas cidades. (Agencia Brasil)

Plano do G20 contra vírus vai mirar problemas de países mais pobres

Um plano de ação do Grupo das 20 principais economias para combater a pandemia de coronavírus considerará o risco de vulnerabilidades da dívida em países de baixa renda e fornecerá ajuda financeira a países emergentes, informou um comunicado conjunto na terça-feira.

Em uma videoconferência, os ministros de Finanças e os banqueiros centrais do G20 discutiram papéis do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial na oferta de recursos e na exploração de medidas para aliviar a falta de liquidez nos mercados emergentes, onde as economias, como em outros lugares, estão precisando aumentar gastos por causa do efeito de o vírus.

Além disso, os países do G20 trabalharão com o Conselho de Estabilidade Financeira, criado após a crise financeira de 2008, para coordenar medidas regulatórias e de supervisão tomadas em resposta ao coronavírus.

Os grupos de trabalho devem dar detalhes preliminares do plano antes da próxima reunião do grupo, em 15 de abril.

Os líderes do G20 se comprometeram na semana passada a injetar mais de 5 trilhões de dólares na economia global para limitar as perdas de emprego e renda com o surto, enquanto trabalham para aliviar as interrupções no fornecimento causadas pelo fechamento de fronteiras com o objetivo de limitar a transmissão do vírus.

Eles também se comprometeram a financiar todas as medidas necessárias para impedir a propagação do vírus e expressaram preocupação com os riscos para os países frágeis, principalmente na África. Eles reconheceram a necessidade de reforçar as redes de segurança financeira.

Além disso, pediram às suas principais autoridades financeiras para coordenar regularmente entre si e com organizações internacionais o desenvolvimento de um plano de ação em resposta à pandemia, que nesta terça-feira havia infectado quase 800 mil pessoas e matado quase 39 mil.

Os ministros do Comércio do G20 concordaram na segunda-feira em manter seus mercados abertos e garantir o fluxo contínuo de suprimentos médicos, equipamentos e outros bens essenciais. (Agencia Brasil)

País tem 201 óbitos por covid-19 e 5.717 casos confirmados

O número de mortes em razão do novo coronavírus chegou a 201, na terça-feira (31), conforme nova atualização divulgada pelo Ministério da Saúde. O resultado marca um aumento de 26% em relação a segunda-feira (30), quando foram registrados 159 óbitos.

As mortes ocorreram em São Paulo (136), Rio de Janeiro (23), Ceará (sete), Pernambuco (seis), Piauí (quatro), Rio Grande do Sul (quatro), Paraná (três), Amazonas (três), Distrito Federal (três), Minas Gerais (duas), Bahia (duas), Santa Catarina (duas), Alagoas (uma), Maranhão (uma), Goiás (uma), Rondônia (uma) e Rio Grande do Norte (uma).

O número de novas mortes, 42, foi o maior da série histórica. O maior quantitativo de óbitos em um dia até então tinha sido o de 23, na segunda-feira (30).

Em relação ao perfil, 41,4% eram mulheres e 68,6% eram homens. Em relação à idade, 89% estavam na faixa acima de 60 anos. Em relação às complicações de saúde, a maioria (107) apresentavam cardiopatia, 75 tinham diabetes, 33 pneumopatia e 22 alguma condição neurológica.

Já os casos confirmados saíram de 4.579 para 5.717. O resultado de novas 1.138 pessoas infectadas em um dia foi mais que o dobro do maior registrado até agora, de 502 novos casos no dia 27 de março.

Os estados com mais casos são São Paulo (2.339), Rio de Janeiro (708), Ceará (390), Distrito Federal (332) e Minas Gerais (275). A menor incidência está em estados da Região Norte, como Rondônia (oito), Amapá (10), Tocantins (11) e Roraima (16).

O índice de letalidade, que estava abaixo de 2% no final de semana, ficou em 3,5% no balanço de hoje, o mesmo registrado ontem.

As hospitalizações saíram de 757, na segunda-feira, para 1.075, na terça-feira (31).

Manutenção do isolamento

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, argumentou que a pandemia não entrou na curva ascendente porque houve "conscientização de todo mundo". Mas a situação desta terça-feira, reflete a dinâmica de 14 dias atrás. "Não temos nem 7 dias que estamos ficando em casa. Por isso que é importante manter", defendeu.

Mandetta reforçou a importância das medidas de isolamento social, mas que o governo discute as condições para uma movimentação de abertura, o que chamou de "condicionantes".

Entre elas, o abastecimento dos profissionais de saúde com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que ainda são insuficientes, de acordo com levantamentos que vêm sendo realizados por entidades como o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira. O ministro informou que foi finalizada compra de 300 milhões kits desses equipamentos.

"No momento vamos fazer o máximo de distanciamento social, o máximo de permanência nas residências para que quando chegarmos no momento de estarmos preparados, vamos monitorando pela epidemiologia. Vai ser um trabalho de precisão. Nem tão amarrado que possamos ser arrastados, e nem tão acelerado que possamos cair numa cachoeira", declarou.

Sistema de monitoramento

Mandetta anunciou que o governo colocará em funcionamento um sistema de monitoramento dos brasileiros que chegará a 125 milhões de pessoas. A plataforma, baseada em inteligência artificial, entrará em contato com os brasileiros na base de dados do governo e obterá informações sobre a condição de saúde.

"O conjunto dessas informações será usado para que a gente antecipe quem é risco, onde está, o nome e isso deve ser grande ferramenta de gestão de pessoas", informou o titular da pasta.

O governo divulga os dados sobre o avanço de covid-19 em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto. Participam o ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto; da Economia, Paulo Guedes; da Saúde, Luiz Henrique Mandetta; e da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

Kits de teste rápido

Nesta terça-feira desembarcou no Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP), o primeiro lote de 500 mil de testes de detecção rápida para a covid-19. O lote faz parte de uma compra de compra de 5 milhões de kits efetuada pela Vale. O teste, produzido pela empresa chinesa Wondfo, tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele detecta anticorpos e permite que se tenha um resultado em apenas 15 minutos. (Agencia Brasil)

Opas defende isolamento social como melhor opção de combate à covid-19

A diretora da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Carissa Etienne, disse na terça-feira (31) que a pandemia de covid-19 é grave e que os países das Américas precisam fazer tudo o que estiver ao alcance para mitigar o impacto da doença.

"O melhor momento para fazer isso é agora, antes que os hospitais e os profissionais de saúde fiquem sobrecarregados."

O pronunciamento foi feito na Opas, em Washington, nos Estados Unidos, e foi transmitido pela internet.

"Sem evidências robustas sobre tratamentos eficazes e sem vacina, o isolamento social e outras medidas preventivas agressivas seguem sendo nossa melhor opção para a população poder evitar as consequências mais sérias da pandemia de covid-19 em nossa região", destacou.

"Este momento exige liderança com compaixão e ousadia. Não será fácil e sabemos que estamos pedindo para que as pessoas se adaptem a uma situação extraordinária, que está impactando todas as nossas vidas. Quero ressaltar mais uma vez, essa pandemia é séria", afirmou Etienne.

De acordo com a diretora do órgão, os países devem proteger seus profissionais da saúde como nunca antes. "Eles devem ser capacitados a se proteger da infecção e receber equipamentos de proteção individual para longo prazo. É nosso dever protegê-los, já que estarão à frente nessa batalha. Este vírus não foi detido nem será detido por fronteiras desenhadas em mapas".

Carissa Etienne afirmou ainda que compete a cada país decidir quais são as medidas a serem tomadas, para quem e durante quanto tempo. "Pode ser o cancelamento de reuniões massivas, de negócios e escolas, de trabalhadores domésticos, medidas de isolamento obrigatórias ou voluntárias. Essas medidas podem parecer drásticas, mas são a única maneira de poder impedir que os hospitais estejam sobrecarregados com muitas pessoas doentes num período de tempo muito curto. As medidas devem ser implementadas o quanto antes", ressaltou.

Ela defendeu ainda que é prudente que os países planifiquem medidas para os próximos dois ou três meses.

"A única maneira de sair dessa situação será se todos fizermos nossa parte. Cada um fazendo a sua enquanto apoiamos os outros. Os países devem trabalhar juntos, compartilhar recursos e conhecimentos e tomar decisões conjuntas que acelerem o acesso a serviços de saúde, além de promover inovação e investigação, e aumentar a nossa capacidade de poder enfrentar essa pandemia", disse Etienne.

Leitos de UTI

Questionado sobre a importância da quantidade de leitos em unidades de terapia intensiva (UTIs), o vice-presidente da Opas, Jarbas Barbosa, afirmou que a disponibilidade de UTIS's, CTI's, leitos e ventiladores é uma parte muito importante da resposta na luta contra a pandemia.

"Em primeiro lugar, os países estão implementando todas as medidas de distanciamento social, cujo principal objetivo é justamente reduzir a carga que se agregará a esses serviços. É muito importante combinar duas estratégias. A primeira é tratar de deter a transmissão com todas as medidas de distanciamento social que se possam incorporar à realidade do país. E, ao mesmo tempo, preparar os serviços de saúde para que possam aumentar sua capacidade de atenção", destacou.

"No Brasil, em especial, a taxa de unidades de cuidados intensivos e leitos por habitante se compara à dos países europeus, ou seja, o problema não é somente o número, mas sim a forma como se vai utilizar", completou Barbosa.

Ele ressaltou ainda que os países podem adotar outras medidas, como a teleconsulta, a telemedicina, a utilização de serviços de atenção primária para a triagem, de maneira que os casos leves possam ser tratados adequadamente, com os pacientes em suas casas.

Sistemas diferentes

Carissa Etienne reforçou ainda que a região das Américas não é homogênea e que os sistemas de saúde diferem de um país a outro. "Alguns têm sistemas e serviços sanitários mais frágeis do que outros. E temos uma grande desigualdade na região. Enfrentamos muitos desafios, sobretudo na América Latina e no Caribe. Na verdade, a não ser que asseguremos a eficácia do distanciamento social, alguns dos nossos sistemas de saúde ficarão sobrecarregados. É por isso que se insiste tanto no distanciamento social". (Agencia Brasil)

Toffoli suspende pagamento de auxílio extra para juízes do Ceará

Foto/Antonio Cruz-ABR

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, determinou na terça-feira (31) a suspensão do pagamento de auxílio extra para juízes do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) que trabalham no regime de home office. O benefício é de 15% do salário dos magistrados, estimado em R$ 26 mil.

Pela Portaria 534/2020, editada na sexta-feira (27) pela presidência do tribunal, 24 magistrados do Núcleo de Produtividade Remota têm direito ao benefício por acumularem a função com seus trabalhados habituais. Antes da norma, o benefício era garantido a juízes integrantes de comissões, núcleos, grupos de trabalho ou comitês estratégicos.

A suspensão foi anunciada na abertura da sessão do CNJ, que é feita por meio de videoconferência. Segundo o ministro, a decisão foi "infeliz". "Nós não vamos admitir que, no momento em que a sociedade exige nossa solidariedade, se faça abuso com o erário e com o dinheiro público", afirmou.

Durante a sessão, Toffoli também enviou um ofício a todos os presidentes de tribunais de Justiça do país para reafirmar que qualquer pagamento extra só pode ser feito com autorização do CNJ.

"Comunico a V. Exa. que devem ser observados os termos do Provimento n. 64/2017 e da Recomendação 31/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, devendo o tribunal se abster de efetuar pagamento a magistrados e servidores de valores a título de auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação ou qualquer outra verba que venha a ser instituída ou majorada, ou mesmo relativa a valores atrasados, ainda que com respaldo em lei estadual, sem que seja previamente autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça", diz o comunicado.

Em nota, o Tribunal de Justiça do Ceará classificou matérias jornalísticas que divulgaram o pagamento extra como fake news e informou que o auxílio está previsto "expressamente em lei" e é pago desde 2017.

"É imperioso mencionar que o referido grupo de juízes já recebia a citada gratificação desde a criação do núcleo, no ano de 2019. Ademais, esses 24 magistrados, apesar de representarem apenas um percentual de 5,9% do total de juízes do estado, já produziram em menos de um ano de atuação mais de 50 mil sentenças, auxiliando as mais diversas unidades judiciais de todo o Estado, resultando em um aumento de mais de 200% nas baixas processuais", diz a nota. (Agencia Brasil)

Senado aprova projetos que auxiliam no combate à covid-19

O Senado aprovou, na tarde de terça-feira (31), três projetos envolvendo o combate ao novo coronavírus (covid-19). Os projetos dispensam o trabalhador em isolamento social de apresentar atestado médico; suspende a obrigatoriedade das entidades filantrópicas, como as Santas Casas de Misericórdia, do cumprimento de metas do Sistema Único de Saúde (SUS) e autoriza o uso da telemedicina em qualquer atividade da área da saúde. Todas as matérias já haviam passado pela Câmara dos Deputados e, agora, seguem para sanção presidencial.

Atestado médico

Os três projetos foram votados em bloco, de maneira simbólica, após a leitura dos respectivos relatórios. Eles abordam a adaptação de procedimentos em face da crise vivida pelas consequências da epidemia. A primeira matéria dispensa o trabalhador de apresentar atestado médico nos primeiros sete dias. No oitavo dia de afastamento, ele deverá apresentar atestado médico eletronicamente.

"Não se afigura razoável exigir o comparecimento do empregado no estabelecimento empresarial para comprovar a existência de doença que justifique o seu afastamento em quarentena, medida que protege a saúde do trabalhador, dos seus colegas de trabalho e das pessoas com que eventualmente mantiver contato durante o trajeto", disse o relator do projeto, senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

Metas de entidades filantrópicas

O segundo projeto dispensa prestadores de serviço de saúde contratados pelo SUS a cumprir metas definidas em contrato. Essas metas obrigam Santas Casas de Misericórdia e outras instituições beneficentes de assistência social a realizarem um determinado número de cirurgias eletivas. As cirurgias eletivas são aquelas que não precisam ser feitas em caráter de urgência.

Com a epidemia, o projeto permite que essas instituições direcionem esforços para o atendimento de portadores da covid-19 sem que haja punição por descumprimento do contrato.

"Tais entidades não poderão cumprir as cláusulas referentes às metas de produção contratualizadas e estarão sob risco de não receberem os repasses financeiros previstos no contrato. Tal medida se torna ainda mais relevante quando se prevê uma enorme demanda por serviços médicos para os pacientes graves e se teme pelo iminente colapso do sistema público e privado de saúde", disse o relator da matéria, Lasier Martins (Podemos-RS).

Telemedicina

O terceiro projeto autoriza a prática da telemedicina para todas as áreas da saúde enquanto durar a epidemia do novo coronavírus. A telemedicina é definida como o exercício da medicina mediado por tecnologias para fins de assistência, pesquisa, prevenção de doenças e lesões e promoção de saúde, entre outros.

"A telemedicina surge como estratégia viável que pode ampliar o acesso e levar atenção médica a pessoas e lugares carentes e distantes", disse o relator, senador Paulo Albuquerque (PSD-AP). (Agencia Brasil)

Força Nacional vai atuar na prevenção e combate ao novo coronavírus

Equipes da Força Nacional de Segurança Pública vão participar das ações de prevenção e combate à pandemia do novo coronavírus (covid-19) em todo o país. A autorização do Ministério da Justiça e Segurança Pública para que parte do efetivo da tropa seja empregada no apoio às ações do Ministério da Saúde foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União dsta segunda-feira (30).

A Portaria nº 151 estabelece que a Força Nacional poderá ajudar os profissionais da área de saúde para que possam atender, com segurança, as pessoas com suspeita de estarem infectadas pela covid-19. Os agentes também poderão reforçar, nos estados e no Distrito Federal, as medidas policiais de segurança, que garantam o funcionamento dos centros de saúde (hospitais, UPAs etc), a distribuição e o armazenamento de insumos médicos e farmacêucos e de gêneros alimentícios e de produtos de higiene.

"Em caráter episódico", a Força Nacional também poderá ser utilizada para auxiliar no controle sanitário em portos, aeroportos, rodovias e centros urbanos; para evitar saques e vandalismos e protegendo os locais onde estejam sendo realizados testes rápidos para a detecção da doença, bem como na aplicação das medidas coercivas previstas em lei.

As ações deverão ser sempre planejadas juntamente com o Ministério da Saúde e coordenadas com as autoridades responsáveis dos governos estaduais e do Distrito Federal. Caberá à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, definir o total de agentes a ser empregado nessas ações.

Inicialmente, a medida vai vigorar por 60 dias - ou seja, até o dia 28 de maio-, mas poderá ser prorrogada, de acordo com a necessidade. Durante esse prazo, os agentes que estejam atuando em outras missões de apoio aos estados e ao Distrito Federal poderão ser realocados. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 45.987.245/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Bahema Educação S.A. relativos ao exercício de 2019, elaborados em conformidade com a legislação societária, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Contexto Operacional:** Há um ano o relatório da administração da Bahema apontava que o grande desafio para 2019 era o crescimento. Estávamos estruturados, mas precisávamos de novas escolas e novos grupos. Olhando para trás, não há dúvidas de que atingimos o objetivo. Fizemos um aumento de capital de R$ 73.317 mil que permitiu suportar esse crescimento. Foram duas aquisições concluídas em 2019 (Centro Viva e Fórum Cultural), dois investimentos para reforçar nossa participação em escolas que já eramos parceiros (Escola Parque em 2020 e Escola Mais em 2019), duas aquisições de novas escolas que foram concluídas em 2020 (BIS e Apoio) e ainda um investimento para uma parceira (Meimei). Viramos definitivamente, e oficialmente, a Bahema Educação, com escolas de perfis pedagógicos diversos e ampliando ainda mais nossa atuação pelo Brasil. Começamos 2020 com uma equipe administrativa preparada (TEIA) e escolas que são referência em educação de qualidade. Agora é o momento de unirmos as duas coisas e, por meio de uma melhora nos processos operacionais e nas trocas de boas práticas pedagógicas, iniciar um ciclo de crescerem e melhorarem nossos resultados. Esse objetivo pode ser alcançado melhorando a captação de novos alunos, a retenção dos atuais e abrindo novas unidades - já em 2020 a Escola Mais abriu duas novas unidades que começaram com mais de 350 alunos cada. Desafiamos para alcançar os objetivos são naturais para qualquer empresa. Entretanto, devido ao o maior desafio global dos últimos 80 anos com os impactos causados pelo Coronavírus. Longe de ser algo exclusivo do setor educacional, serão necessários planejamento e resiliência para vencer os próximos meses. Mas temos plena confiança nas nossas pessoas, e podemos ver os esforços que estão sendo feitos para entregar educação de qualidade à distância para as crianças e seus pais e mães. Quando isso passar, vamos ser uma companhia melhor e mais preparada para o futuro. **Desempenho Financeiro - valores em R$ mil - Principais indicadores financeiros - Consolidado**

Demonstrações de resultado			R$mil Variação (%)
Conta	2019	2018	2019/2018
Receita líquida	53.058	44.106	20,3%
Custos	(34.114)	(28.994)	17,7%
Lucro bruto	18.944	15.112	25,4%
Margem Bruta (%)	35,7%	34,3%	1,4 p.p.
Despesas e Receitas Operacionais	(29.415)	(17.466)	68,4%
Resultado Operacional	**(10.471)**	**(2.354)**	**344,8%**
Margem Operacional	-19,7%	-5,3%	(14,4 p.p.)
Resultado Financeiro	(33)	275	-112,0%
Prejuízo do exercício	**(9.433)**	**(1.612)**	485,2%

Principais destaques de 2019: • Aquisição de 15% de participação da Escola Centro Educacional Viva, situada no Rio de Janeiro, pelo valor de R$ 682 mil em 15 de fevereiro. • Liquidação da última parcela da aquisição da Escola da Vila no valor de R$ 8.128 mil em fevereiro de 2019. • **Aquisição Fórum Cultural:** Em 13 de maio de 2019, a Companhia assinou contrato para aquisição de 95% da Escola Fórum Cultural, localizada em Niterói. A Companhia avaliou o investimento em R$ 14.306 e pagará pela respectiva participação o montante de R$ 13.591, do qual foi deduzido o endividamento líquido da adquirida existente na data-base de 31 de maio de 2019, no montante de R$ 4.714, resultando no valor líquido de contraprestação fixa no montante de R$ 8.877. O pagamento está sendo feito em parcelas e durará 5 (cinco) anos. Além disso, há uma previsão de pagamento de parcela variável estimada em R$ 1.502. Os sócios vendedores permanecerão com uma participação de 5% na adquirida. A Companhia terá uma opção de compra desta participação remanescente a partir de 2021. Em 12 de agosto de 2019, a aquisição foi ratificada em Assembleia Geral Extraordinária. • **Capital de Giro:** Em 23 de julho de 2019 a Companhia em conjunto com suas controladas Bahema MG e Centro de Formação de Educadores da Vila, assinaram contratos de empréstimo bancário no valor de R$ 2.000, R$ 1.000 e R$ 4.000 respectivamente. Esses contratos têm vencimento de 1 ano com pagamentos mensais de juros pré-fixados de 0,9% a.m., já em 21 de outubro de 2019 as controladas indiretas, Geração Fórum Cultural, Geração Fórum Cultural São Francisco e Bureau, assinaram contratos de empréstimo bancário no valor de R$ 2.600, R$ 400 e R$ 100 respectivamente. Esses contratos têm vencimento de 1 ano com pagamentos mensais de juros pré-fixados de 0,74% a.m.. • **Aumento de capital:** Em Reunião do Conselho de Administração de 13 de agosto de 2019, foi aprovado aumento do capital da Companhia no montante de R$ 80.000 com a subscrição por particular de até 1.142.858 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 70,00 (setenta reais) por ação. Após decorridos os procedimentos e o prazo legal, a Reunião do Conselho de Administração de 28 de outubro de 2019, homologou o aumento de capital no valor de R$ 73.317, com a emissão de 1.047.386 (um milhão, quarenta e sete mil, trezentas e oitenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. • **Assinatura de contratos para aquisição do Colégio BIS:** Conforme divulgado em fato relevante de 01 de outubro de 2019, a Companhia assinou contrato que tem por objetivo a aquisição de 60% das quotas do Colégio BIS: Brazilian International School ("BIS") pela Companhia por um preço de R$ 18.900 mil. • **Assinatura de contratos para aquisição do Colégio Apoio:** Em fato relevante divulgado em 29 de outubro de 2019, a Companhia assinou contrato que tem por objetivo a aquisição de 100% das quotas do Colégio Apoio. A Companhia pagará pela respectiva participação o preço-base de R$ 15.792. • **Debêntures Escola Mais:** Em 24 de outubro de 2019, a Companhia assumiu debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, no valor de R$ 14.040, emitidas pela Escola Mais Educação S.A.. As Debêntures serão obrigatoriamente convertidas em ações de emissão da Escola Mais em 2025, de acordo com determinadas condições estabelecidas na escritura de emissão das Debêntures. Em paralelo, também foi celebrado contrato de opção de compra de ações entre os sócios fundadores da Escola Mais e a Companhia, por meio do qual a Companhia poderá, durante 12 meses, a partir da data de emissão das Debêntures, exercer o referido contrato, adquirindo ações de controle da Escola Mais. • **Assinatura de contratos para aquisição da Escola Parque:** Conforme divulgado em fato relevante de 04 de dezembro de 2019, a Companhia, que detinha 5% das ações das sociedades mantenedoras da Escola Parque, assinou contrato para aquisição de 95% do capital social. Outras Avenças dos restantes 95%. 45,01% das ações da sociedade foram recebidas (evento subsequente) na data de fechamento da Transação em 31 de janeiro de 2020. A Companhia pagará aos sócios da Escola o preço de aquisição a ser calculado, nos termos do Contrato, com base no lucro operacional da Escola a ser apurado em 2020 e 2021. Os pagamentos serão realizados em parcelas ao longo dos próximos dois anos, sendo as duas parcelas mais relevantes em maio de 2021 e maio de 2022. A Companhia recebeu o restante das ações da Escola quando realizar o pagamento da última parcela do preço de aquisição. • **Contrato do plano de remuneração baseado em ações e editivo:** Aprovação no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, a outorga de opções de compra de ações aos sócios fundadores da Escola Mais e a Companhia, por meio do qual a Companhia poderá, durante 12 meses, a partir da data de celebração do referido contrato, adquirir ações de controle da Escola Mais. • **Assinatura de contratos para aquisição da Escola Parque:** Conforme divulgado em fato relevante de 04 de dezembro de 2019, a Companhia, que detinha 5% das ações das sociedades mantenedoras da Escola Parque, assinou contrato para aquisição de 95% do capital social. Outras Avenças dos restantes 95%. 45,01% das ações da sociedade foram recebidas (evento subsequente) na data de fechamento da Transação em 31 de janeiro de 2020. A Companhia pagará aos sócios da Escola o preço de aquisição a ser calculado, nos termos do Contrato, com base no lucro operacional da Escola a ser apurado em 2020 e 2021. Os pagamentos serão realizados em parcelas ao longo dos próximos dois anos, sendo as duas parcelas mais relevantes em maio de 2021 e maio de 2022. A Companhia recebeu o restante das ações da Escola quando realizar o pagamento da última parcela do preço de aquisição. • **Contrato do plano de remuneração baseado em ações e editivo:** Aprovação no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, a outorga de opções de compra de ações aos sócios fundadores da Escola Mais e a Companhia, por meio do qual a Companhia poderá, durante 12 meses, a partir da data de celebração do referido contrato, adquirir ações de controle da Escola Mais. • **Assinatura de contratos para aquisição da Escola Parque:** Conforme divulgado em fato relevante de 04 de dezembro de 2019, a Companhia, que detinha 5% das ações das sociedades mantenedoras da Escola Parque, assinou contrato para aquisição de 95% do capital social. Outras Avenças dos restantes 95%. 45,01% das ações da sociedade foram recebidas (evento subsequente) na data de fechamento da Transação em 31 de janeiro de 2020. A Companhia pagará aos sócios da Escola o preço de aquisição a ser calculado, nos termos do Contrato, com base no lucro operacional da Escola a ser apurado em 2020 e 2021. Os pagamentos serão realizados em parcelas ao longo dos próximos dois anos, sendo as duas parcelas mais relevantes em maio de 2021 e maio de 2022. A Companhia recebeu o restante das ações da Escola quando realizar o pagamento da última parcela do preço de aquisição. **Desempenho Operacional:** Os resultados consolidados de 2019 apresentam a partir de agosto a consolidação do resultado de 5 meses da escola Fórum Cultural. A receita líquida é composta principalmente pelas mensalidades escolares. A receita líquida acumulada de 2019 apresenta aumento de R$ 8.952 mil ou 20,3% em comparação com 2018, atribuído principalmente à consolidação do resultado de cinco meses da escola Fórum Cultural e ao aumento do número de alunos de ensino médio no Colégio Mangabeiras Parque. Entre 2019 e 2018, o crescimento de custos foi de R$ 5.120 mil, ou 17,7%, de forma que o lucro bruto consolidado aumentou em R$ 3.832 mil, um aumento representativo de 25,4%. Isso significou um aumento da margem bruta, que passou de 34,3% em 2018 para 35,7% em 2019. O aumento nesses indicadores reflete a incorporação do resultado operacional da escola Fórum Cultural que compensou o impacto do reajuste dos salários dos professores e maior custo com terceirização de infraestrutura, equipe diretiva e remuneração do corpo docente. As despesas líquidas operacionais de 2019 tiveram um grande aumento quando comparadas às de 2018. No absoluto cresceram R$11.949 mil, o que representa um aumento de 68,4% entre os dois anos. Pelo lado das despesas gerais, foi impulsionado pela aquisição e consolidação da operação da Fórum Cultural que possui imóveis alugados e pela realocação da sede da Companhia que agora se encontra em espaço mais amplo e com capacidade de crescimento. Em 2019 temos gastos de R$ 6,1 mil a mais em 2019 em relação ao ano passado. O resultado líquido entre outras receitas e despesas operacionais. Isso se deve a uma queda de 17% das outras receitas operacionais e um crescimento de 140% nas outras despesas operacionais. O crescimento absoluto de outras despesas operacionais foi de R$ 1.640 mil e se deve principalmente por (i) atualizações de valor justo; e (ii) redução de valor recuperável. A mudança mais relevante, entretanto, advém de um aumento de 82,6% na despesa com pessoal entre 2018 e 2019, um aumento absoluto de aproximadamente R$ 7.222 mil. O principal motivo para este aumento abrupto foram as contratações realizadas para expansão da operação da holding e do centro de serviços compartilhados (nomeado como TEIA). Para concretizar o plano de integração administrativa das escolas em que possui participação, a Companhia tem despendeu em 2019 valores muito superiores àqueles de 2018. Além disso, foi reconhecido no resultado do exercício de 2019 o montante de aproximadamente R$ 2.614 mil referente às outorgas das opções para a administração executiva da companhia. A Companhia e suas controladas registraram um prejuízo operacional de R$ 10.471 mil em 2019, ante um prejuízo de R$ 2.354 mil em 2018 (reapresentado). O aumento de quase 345% no prejuízo entre 2018 e 2019, apesar do crescimento de 25,3% do lucro bruto, se deve principalmente pelo aumento de 82,6% das despesas com pessoal resultante dos maiores esforços da companhia para permitir a consolidação operacional de todas as escolas em que a Companhia já possa participação e do *ramp-up* da operação do ensino médio do Colégio Mangabeiras Parque inaugurado no primeiro trimestre de 2018. Excluindo o resultado dos monitorias, a Companhia apresentou um prejuízo líquido consolidado de R$ 9.175 mil em 2019, um aumento em prejuízo de R$ 1.274 mil em 2018, um aumento de 620%. **Balanço Patrimonial:** A principal mudança entre os exercícios de 2019 e 2018 se refere ao Aumento de Capital aprovado na RCA de 13 de agosto de 2019, o qual totalizou R$ 73.317 mil. Tanto a grande variação no capital social da companhia em 2018 e 2019 como o crescimento de R$ 32.360 mil na conta "Caixa e equivalentes de caixa" (a despeito dos pagamentos e adiantamentos para aquisições realizados em 2019 citados abaixo) se deve essencialmente de aumento de capital. Outra mudança relevante no exercício referente às contas patrimoniais ocorreu devido à implementação do CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhecendo um ativo na rubrica "Ativo de direitos de uso" no valor líquido de R$ 21.125 mil e sua contra partida um passivo na rubrica "Passivos de arrendamento", referentes aos contratos de aluguel vigentes. Em 2018, a Companhia ainda não havia implementado as práticas do CPC 06 (R2)/IFRS 16. O aumento de R$ 18.916 mil na conta de "Adiantamentos para aquisição de controladas" se refere a adiantamentos realizados para a aquisição de participação nas sociedades mantenedoras do Colégio BIS na capital paulista e no Colégio Apoio de Recife, conforme mencionado no item "Principais destaques de 2019" acima. Ambas as operações foram concluídas em janeiro de 2019, como destacado no item "Eventos Subsequentes" abaixo e aguardam apenas a ratificação em AGO/E. O crescimento de R$ 9.453 mil da conta de "Ativos Financeiros" entre 2018 e 2019 se deve principalmente à aquisição de uma debênture para a coligado Escola Mais Educação S.A. no valor de R$ 9.166 e à reavaliação da participação de 5% no capital social das sociedades mantenedoras da Escola Parque no Rio de Janeiro para R$ 9.659. O aumento de R$ 3.712 mil na conta "Investimentos" em 2019, ante a zero em 2018 (Reapresentado), se refere, principalmente, a dois fatores: (i) investimento de R$ 2.000 para constituição da joint venture Bahema Meimei S.A. em parceria com os sócios da Escola Meimei do Rio de Janeiro e (ii) conversão de mútuo no valor de R$ 1.311 com a coligada Escola Mais Educação S.A. em ações, aumentando a participação da companhia para 15% da totalidade. De 2018 para 2019 o consolidado da Companhia apresentou uma grande variação de R$ 16.209 mil na conta de intangível gerada pelas aquisições e investimentos realizados e concluídas em 2019. Dentre eles se destaca a aquisição de 95% das sociedades mantenedoras da Escola Fórum Cultural em Niterói (RJ) que gerou um grande aumento do ágio. Em 2019 a Companhia apresenta uma conta de "Empréstimos e financiamentos" no passivo circulante no valor de R$ 10.720 mil, ante a R$ 62 mil em 2018. Esse crescimento é explicado pelas diversas contratações para capital de giro e financiamento de investimentos descritas no item "Principais destaques de 2019" acima. **Eventos Subsequentes:** • Conclusão da aquisição de 100% das quotas do Colégio Apoio de Recife em 15 de janeiro de 2020, com transferência destas, aguardando apenas ratificação em AGO/E. • Conclusão da aquisição de 60% das quotas das sociedades mantenedoras do Colégio BIS: Brazilian International School em 23 de janeiro de 2020, com transferência destas, aguardando apenas ratificação em AGO/E. • Transferência de 45,06% das ações das sociedades mantenedoras da Escola Parque para a Companhia através de sua controlada em 31 de janeiro de 2020, aguardando apenas ratificação em AGO/E. **Relacionamento com auditores independentes:** A política da Companhia é regida pelo princípio de preservação da independência dos auditores independentes prestados pelas empresas contratadas com essa finalidade. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Os auditores entendem que, devido ao processo de aprovação existente e à proporção desses serviços adicionais perante o valor total de honorários recebidos, não houve comprometimento da independência e da objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18 (Reapresentado)	Controladora 01/01/18 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/18 (Reapresentado)
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.083	11.409	31.133	48.150	15.790	37.551
Mensalidades a receber	7	–	–	–	1.723	1.024	1.758
Adiantamentos a funcionários	8	–	–	–	1.043	493	310
IR e CS a recuperar	9	395	461	320	709	722	440
Outros ativos	10	30	262	273	1.113	1.211	1.031
Total do ativo circulante		36.508	12.132	31.726	52.738	19.240	41.090
Ativo não circulante							
Outros ativos	10	2.600	2.364	–	4.171	3.909	1.545
IR e CS a recuperar	9	5.319	5.248	5.139	5.366	5.271	5.144
Depósitos judiciais	19	–	441	441	47	457	457
Adiantamentos para aquisição de controladas	12	–	–	–	18.916	–	–
Ativos financeiros	12	9.166	1.311	–	22.244	12.791	10.353
		17.085	9.364	5.580	50.744	22.428	17.499
Investimentos	12	71.527	32.961	22.454	3.712	–	–
Imobilizado	13	21	270	162	8.204	7.664	5.727
Intangível	14	1	1	1	54.576	38.367	40.077
Ativos de direito de uso	11	–	–	–	21.125	–	–
Total do ativo não circulante		88.634	42.596	28.197	138.361	68.459	63.303
Total do ativo		125.142	54.728	59.923	191.099	87.699	104.393

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18 (Reapresentado)	Controladora 01/01/18 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/18 (Reapresentado)
Passivo circulante							
Fornecedores		69	40	57	607	346	422
Empréstimos e financiamentos	15	1.962	–	–	10.720	62	62
Obrigações trabalhistas	16	29	24	32	4.493	2.469	2.197
Obrigações tributárias	17	59	32	29	2.192	1.100	1.350
Adiantamentos de mensalidades	18	–	–	–	6.429	5.750	6.131
Dividendos a pagar	23 (f)	3	3	45	3	3	45
Passivos de arrendamento	21	–	–	–	4.527	–	–
Compromissos a pagar por aquisição de empresas	20	–	–	–	1.876	7.931	11.858
Outras contas a pagar	20	34	48	366	2.921	658	600
Total do passivo circulante		2.156	147	529	33.678	18.319	22.622
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	–	937	–	62
Obrigações tributárias	17	199	193	–	2.214	578	427
Obrigações trabalhistas	16	523	–	–	523	–	–
Impostos diferidos	22	–	–	–	5.868	4.989	5.947
Provisão para contingências	19	–	–	–	324	324	791
Passivos de arrendamento	21	–	–	–	16.007	–	–
Compromissos a pagar por aquisição de empresas	20	–	–	–	4.016	–	9.783
Outras contas a pagar	20	562	–	49	2.466	5.384	1.545
Total do passivo não circulante		1.284	193	49	32.355	11.275	18.555
Patrimônio líquido							
Capital social realizado	23	129.302	56.088	56.088	129.302	56.088	56.088
Reservas de capital	23	(417)	(3.692)	33	(417)	(3.692)	33
Reservas de lucros	23	–	1.992	3.224	–	1.992	3.224
Prejuízos acumulados	23	(7.183)	–	–	(7.183)	–	–
		121.702	54.388	59.345	121.702	54.388	59.345
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	3.364	3.717	3.871
Total do patrimônio líquido		121.702	54.388	59.345	125.066	58.105	63.216
Total do passivo e patrimônio líquido		125.142	54.728	59.923	191.099	87.699	104.393

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social: Capital subscrito	Capital social: Gastos com emissão de ações	Reservas de capital: Reservas de capital	Reservas de capital: Outras reservas	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros/(Prejuízos) acumulados	Atribuível aos acionistas controladores: Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Reapresentado)		56.950	(862)	33	–	2.239	985	59.345	3.871	63.216
Reversão de dividendos prescritos não reclamados		–	–	–	–	–	42	42	–	42
Reconhecimento Put option		–	–	–	(3.725)	–	–	(3.725)	–	(3.725)
Prejuízo do exercício (reapresentado)		–	–	–	–	–	(1.274)	(1.274)	(338)	(1.612)
Distribuição de lucros		–	–	–	–	–	–	–	(106)	(106)
Integralização de capital		–	–	–	–	–	–	–	290	290
Absorção do lucro do exercício de 2018		–	–	–	(2.066)	–	834	1.232	–	–
Prejuízo do exercício (reapresentado)		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		56.950	(862)	33	(3.725)	173	1.819	54.388	3.717	58.105
Aumento de capital	23 (a)	73.317	(103)	–	–	–	–	73.214	–	73.214
Distribuição de lucros		–	–	–	–	–	–	–	(125)	(125)
Integralização de capital		–	–	–	–	–	–	–	90	90
Opções outorgadas reconhecidas	23 (b)	–	–	2.614	–	–	–	2.614	–	2.614
Aquisição de controlada com participação de não-controladores	6	–	–	–	–	–	–	–	(60)	(60)
Variação do passivo de *put option*	20 (b)	–	–	–	661	–	–	661	–	661
Absorção do prejuízo do exercício de 2019		–	–	–	–	(173)	(1.819)	1.992	–	–
Prejuízo do exercício	23	–	–	–	–	–	–	(9.175)	(258)	(9.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		130.267	(965)	2.647	(3.064)	–	–	(7.183)	3.364	125.066

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Notas	Controladora 01/01/19 a 31/12/19	Controladora 01/01/18 a 31/12/18 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/19 a 31/12/19	Consolidado 01/01/18 a 31/12/18 (Reapresentado)
Receita líquida	24	–	258	53.058	44.106
Custos	25	–	–	(34.114)	(28.994)
Lucro bruto		–	258	18.944	15.112
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	26	(2.150)	(1.688)	(13.523)	(11.728)
Despesas com pessoal	27	(4.421)	(1.289)	(15.968)	(8.746)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	–	–	(346)	(214)
Outras receitas operacionais	28	1.609	200	4.314	5.207
Outras despesas operacionais	28	(927)	–	(3.625)	(1.985)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(4.209)	(189)	(267)	–
		(10.098)	(2.966)	(29.415)	(17.466)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(10.098)	(2.708)	(10.471)	(2.354)
Resultado financeiro	29				
Receitas financeiras		1.048	1.488	1.629	2.071
Despesas financeiras		(120)	(31)	(1.662)	(1.796)
		928	1.457	(33)	275
Prejuízo antes do IR e CS		(9.170)	(1.251)	(10.504)	(2.079)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	30	(5)	(23)	(322)	(487)
Diferido	22	–	–	1.393	954
		(5)	(23)	1.071	467
Prejuízo do exercício		(9.175)	(1.274)	(9.433)	(1.612)
Atribuído aos acionistas controladores				(9.175)	(1.274)
Atribuído aos acionistas não controladores				(258)	(338)
Prejuízo básico por ação - ordinária - R$		(6,77)	(1,09)		
Prejuízo diluído por ação - ordinária - R$		(6,44)	(1,09)		

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 01/01/19 a 31/12/19	Controladora 01/01/18 a 31/12/18 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/19 a 31/12/19	Consolidado 01/01/18 a 31/12/18 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(9.175)	(1.274)	(9.433)	(1.612)
Reversão dos Dividendos não reclamados	–	42	–	42
Outros resultados abrangentes	–	42	–	42
Resultado abrangente do exercício	(9.175)	(1.232)	(9.433)	(1.570)
Atribuído aos acionistas controladores			(9.175)	(1.232)
Atribuído aos acionistas não controladores			(258)	(338)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 01/01/19 a 31/12/19	Controladora 01/01/18 a 31/12/18 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/19 a 31/12/19	Consolidado 01/01/18 a 31/12/18 (Reapresentado)
Atividades operacionais					
Prejuízo do exercício	30	(9.175)	(1.274)	(9.433)	(1.612)
Ajustes por:					
Depreciações e amortizações	13 e 26	61	70	1.159	991
Depreciações - Direito de uso imóveis	11	96	–	3.326	–
Juros sobre passivos de arrendamento	29	3	–	220	–
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	28	–	–	300	393
Provisões para contingências	19	–	–	–	83
Reversão de provisão	28	–	–	–	(179)
Resultado da equivalência patrimonial	12	4.209	189	267	–
Juros sobre contas a pagar por aquisição de empresas	29	–	–	570	1.424
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	97	–	455	–
Amortização de mais-valia por combinações de negócios	14 e 28	–	–	2.182	1.806
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível		–	191	223	–
Opções outorgadas reconhecidas, incluindo encargos trabalhistas	27	2.614	–	2.614	–
Alualização de valor justo de ativos financeiros	12	–	–	(1.598)	–
Redução ao valor recuperável	19	441	–	441	–
Reversão de contribuição contingente e trimestral		–	–	–	(3.370)
Imposto de renda diferido		–	–	(1.393)	(954)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais					
Tributos a recuperar		(5)	(250)	390	(409)
Mensalidades a receber		–	–	(497)	520
Outros ativos		(4)	(2.353)	(136)	(847)
Adiantamentos		–	–	(549)	(183)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais					
Fornecedores		29	(17)	173	(76)
Obrigações trabalhistas		528	(8)	2.277	272
Obrigações tributárias		33	196	235	(99)
Adiantamento de mensalidades				617	(381)
Outras contas a pagar		(14)	(370)	(2.401)	(429)
Pagamentos de juros		(134)	–	(1.921)	–
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(1.030)	(3.817)	(2.479)	(3.050)
Atividades de investimentos					
Integralização de capital em controlada	12	(40.246)	(15.271)	(1.991)	–
Mútuo concedidos		–	–	(550)	(1.700)
Aquisição de debêntures conversíveis em ações	3(c)	–	–	(8.605)	–
Adiantamento para futura aquisição	12	–	–	(18.916)	–
Aquisição de investimentos, líquido do caixa e equivalentes		(9.155)	(458)	(4.510)	(2.438)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	13	(3)	(178)	(1.450)	(2.928)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(49.404)	(15.907)	(36.040)	(7.066)
Atividades de financiamento					
Pagamento pela aquisição de controlada	20 (a)	–	–	(8.194)	(11.766)
Pagamento de arrendamento	21	(106)	–	(4.116)	–
Captação de empréstimos	15	2.000	–	10.100	(62)
Dividendos pagos		–	–	(125)	(107)
Aumento de capital	20 (a)	73.317	–	73.317	290
Gastos com emissão de ações	20 (a)	(103)	–	(103)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		75.108	–	70.879	(11.645)
Aumento(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		24.674	(19.724)	32.360	(21.761)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	11.409	31.133	15.790	37.551
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	36.083	11.409	48.150	15.790
Aumento(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		24.674	(19.724)	32.360	(21.761)

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 01/01/19 a 31/12/19	Controladora 01/01/18 a 31/12/18 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/19 a 31/12/19	Consolidado 01/01/18 a 31/12/18 (Reapresentado)
Receitas	24	–	–	56.119	46.814
Serviços prestados		1.609	596	2.068	4.948
Outras receitas		1.609	596	58.187	51.762
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		–	–	(1.570)	(869)
Materiais, energia, serviços de terceiros		(1.738)	(1.315)	(5.540)	(4.208)
Outros		(372)	(181)	(2.086)	(1.640)
Valor adicionado bruto		(501)	(900)	48.991	45.045
Depreciação e amortização	26	(61)	(70)	(1.159)	(991)
Amortização de mais- valia	28	–	–	(2.182)	(1.806)
Amortização Direito de uso imóveis	26	(96)	–	(3.326)	–
Reversão de provisão	28	–	–	–	179
Redução ao valor recuperável		(441)	–	(441)	–
Valor (reduzido) adicionado líquido produzido pela Companhia		(1.099)	(970)	41.883	42.427
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	13	(4.209)	(189)	(267)	–
Receitas financeiras	29	1.048	1.491	1.629	2.071
Dividendos		–	–	2.274	480
Valor (reduzido) adicionado total a distribuir		(4.260)	332	45.519	44.980
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		3.767	1.042	31.216	23.599
Benefícios		55	42	2.803	2.123
FGTS		11	2	2.461	1.893
		3.833	1.086	36.480	27.615
Tributos					
Federais		871	366	9.573	7.128
Estaduais		–	–	4	4
Outras		–	–	36	35
Municipais		–	–	1.813	1.580
		871	366	11.426	8.747
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		120	31	1.506	1.701
Aluguéis		91	123	97	3.681
Outras		–	–	5.443	4.848
		211	154	7.046	10.230
Remuneração do capital próprio					
Dividendos		–	–	–	–
Prejuízo do exercício		(9.175)	(1.274)	(9.175)	(1.274)
Participação de acionistas não controladores no resultado		–	–	(258)	(338)
		(9.175)	(1.274)	(9.433)	(1.612)
		(4.260)	332	45.519	44.980

continua

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Bahema Educação S.A. ("Companhia") é constituída na forma

BAHEMA EDUCAÇÃO

BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 45.987.245/0001-92

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Aprovação das demonstrações contábeis: A autorização para a conclusão destas informações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2020. **4.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores significativos adquiridos na combinação de negócios que foram mensurados pelos seus valores justos. **4.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3 - Combinação de negócios: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; • Nota explicativa 7(c) - Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas na determinação da taxa média de perda esperada; • Nota explicativa 7 - Testes de redução ao valor recuperável de ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • Nota explicativa 12 - Premissas para determinação das participações societárias mensurados a valor justo; e • Nota explicativa 19 - Provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos. **4.6 Reclassificação e retificação de erros de exercícios anteriores:** Durante o exercício de 2019 a Companhia identificou a necessidade de retificar os valores correspondentes referentes ao exercício de 2018 em decorrência dos seguintes assuntos: (a) Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social passivo sobre combinação de negócios em conexão com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Esse ajuste impactou o resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores, bem com o ágio por rentabilidade futura. (b) Reclassificação nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidados dos títulos concedidos a partes relacionadas (anteriormente registrados nas atividades operacionais, reclassificados para atividades de investimentos). (c) Reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidados dos pagamentos por aquisição de empresas (anteriormente registrados como atividade de investimento, reclassificados para atividades de financiamento em virtude da natureza pelo fato dos pagamentos serem de longo prazo). (d) Reclassificação do investimento que a Companhia não possui influência significativa para a rubrica de ativos financeiros em conexão com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. A apresentação dos ajustes e reclassificações de exercícios anteriores está sendo efetuada em conexão com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que requerer a divulgação do montante da retificação no início do período anterior mais antigo apresentado conforme segue: **(i) Balanços patrimoniais consolidados - 01/01/2018:**

		Controladora			Consolidado		
		01/01/18	Ajustes	01/01/18 (Reapresentado)	01/01/18	Ajustes	01/01/18 (Reapresentado)
Balanço Patrimonial							
Ativo							
Circulante		31.726	–	31.726	41.090	–	41.090
Não circulante							
Ativos financeiros	d)	–	–	–	–	10.353	10.353
Investimento	d)	21.469	985	22.454	10.353	(10.353)	–
Intangível	a)	1	–	1	33.043	7.034	40.077
Outros ativos não circulantes		5.742	–	5.742	12.873	–	12.873
		27.212	985	28.197	56.269	7.034	63.303
		58.938	985	59.923	97.359	7.034	104.393
Passivo							
Circulante		529	–	529	22.622	–	22.622
Não circulante							
Impostos diferidos	a)	–	–	–	–	5.947	5.947
Outros passivos não circulantes		49	–	49	12.608	–	12.608
		49	–	49	12.608	5.947	18.555
Patrimônio líquido							
Capital social		56.088	–	56.088	56.088	–	56.088
Reserva de lucros		2.233	985	3.224	2.239	985	3.224
Outros		33	–	33	33	–	33
Atribuído aos controladores	a)	58.360	985	59.345	58.360	985	59.345
Atribuído aos não controladores	a)	–	–	–	3.769	102	3.871
		58.360	985	59.345	62.129	1.087	63.216
		58.938	985	59.923	97.359	7.034	104.393

(ii) Balanços patrimoniais, demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidado e consolidado - 31/12/2018:

		Controladora			Consolidado		
		31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)	31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)
Balanço Patrimonial							
Ativo							
Circulante		12.132	–	12.132	19.240	–	19.240
Não circulante							
Ativos financeiros	d)	–	1.311	1.311	–	12.791	12.791
Investimento	d)	32.453	508	32.961	12.791	(12.791)	–
Intangível	a)	1	–	1	31.333	7.034	38.367
Outros ativos não circulantes		8.323	–	8.323	17.301	–	17.301
		40.777	1.819	42.596	61.425	7.034	68.459
		52.909	1.819	54.728	80.665	7.034	87.699
Passivo							
Circulante		147	–	147	18.319	–	18.319
Não circulante							
Impostos diferidos	a)	–	–	–	–	4.989	4.989
Outros passivos não circulantes		193	–	193	6.286	–	6.286
		193	–	193	6.286	4.989	11.275
Patrimônio líquido							
Capital social		56.088	–	56.088	56.088	–	56.088
Reserva de lucros	a)	173	1.819	1.992	173	1.819	1.992
Outros		(3.692)	–	(3.692)	(3.692)	–	(3.692)
Atribuído aos controladores	a)	52.569	1.819	54.388	52.569	1.819	54.388
Atribuído aos não controladores	a)	–	–	–	3.491	226	3.717
		52.569	1.819	54.388	56.060	2.045	58.105
		52.909	1.819	54.728	80.665	7.034	87.699

		Controladora			Consolidado		
		31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)	31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)
Demonstração do resultado							
Receita líquida		258	–	258	44.106	–	44.106
Custos		–	–	–	(28.994)	–	(28.994)
Resultado de equivalência patrimonial	a)	(1.020)	831	(189)			
Despesas operacionais		(2.777)	–	(2.777)	(17.466)	–	(17.466)
Resultado financeiro		1.457	–	1.457	275	–	275
Prejuízo antes dos impostos		**(2.082)**	**831**	**(1.251)**	**(2.079)**	–	**(2.079)**
Resultado de impostos	a)	(23)	–	(23)	(487)	954	467
Prejuízo líquido		**(2.105)**	**831**	**(1.274)**	**(2.566)**	**954**	**(1.612)**
Atribuível aos controladores	a)	(2.105)	831	(1.274)	(2.105)	831	(1.274)
Atribuível aos não controladores	a)	–	–	–	(461)	123	(338)

		Controladora			Consolidado		
		31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)	31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)
Demonstração dos resultados abrangentes							
Prejuízo líquido	a)	(2.105)	831	(1.274)	(2.566)	954	(1.612)
Ajustes ao resultado abrangente		42	–	42	42	–	42
Resultado abrangente	a)	(2.063)	831	(1.232)	(2.524)	954	(1.570)
Atribuível aos controladores	a)	(2.063)	831	(1.232)	(2.063)	831	(1.232)
Atribuível aos não controladores	a)	–	–	–	(461)	123	(338)

		Controladora			Consolidado		
		31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)	31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)
Demonstração dos fluxos de caixa							
Atividades operacionais							
Prejuízo do período antes dos impostos	a)	(2.085)	831	(1.254)	(2.079)	–	(2.079)
Ajustes ao prejuízo	a)	1.090	(831)	259	1.148	–	1.148
Movimentações de ativos e passivos							
Outros ativos	b)	(2.353)	–	(2.353)	(2.547)	1.700	(847)
Outras movimentações de ativos e passivos		(469)	–	(469)	(1.272)	–	(1.272)
		(3.817)	–	(3.817)	(4.750)	1.700	(3.050)
Atividades de investimentos							
Pagamento por aquisição de controlada	c)	–	–	–	(11.766)	11.766	–
Mútuos concedidos	b)	–	–	–	–	(1.700)	(1.700)
Outras movimentações		(15.907)	–	(15.907)	(5.366)	–	(5.366)
		(15.907)	–	(15.907)	(17.132)	10.066	(7.066)
Atividades de financiamento							
Pagamento por aquisição de controlada	c)	–	–	–	–	(11.766)	(11.766)
Outras movimentações		–	–	–	121	–	121
		–	–	–	121	(11.766)	(11.645)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(19.724)	–	(19.724)	(21.761)	–	(21.761)

		Controladora			Consolidado		
		31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)	31/12/18	Ajustes	31/12/18 (Reapresentado)
Demonstrações do valor adicionado							
Valor adicionado total a distribuir	a)	(502)	834	332	44.980	–	44.980
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal e encargos		1.086	–	1.086	27.615	–	27.615
Tributos	a)	366	–	366	9.701	(954)	8.747
Remuneração do capital de terceiros		154	–	154	10.230	–	10.230
Remuneração do capital próprio	a)	(2.108)	834	(1.274)	(2.566)	954	(1.612)
		(502)	834	332	44.980	–	44.980

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pela descrita na nota 5k. ***a) Base de consolidação: Combinações de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. ***Controladas:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder obre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***Participação de acionistas não-controladores:*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas (aplicável apenas na controladora) e coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. ***Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de valor justo:*** Os investimentos em empresas nas quais o Grupo não possui influência significativa, são registrados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***b) Reconhecimento de receitas:*** As informações sobre as políticas contábeis do Grupo sobre reconhecimento de receita estão descritas na nota explicativa 28. ***c) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:*** O Grupo reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao VJORA - Instrumento patrimonial, ao VJORA - Instrumento de dívida, ou ao VJR. No exercício de 2018, O Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente à sua aquisição, a não ser que o Grupo mudasse o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR. ***Ativos financeiros registrados pelo VJR:*** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. ***Custo amortizado:*** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. ***Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:*** O CPC 48/IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Sem necessário julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. ***Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Derivativos e operações de hedge:*** O Grupo não possui operação com transações de derivativos e/ou operações de hedge. ***d) Mensalidades escolares a receber:*** Representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com estudantes com mensalidades em atraso e cobranças judiciais. As antecipações de receitas recebidas no exercício corrente a título de antecipação escolar são classificadas no passivo circulante como adiantamento de clientes e reconhecidas no resultado de acordo com o seu exercício de competência. ***e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:*** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica "Despesas administrativas e gerais". ***Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Depreciação:*** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***f) Ativos intangíveis e ágio: Ágio:*** O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Para mensuração do ágio no reconhecimento inicial. ***Outros ativos intangíveis:*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Amortização:*** Os valores depreciáveis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. ***g) Redução ao valor recuperável de ativos:*** Para teste de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***h) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. ***i) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***Plano de contribuição definida:*** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. ***Plano de pagamento baseado em ações:*** O Grupo oferece planos de remuneração com base em ações a seus funcionários, executivos e prestadores de serviços, segundo os quais o Grupo recebe serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativa do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. A cada período de divulgação, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições contratuais. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada refllita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta de Reserva de Capital que registrou o benefício aos empregados. ***j) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***k) Novas normas e interpretações novas e revisadas:*** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada a partir de 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. ***Definição de arrendamento:*** Anteriormente, a Companhia determinou, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***Ativos arrendados:*** A Companhia arrenda basicamente os imóveis onde estão localizados os colégios e a sede financeira da Companhia. Como arrendatário, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para estes arrendamentos, ou seja, arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. ***Políticas contábeis significativas:*** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 9,6%, variando de acordo com o prazo de cada contrato. A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. ***Impacto nas demonstrações financeiras:*** A Companhia apresenta os seguintes ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	01/01/19 (adoção inicial)	31/12/19	01/01/19 (adoção inicial)
Ativos de direto de uso				
Imóveis	–	355	21.125	18.137
Passivos de arrendamento				
Imóveis	–	355	20.534	18.137

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2) IFRS 16, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R$ 3.268 de depreciação e R$ 220 de juros destes arrendamentos. **6. CAIXA E EQUIVALEN-TES DE CAIXA:**

Descrição	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Caixa	–	1	17	47
Bancos - conta corrente	–	4	761	2.575
Aplicações financeiras - Fundos DI, CDBs e Renda Fixa	36.083	11.404	47.372	13.168
	36.083	**11.408**	**48.150**	**15.790**

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras em cotas de fundos DI, CDBs e renda fixa que possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração média das aplicações financeiras foi de 5,74% a.a. (6,23% a.a. em 31 de dezembro de 2018). Os fundos de investimentos são abertos e a companhia não possui participação representativo nestes fundos.

7. MENSALIDADES A RECEBER: (a) Composição:

Descrição	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Mensalidades	3.727	1.429
Alividades Extras	57	89
(–) Perdas esperadas	(2.061)	(494)
	1.723	**1.024**

(b) Composição dos saldos por tempo de vencimento: A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda estimada	Consolidado 31/12/19 Saldo contábil líquido
A vencer				
Vencidos de 0 a 30 dias	556	19%	(74)	482
Vencidos de 31 a 60 dias	318	20%	(64)	254
Vencidos de 61 a 90 dias	217	27%	(58)	159
Vencidos a mais de 91 dias	2.693	69%	(1.866)	827
	3.784		**(2.061)**	**1.723**

(c) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa: A movimentação dos saldos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(494)**
Adições	(815)
Baixas	–
Reversões	468
Adições Combinação de Negócios - Fórum Participações	(1.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(2.061)**

(494)
(393)
(8)
179
(272)
(494)

As estimativas com perdas esperadas de créditos são registradas de acordo com a média histórica de perdas por inadimplência em percentuais inferiores a 1%.

8. ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS (CONSOLIDADO):

Descrição	31/12/19	31/12/18
Adiantamento de férias (a)	739	324
Adiantamento a funcionários	295	169
Outros adiantamentos	9	–
	1.043	**493**

(a) Pagamento antecipado das férias aos professores. As despesas serão reconhecidas de acordo com o período aquisitivo.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR:

Descrição	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Imposto de Renda	5.896	5.690	5.898	5.918
Contribuição Social	18	19	91	80
	5.714	**5.709**	**6.077**	**5.993**
Circulante	395	461	709	722
Não circulante	**5.319**	**5.248**	**5.366**	**5.271**

O saldo é composto substancialmente por créditos tributários gerados em apurações de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social em exercícios anteriores. Estes créditos de imposto de renda e contribuição social, serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo dos exercícios seguintes, assim, permitidos pela legislação.

10 OUTROS ATIVOS:

Descrição	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Mútuo Escola Viva (a)	2.188	2.064	2.188	2.064
Acordos	–	–	279	309
Valores em cobrança judicial	–	–	607	450
Cheques em cobrança	–	–	111	67
Despesas a Apropriar	22	15	22	15
Outros ativos de garantia de ex-proprietários	–	–	1.545	1.545
Outros Ativos	420	547	532	670
	2.630	**2.626**	**5.284**	**5.120**
Circulante	30	262	1.113	1.211
Não circulante	2.600	2

BAHEMA EDUCAÇÃO

continuação

BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 45.987.245/0001-92

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/18 (Reapresentado)	Aquisição de debêntures e mútuos	Conversão de mútuo em ações	Aportes	Equivalência patrimonial	Mudanças no valor justo	Reclassificação Passivo/Ágio/Outros	Consolidado Saldo em 31/12/19
Investimentos								
Coligadas e controladas em conjunto								
Centro Educacional Viva Ltda. (nota 3a)	–	–	–	–	11	–	669	680
Escola Mais Educação S.A. (nota 3c)	–	–	1.311	–	(206)	–	–	1.105
Bahema MeiMei S.A.	–	–	–	2.000	(73)	–	–	1.927
Total de investimentos	–	–	**1.311**	**2.000**	**(268)**	–	**669**	**3.712**
Adiantamento para aquisição de investimentos								
Colégio Bis	–	–	–	17.406	–	–	–	17.406
Colégio Apoio	–	–	–	1.510	–	–	–	1.510
Total de investimentos	–	–	–	**18.916**	–	–	–	**18.916**
Ativos financeiros								
Investimentos avaliados pelo valor justo e debêntures conversíveis em ações								
Escola Mais Educação Ltda.	1.311	9.166	(1.311)	–	–	–	–	9.166
Progresso Participações S.A.	7.750	–	–	–	–	1.909	–	9.659
Centro de Pesquisa Balão Vermelho Ltda.	3.730	–	–	–	–	(311)	–	3.419
Total de Ativos financeiros	**12.791**	**9.166**	**(1.311)**	–	–	**1.598**	–	**22.244**

13. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO): Composição:

	% - Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado 31/12/19 Valor líquido	Consolidado 31/12/18 Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	2.635	(1.772)	**863**	**722**
Máquinas e equipamentos	10%	472	(345)	**127**	**54**
Computadores e periféricos	20%	2.600	(2.103)	**497**	**392**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(a)	9.213	(3.265)	**5.948**	**5.735**
Instalações	10%	1.172	(759)	**413**	**437**
Móveis didáticos	10%	393	(156)	**237**	**276**
Veículos	20%	390	(314)	**76**	–
Outros	10%	251	(208)	**43**	**48**
Total		**17.126**	**(8.922)**	**8.204**	**7.664**

(a) A amortização das Benfeitorias em propriedades de terceiros é calculada pelo prazo contratual de utilização, conforme os contratos realizados pelo grupo.

	Prazo de Locação	Taxa
Bahema S/A	5 anos	20%
Escola da Vila Ltda.	10 anos	10%
Somater Ensino e Pesquisa Ltda.	10 anos	10%

Movimentação entre 31/12/18 a 31/12/19:

Descrição	31/12/18	Adições	Baixas	Aquisições combinações de negócios	Depreciação	Consolidado 31/12/19
Móveis e utensílios	722	200	–	77	(136)	**863**
Máquinas e equipamentos	54	–	–	89	(16)	**127**
Computadores e periféricos	392	182	–	82	(159)	**497**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5.735	1.058	(191)	71	(725)	**5.948**
Instalações	437	8	(32)	66	(66)	**413**
Móveis didáticos	276	–	–	–	(39)	**237**
Veículos	–	–	–	80	(4)	**76**
Outros	48	9	–	–	(14)	**43**
	7.664	**1.457**	**(223)**	**465**	**(1.159)**	**8.204**

Movimentação entre 31/12/2017 a 31/12/18:

Descrição	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Consolidado 31/12/18
Móveis e utensílios	774	76	–	(128)	**722**
Máquinas e equipamentos	14	49	–	(9)	**54**
Computadores e periféricos	277	255	–	(140)	**392**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4.061	2.225	–	(551)	**5.735**
Instalações	366	135	–	(64)	**437**
Móveis didáticos	128	188	–	(40)	**276**
Veículos	48	–	–	(48)	–
Outros	59	–	–	(11)	**48**
	5.727	**2.928**	–	**(991)**	**7.664**

14. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO): Movimentação entre 31/12/18 a 31/12/19:

	% - Taxa de amortização	31/12/18 (Reapresentado)	Aquisições combinações de negócios	Amortização	31/12/19
Vida útil indefinida					
Ágio	–	**23.746**	12.719	–	**36.465**
Vida útil definida					
Marca	5 - 10	**4.928**	2.066	(772)	6.222
Contratos	10	**81**	–	(35)	46
Carteira de clientes	10	**9.611**	2.309	(1.273)	10.647
Non Compete	5	–	1.293	(102)	1.191
Software	5	–	4	–	4
Total		**38.367**	**18.391**	**(2.182)**	**54.576**

Movimentação entre 31/12/2017 a 31/12/18

	% - Taxa de amortização	31/12/2017 (Reapresentado)	Aquisições combinações de negócios	Amortização	31/12/18 (reapresentado)
Vida útil indefinida					
Ágio	–	**23.650**	96	–	**23.746**
Vida útil definida					
Marca	5 - 10	**5.549**	–	(621)	4.928
Contratos	10	**108**	–	(27)	81
Carteira de clientes	10	**10.769**	–	(1.158)	9.611
Non Compete	5	–	–	–	–
Software	5	–	–	–	–
Total		**40.077**	**96**	**(1.806)**	**38.367**

Teste por redução ao valor recuperável - Ágio: Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) da Companhia como segue:

	Ágio
Escola da Vila	23.764
Fórum Cultural	12.282
Centro Educacional Viva	399
Total	**36.465**

Em 31 de dezembro de 2019 foi efetuado teste de recuperação considerando os fluxos de caixa descontados das controladas, resultando no retorno econômico sobre os ágios, em linha com o Pronunciamento Técnico - CPC 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos (R1), em que é exigido o teste pelo menos uma vez a cada exercício. O processo de estimativa do valor em uso considera premissas de projeções de receitas, custos e despesas e envolve a utilização de julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração. O teste de *impairment* não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas. A projeção de fluxo de caixa contemplou o período de cinco anos acrescido do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ano e utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 14,55% e um valor de taxa de crescimento de perpetuidade de 3,5%.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO):

Empréstimos e financiamentos	Moeda	% - Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	31/12/19	31/12/18
BNDES	R$	6%	2020	11	45
Leasing	R$	23% a 29%	2017 a 2020	11	27
Capital de Giro (a)	R$	11%	2022	9.965	–
Banco Santander	R$	17,21%	2019 a 2022	1.640	–
Outros empréstimos	R$	–	2020	30	–
Total				**11.657**	**72**
Passivo circulante				**10.720**	**72**
Passivo não circulante				**937**	–
Saldo em 31 de dezembro de 2018					**72**
(+) Adições					10.100
(+) Adições combinações de negócios					2.961
(+) Encargos financeiros					455
(–) Pagamentos					(1.921)
Saldo em 31 de dezembro de 2019					**11.657**

Os valores com vencimento em longo prazo serão exigidos nos seguintes anos-calendário:

2021	616
2022	321
Total	**937**

(a) Em 23 de julho de 2019 a Companhia em conjunto com suas controladas Bahema MG e Centro de Formação de Educadores da Vila, assinaram contratos de empréstimo bancário no valor de R$ 2.000, R$ 1.000 e R$ 4.000 respectivamente. Esses contratos tem vencimento de 1 ano com pagamentos mensais de juros pré-fixados de 0,9% a.m. Em 21 de outubro de 2019 as controladas indiretas, Geração Fórum Cultural, Geração Fórum Cultural São Francisco e Bureau, assinaram contratos de empréstimo bancário no valor de R$ 2.600, R$ 400 e R$ 100 respectivamente. Esses contratos tem vencimento de 1 ano com pagamentos mensais de juros pré-fixados de 0,74% a.m.. Estes contratos não possuem cláusulas de covenants.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Salários a pagar	–	–	1.543	1.056
Provisão de férias e encargos	8	4	1.726	594
Encargos a recolher	544	20	1.606	746
Pró-labore a pagar	–	–	95	25
Outros	–	–	49	48
Total	**552**	**24**	**5.016**	**2.469**
Passivo circulante	**29**	**24**	**4.493**	**2.469**
Passivo não circulante	**523**	–	**523**	–

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Parcelamento REFIS **(a)**	–	–	2.692	437
IRPJ	–	–	26	–
CSLL	–	–	10	–
PIS e COFINS	22	9	246	75
ISS	13	4	200	102
IRRF	18	11	913	224
Outros	205	195	229	241
Total	**258**	**225**	**4.316**	**1.678**
Passivo circulante	**59**	**32**	**2.102**	**1.100**
Passivo não circulante	**199**	**193**	**2.214**	**578**

(a) O Grupo efetuou o parcelamento de seus débitos tributários para pagamento em até 180 meses. A manutenção das condições de pagamento e demais benefícios dos parcelamentos está condicionada ao pagamento regular de suas parcelas, o que tem ocorrido dentro dos precedentes da legislação em vigor. A movimentação do referido parcelamento para as demonstrações contábeis é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**437**
Atualização no período	142
Adições combinações de negócios	2.441
Amortização no período	(328)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.692**
Passivo circulante	**678**
Passivo não circulante	**2.014**

Os valores com vencimento em longo prazo serão exigidos nos seguintes anos-calendário:

2021	678
2022	686
Após 2023	650
Total	**2.014**

18. ADIANTAMENTOS DE MENSALIDADES: Os valores contabilizados nessa rubrica referem-se aos adiantamentos de mensalidades de alunos que serão reconhecidos como resultado no período de competência, à medida que os serviços de educação forem prestados. **19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:** O Grupo é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Contingência	Depósito judicial 31/12/2009	Consolidado Probabilidade de perda Provável	Contingência	Depósito judicial	Consolidado 31/12/18 Probabilidade de perda Provável
Trabalhistas	16	–	Trabalhistas	16	–
Cíveis	9	–	Cíveis	9	–
Tributárias	22	324	Tributárias	432	324
	47	**324**		**457**	**324**

Conforme informações dos assessores jurídicos do Grupo, não há processos judiciais movidos na condição de perda possível.

Movimentação das provisões - consolidado:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/18	–	–	**324**	**324**
Atualização	–	–	–	–
Saldo em 31/12/19	–	–	**324**	**324**

20. COMPROMISSOS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE EMPRESAS E OUTRAS CONTAS A PAGAR:

	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Compromissos a pagar por aquisição de empresas				
Contas a pagar pela aquisição da Sovila Participações S.A. (a)	–	–	–	7.931
Contas a pagar pela aquisição do Fórum Cultural (nota 3b)	–	–	5.892	–
Passivo circulante	–	–	**5.892**	**7.931**
Passivo não circulante	–	–	**1.876**	**7.931**
Outras contas a pagar	–	–	**4.016**	–
Acordos	–	–	110	440
Opção de Venda - *Put option* Escola da Vila (b)	–	–	2.457	3.725
Opção de Venda - *Put option* Escola Fórum Cultural (c)	–	–	607	–
Outras	596	48	2.213	1.877
Passivo circulante	**596**	**48**	**5.387**	**6.042**
Passivo circulante	**34**	**48**	**2.921**	**658**
Passivo não circulante	**562**	–	**2.466**	**5.384**

(a) O saldo de R$ 7.931 referente à última parcela a pagar pela aquisição do controle da Sovila Participações S.A. foi quitada no 1º trimestre de 2019 pelo valor atualizado de R$ 8.194. (b) Como parte do acordo de aquisição de participação da Escola da Vila, uma opção de venda ("put") foi emitida pela Companhia e uma opção de compra ("call") foi emitida pelos acionistas vendedores, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes de 20% da Escola da Vila por um valor equivalente ao múltiplo de EBITDA de 2019, sendo a put exercível por seis meses a partir de fevereiro de 2020 e até um ano após esse período, e a call da mesma forma. A Companhia mensurou este passivo a valor presente e reconheceu, em suas demonstrações financeiras, a opção de venda no montante de R$ 2.457 (R$ 3.725 em 31 de dezembro de 2018), em contrapartida a "Outras reservas" no Patrimônio Líquido. (c) Como parte do acordo de aquisição de participação da Escola Fórum Cultural, uma opção de venda ("put") foi emitida pela Companhia e uma opção de compra ("call") foi emitida pelos acionistas vendedores, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes de 5% da Fórum (nota 2 a).A Companhia mensurou este passivo a valor presente e reconheceu, em suas demonstrações financeiras, a opção de venda no montante de R$ 607, em contrapartida a "Outras reservas" no Patrimônio Líquido.

21. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	
(+) Adoção inicial	18.849
(+) Adição Combinação de Negócios	5.083
(–) Pagamentos	(4.116)
(+) Reajuste de aluguel	791
(+) Juros de arrendamento mercantil	220
(–) Reversões	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**20.534**
Passivo circulante	**4.527**
Passivo não circulante	**16.007**

Os valores com vencimento em longo prazo serão exigidos nos seguintes anos-calendário:

2021	4.247
2022	3.750
2023	3.420
Após 2024	4.590
Total	**16.007**

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (incluindo tributos), descontados a uma taxa incremental de juros. A Companhia e suas controladas definiram que a taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado. Esta definição de utilização de taxa de juros nominal, na avaliação da Companhia e suas controladas é a que melhor reflete as características de seus contratos. Caso utilizasse as taxas de juros reais, os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento estariam assim comparados:

Análise do Impacto da Diferença Balanço Patrimonial		Análise do Impacto da Diferença Demonstração Resultado	
Arrendamento a pagar	**31/12/19**	**Despesa Financeira**	**2019**
Fluxos conforme CPC 06 (R2)	20.534	Fluxos conforme CPC 06 (R2)	220
Fluxos sem inflação	26.326	Fluxos sem inflação	58
Direito de Uso líquido	**31/12/19**	**Despesa de depreciação**	**2019**
Fluxos conforme CPC 06 (R2)	21.125	Fluxos conforme CPC 06 (R2)	3.326
Fluxos sem inflação	26.413	Fluxos sem inflação	3.898

22. IMPOSTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO): Em 31 de dezembro 2019, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, é a seguinte:

	01/01/18 (Reapresentado)	Movimento - efeito no resultado	31/12/18 (Reapresentado)	Movimento - efeito no resultado	Movimento - efeito Ágio	31/12/19
Combinação de negócios - Sovila	16.426	(1.806)	14.620	(1.808)	–	12.812
Combinação de negócios - Fórum	–	–	–	(373)	5.666	5.293
Ajuste a valor presente de contas a pagar por aquisição de empresas	1.065	(1.001)	64	(224)	1.005	845
Total	**17.491**	**(2.807)**	**14.684**	**(2.405)**	**6.671**	**18.950**
Alíquota nominal combinada %	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferidos Passivo	5.947	(954)	4.993	(818)	2.268	6.443
Prejuízo fiscal	–	–	–	1.691	–	1.691
Total	–	–	–	**(1.691)**	–	**1.691**
Alíquota nominal combinada %	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferidos Ativo	–	–	–	575	–	575
IRPJ e CSLL Diferidos Passivo - Líquido	**5.947**	**(954)**	**4.993**	**(1.393)**	**2.268**	**5.868**

Os impostos diferidos ativo sobre prejuízos fiscais estão sendo apurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras considerando os limites legais de compensação dos tributos diferidos ativos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 28 de outubro de 2019 o Conselho de Administração se reuniu e aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, no montante de R$ 73.317, por meio da emissão de 1.047.389 ações ordinárias, quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em decorrência do aumento de capital social realizado no contexto da Oferta, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 130.267 (R$ 56.950 em 31 de dezembro de 2018) dividido em 2.219.359 (1.171.970 em 31 de dezembro de 2018) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O gasto com emissões de ações totalizou-se R$ 103. O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 130.267 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 56.950 em 31 de dezembro de 2018, representado, respectivamente, por 2.219.359 e 1.171.970 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/19	31/12/18
Mint Education Fundo de Investimento em Ações	54,78%	43,67%
Guilherme Affonso Ferreira Filho	4,07%	7,58%
Carlos Eduardo Affonso Ferreira	7,43%	6,44%
Monica Affonso Ferreira Maion	2,76%	4,01%
Frederico Marques Affonso Ferreira	1,33%	3,30%
Ana Maria Affonso Ferreira Bianchi	1,90%	1,91%
Bruno Bertolucci Bellibom	0,46%	0,38%
Afrânio Affonso Ferreira Neto	0,20%	0,15%
Guilherme Affonso Ferreira	1,08%	0,00%
Outros	26,00%	32,07%
Total de ações em circulação	**100,00%**	**100,00%**

b) Reserva de Capital:	31/12/18	Movimentação	31/12/19
Ágio na Emissão das Ações	33	–	33
Opção de Venda - *Put option* (nota 20)	(3.725)	661	(3.064)
Opções Outorgadas Reconhecidas (nota 23g)	–	2.614	2.614
	(3.692)	**3.275**	**(417)**

c) Reserva legal: Constituída anualmente na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva legal foi absorvido pelo prejuízo do período. **d) Outras reservas:** Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a ajuste de outras reservas era referente ao reconhecimento do passivo a valor presente do put option com acionistas não controladores descrito na nota 20 (b) e 20 (c). **e) Dividendos:** As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76. **f) Resultado por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o prejuízo por ação diluído. Apresentamos a seguir o cálculo do prejuízo por ação básico:

	31/12/19	31/12/18 (Reapresentado)
Numerador básico		
Resultado do exercício	(9.175)	(1.274)
Denominador Básico		
Média ponderada de ações - básica	1.355,622	1.171,970
Prejuízo básico por ação em (R$)	**(6,77)**	**(1,09)**
Denominador Diluído		
Plano de remuneração baseado em ações	70.000	
Média ponderada de ações - diluída	1.425,622	1.171,970
Prejuízo diluído por ação em (R$)	**(6,44)**	**(1,09)**

g) Plano de remuneração baseado em ações: Em 02 de outubro de 2017, a Companhia estabeleceu um programa de opção de compra de ações para outorgar a determinados Colaboradores Elegíveis possam adquirir ou subscrever ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, o Conselho de Administração da Companhia poderá determinar a data de abertura e encerramento de cada programa, bem como determinar as datas e procedimentos de outorga, vesting e exercício. O Conselho de Administração poderá também determinar a quantidade de opções que serão outorgadas para cada colaborador, mas não poderá aumentar o limite de total de ações que possam ser conferidas no plano. Em maio de 2019, no primeiro programa, foram feitas 3 outorgas totalizando opções de compra de 70.000 ações de emissão da Companhia. A carência para exercício das opções deste plano é de no mínimo 24 meses, tempo este que os Colaboradores Elegíveis deverão permanecer na Companhia como administradores. Uma vez exercidas as opções de compra, as ações resultantes conferem aos colaboradores os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da subscrição. Em 31 de outubro de 2019 a Companhia assinou um aditivo ao contrato do programa de opções modificando o período de carência das outorgas efetuadas em maio de 2019. Se antes 2/3 das opções outorgadas teriam período de carência até maio de 2021, com o aditivo, 1/3 das opções tem período de carência até maio de 2020, 1/3 das opções tiveram o período mantido até maio de 2021 e 1/3 das opções mantiveram o período de carência até maio de 2022. As opções outorgadas foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes" e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções de ações concedidas neste período foram:

	1º programa A Lote 1	Lote 2	Lote 3	1º programa B Lote 1	Lote 2	Lote 3
Quantidade de beneficiários	2	2	2	1	1	1
Quantidade de ações objeto de outorga	13.200	13.200	13.600	9.900	9.900	10.200
Período de carência	**12 meses**	**24 meses**	**36 meses**	**12 meses**	**24 meses**	**36 meses**
Início do período de carência	**03/05/2019**	**03/05/2019**	**03/05/2019**	**03/05/2019**	**03/05/2019**	**03/05/2019**
Período aquisitivo (*vesting*)	**12 meses**	**24 meses**	**36 meses**	**12 meses**	**24 meses**	**36 meses**
Valor justo na data de outorga	94,00	94,00	96,89	91,11	91,11	94,41
Preço de exercício	32,20	32,20	32,20	35,82	35,82	35,82
Volatilidade esperada	52,74%	52,74%	53,30%	52,74%	52,74%	53,30%
Rendimento de dividendos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Taxa de juros anual livre de risco	7,42%	7,42%	7,93%	7,42%	7,42%	7,93%

Os instrumentos de plano de opções são classificados como instrumento de patrimônio, sendo o resultado lançado em contraparti da uma reserva de capital específica para esse fim.

	31/12/19
Despesa com opções de compra de ações apropriada no resultado no exercício	R$ 2.614

24. RECEITA LÍQUIDA:

	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Receita operacional bruta		
Contribuições de alunos - mensalidades	56.419	46.873
Impostos	(3.361)	(2.767)
	53.058	**44.106**

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47/IFRS 15
Prestação de serviços educacionais	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino e outras prestações de serviço de ensino no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se sua realização	As receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. O preço das mensalidades são individuais por cursos, determinado com base nos preços de tabela que a Companhia vende seus serviços, líquido dos descontos concedidos. As mensalidades recebidas antecipadamente são reconhecidas como adiantamento de mensalidades, no passivo circulante e serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Há uma incerteza significativa na

25. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA:

	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Custo de pessoal	(28.695)	(24.850)
Custo com materiais	(499)	(274)
Custo diversos	(1.626)	(1.229)
Custo de serviços de terceiros	(3.294)	(2.641)
	(34.114)	**(28.994)**

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS POR NATUREZA:

	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Aluguéis e condomínios	(91)	(123)	(97)	(681)
Serviços prestados por terceiros	(1.721)	(1.313)	(5.166)	(4.187)
Conservação de bens e instalações	(16)	(13)	(822)	(733)
Impostos e taxas	(55)	(48)	(885)	(685)
Depreciação e amortização	(61)	(70)	(1.159)	(991)
Depreciação do direito de uso	(96)	–	(3.326)	–
Outras	(110)	(121)	(2.068)	(1.451)
	(2.150)	**(1.688)**	**(13.523)**	**(11.728)**

27. DESPESAS COM PESSOAL:

	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Salário	(45)	(14)	(5.507)	(3.731)
Pró-labore	(952)	(1.026)	(1.884)	(1.366)
Opções outorgadas	(2.614)	–	(2.614)	–
Férias	(8)	–	(579)	(466)
Décimo terceiro	(6)	(2)	(491)	(343)
INSS	(205)	(203)	(2.145)	(1.436)
INSS opções outorgadas	(523)	–	(523)	–
FGTS	(11)	(1)	(682)	(383)
Outras despesas com pessoal	(57)	(43)	(1.543)	(1.021)
	(4.421)	**(1.289)**	**(15.968)**	**(8.746)**

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:

	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Outras receitas operacionais				
Combinação de negócios - Reversão de parcelas contingentes (a)	–	–	–	3.370
Atualização de valor justo de investimentos	–	–	1.909	–
Assessoria pedagógica	1.609	–	1.609	–
Dividendos recebidos	–	–	365	–
Outras receitas	–	200	431	1.837
	1.609	**200**	**4.314**	**5.207**
Outras despesas operacionais				
Amortização de intangíveis em combinações de negócios	–	–	(2.182)	(1.806)
Atualização de valor justo	–	–	(469)	–
Outras despesas	(486)	–	(533)	(179)
Provisão para perdas com depósitos judiciais	(441)	–	(441)	–
	(927)	–	**(3.625)**	**(1.985)**
Outras despesas/(receitas) operacionais	**682**	**200**	**689**	**3.222**

(a) O valor de R$ 3.370 refere-se a parcela de contraprestação contingente ("earn-out") que a Companhia tinha a pagar para os antigos controladores da Escola da Vila. Durante o 2ITR de 2018 a Companhia reverteu o saldo a pagar contra o resultado do período em virtude da controlada não ter atendido determinados indicadores.

29. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos de investimentos	638	1.102	1.053	1.522
Juros ativos	410	386	576	549
	1.048	**1.488**	**1.629**	**2.071**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(7)	(26)	(66)	(129)
Correção monetária do contas a pagar pela aquisição Sovila	–	–	(133)	(611)
Ajuste a valor presente dos contratos de aquisição Sovia	–	–	(65)	(813)
Correção monetária do contas a pagar pela aquisição Fórum	–	–	(211)	–
Ajuste a valor presente dos contratos de aquisição Fórum	–	–	(161)	–
Juros sobre passivo de arrendamento	(3)	–	(220)	–
Encargos financeiros de empréstimos	(97)	–	(455)	–
Outras financeiras	(13)	(5)	(351)	(243)
	(120)	**(31)**	**(1.662)**	**(1.796)**
Resultado financeiro	**928**	**1.457**	**(33)**	**275**

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/19 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/19 (Reapresentado)
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.170)	(1.251)	(10.504)	(2.079)
Alíquota nominal combinada %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**(3.118)**	**(425)**	**(3.571)**	**(707)**
Equivalência patrimonial	4.209	189	267	–
Outras adições/exclusões líquidas	(1.106)	259	2.233	1.174
Total do IR e CS	**(5)**	**(23)**	**1.071**	**467**
IR e CS - corrente	**(5)**	**(23)**	**(322)**	**(487)**
IR e CS - diferido	–	–	**1.393**	**954**

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pelo Grupo estão representados por caixa e equivalentes de caixa, investimentos e fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis do Grupo, a qual está sujeita aos fatores de riscos descritos a seguir: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de o Grupo ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Em relação às mensalidades, o risco de crédito se limita ao valor da anuidade. Em casos de inadimplência, a matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada até que o responsável financeiro quite e/ou negocie os valores em atraso (com base na Lei nº 9.870/99, que trata do valor total das anuidades escolares). A seleção dos alunos com base na análise de crédito de seus responsáveis, bem como o constante acompanhamento dos valores em atraso, compõe, entre outras, as medidas de gerenciamento cujo objetivo é mitigar o risco de crédito do Grupo. O montante de títulos vencidos em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 3.784 (Nota 7) para os quais uma provisão para perdas no valor de R$ 2.601 (Nota 7) foi reconhecida. Vide aging analysis na Nota 7. Mensalidades a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Caixa e equivalentes de caixa	6

BAHEMA EDUCAÇÃO

continuação

BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 45.987.245/0001-92

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo da obrigação de recompra pelos acionistas controladores da participação de 5% foi aplicado o modelo de "Black & Scholes". **32. PARTES RELACIONADAS: (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 2019 e 2018, o Conselho de Administração e seus suplentes não receberam remuneração. Em 2018, os membros do Conselho de Administração recebiam uma remuneração no montante e na forma fixadas pela Assembleia Geral. Em 2018 os membros do Conselho de Administração são remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de conselheiro, em caso de vaga do titular. Os Diretores recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral. Não foi pago nenhum valor a título de: **(i)** benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); **(ii)** benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de longo prazo de incentivo pecuniário de longo prazo) e **(iii)** remuneração com base em ações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo de R$ 878 e R$ 2.614 respectivamente. Além disso, foi reconhecido no resultado do exercício de 2019 o montante de R$ 2.614 referente as outorgas das opções. **(b) Transações entre as entidades do grupo:** No período findo em 31 de dezembro de 2019 houve transações entre empresas do grupo no valor de R$ 878. Estas transações foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, em outubro de 2019 foi assinado contrato de debêntures com a Escola Mais (nota 3e). **33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO:** A Administração do Grupo baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis do segmento revistas pela Administração do Grupo incluem receitas, custos, despesas, alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "prestação de serviços de educação básica" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **34. SEGUROS:** O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram julgadas suficientes e adequadas pela Administração da Companhia. **35. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Combinações de negócios:** *Colégio BIS*: Em 23 de janeiro de 2020, foram concluídas as condições precedentes para a aquisição de 60% no capital social do Colégio BIS (Nota 3d). A partir desta data a Companhia passou a exercer o controle sobre esta entidade. O Colégio BIS tem mais de 20 anos de experiência educacional bilíngue e está localizado na região de Moema, São Paulo. *Colégio Agnus*: Em 15 de janeiro de 2020, foram concluídas as condições precedentes para a aquisição de participação de 100% no capital social do Colégio Apoio (Nota 3e). A partir desta data a Companhia passou a exercer o controle sobre esta entidade. O Colégio Apoio tem seu projeto pedagógico baseado em Jesus Cristo e está localizado na região de Recife, Pernambuco. **Escola Parque:** Em 31 de janeiro de 2020, foram concluídas as condições precedentes para a aquisição de participação de 100% no capital social da Escola Parque. Com mais de 3500 alunos do Ensino Infantil até o Ensino Médio, a Escola Parque foi fundada no ano 1970 no bairro da Gávea, no Rio de Janeiro. Em 2001, inaugurou mais uma unidade na Barra da Tijuca. **b) Aquisição de debêntures da Escola Mais:** Em janeiro de 2020, a Companhia efetuou o pagamento da segunda parte da integralização das Debêntures emitidas pela Escola Mais no valor de R$ 4.960. **c) Coronavírus - COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou governos e outras entidades em todo o mundo, que tomaram medidas para o impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, aos quais pertencem os fornecedores e clientes da Companhia, bem como os demais agentes da Economia. A Administração está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: a) Todas as escolas suspenderam aulas presenciais e estão desenvolvendo aulas à distância por meio de plataformas de conteúdo digital à fim de dar continuidade às atividades e minimizar o impacto para as famílias; b) Seguimos acompanhando a evolução do saldo de contas a receber e até a data não temos evidência de impactos relevantes, ressaltando que os próximos vencimentos de mensalidade acontecem nas primeiras semanas de abril. Os contratos com clientes são anuais, portanto, após o final do período de suspensão indicado pelas autoridades competentes, temos a previsão de repor o serviço cumprindo os contratos firmados com os clientes. Também já foram divulgadas normas permitindo que o ensino à distância seja considerado para cálculo das atividades letivas; c) Da mesma forma a Companhia busca manter o bom relacionamento com seus fornecedores e segue em tratativas para manter os serviços prestados após o período de suspensão mencionado, bem como tem buscado alongar os prazos de pagamentos. Em relação ao seu quadro de colaboradores, o escritório central já está trabalhando remotamente e estamos avaliando as possibilidades de antecipação de férias para alguns quadros.

Diretoria

Guilherme Afonso Ferreira Filho - Diretor

Contador

Edson Manabu Kubagawa - CRC - CT 1SP 146.701/O-4

Relatório do auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas da **Bahema Educação S.A** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bahema S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis relevantes e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bahema S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de seus operações e os seus respectivos fluxos de caixas individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Certificados de recebíveis imobiliários** - No contexto de suas operações de securitização, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando recebíveis imobiliários ("Recebíveis imobiliários") aos certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"). Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplam os referidos recebíveis imobiliários e os CRIs correspondentes, que são veiculados com regime fiduciário e sem coobrigação. Não obstante, a Companhia também efetua o gerenciamento do recebimento destes ativos, bem como o pagamento dos CRIs em observância às suas obrigações junto ao agente fiduciário. Neste sentido, considerando a atividade-fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, entendemos que é um tema de risco significativo em nossa abordagem de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** – Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam na: Leitura dos termos de securitização, analisando se as condições determinadas nos termos foram refletidas nas demonstrações financeiras; • Verificação da custódia dos CRI emitidos; • Recálculo dos juros e confronto com os montantes registrados durante o exercício; • Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os procedimentos utilizados para o registro, controle, valorização e divulgação dos certificados de recebíveis imobiliários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Entanos - Valor líquido de realização das Cédulas de Créditos Imobiliários (CCIs)** - Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 5 e 6, as Cédulas de Créditos Imobiliários (CCIs) que servem de lastro à emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) da Securitizadora são originadas por créditos de contratos de financiamentos habitacionais celebrados com mutuários do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ) no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e que possuem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), cujas operações foram originadas em 1º de janeiro de 2018 da finalização do processo de novação. No entanto, devido (i) à natureza e complexidade envolvidas no processo de novação, decorrente do exposto; e (ii) ao fato desses créditos estarem aguardando o resultado final de um processo administrativo instaurado pela Caixa Econômica Federal (CEF), os valores líquidos de realização dos registrados nas demonstrações financeiras podem variar significativamente quando da finalização do processo. **Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais da Companhia** - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia vem apresentando prejuízos acumulados nos últimos exercícios, e tem sido sua capacidade suficiente para honrar seus compromissos com controladoras. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações considerando a capacidade da Companhia de realizar de aporte de capital por parte dos acionistas e não incluem quaisquer ajustes relacionados a recuperabilidade e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. **Outros assuntos** – **Demonstração do valor adicionado** - Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Vision Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento obtido em nossa auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante, temos que comunicar o fato a ser reportado. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**-Continuação - • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação de uso, pela Administração, do base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente relativa às informações financeiras das entidades ou atividades empresariais do grupo para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Somos responsáveis pela governança, dentre outros aspectos, o escopo planejado, a época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Também fornecemos aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos e outros assuntos que possam afetar, considerevelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos nos exames da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, portanto, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentre de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6
Flavio Gozzoli Gonçalves Contador - CRC 1SP290557/O-2

BPP Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 13.370.835/0001-85

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

	2019	2018
Ativo/Circulante	**138.300**	**103.556**
Disponibilidades	14.503	19.761
Títulos e valores mobiliários	122.212	80.640
Outros créditos	1.585	3.157
Realizável a Longo Prazo	**4.416**	**11.488**
Outros créditos: Diversos	4.416	4.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	7.346
Permanente	**22.150**	**15.397**
Investimentos no exterior	–	81
Imobilizado	1.913	2.481
Intangível	20.237	12.835
Total do Ativo	**164.866**	**130.443**
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante	**151.997**	**114.934**
Recursos recebidos de clientes pré-pago	96.800	66.552
Relações interfinanceiras	18.008	18.736
Outros credores em moeda estrangeira	23.717	21.907
Diversos	6.097	7.699
Partes relacionadas	6.438	–
Provisão para contingência	937	40
Patrimônio Líquido	**12.869**	**15.509**
Capital social	44.523	34.523
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.414	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial	(14)	–
Prejuízos acumulados	(36.054)	(29.015)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**164.866**	**130.443**

Demonstração do Resultado

	2019	2018
	52.293	33.922
Receita Líquida	(17.782)	(12.607)
Custo dos serviços prestados	**34.511**	**21.215**
Lucro Bruto	(33.140)	(30.054)
Administrativas e gerais	(401)	(396)
Resultado de participação em controlada	(397)	(508)
Outras receitas e despesas	**573**	**(9.743)**
Lucro (Prejuízo) Operacional	(160)	379
Resultado financeiro	**413**	**(9.363)**
Lucro antes do IRPJ e contribuição social	–	(353)
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	**60**	**(2.018)**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	44.523	34.523
Quantidade mil/ações de ações em circulação no exercício	**1,35**	**(58,45)**
Lucro (Prejuízo) por ação (mil ações)		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**34.523**	–	–	**(26.997)**	**7.526**
AFAC	–	10.000	–	–	10.000
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(2.018)	(2.018)
Saldos em 31/12/2018	**34.523**	**10.000**	–	**(29.015)**	**15.508**
Ajuste de exercício anterior:					
Baixa tributos diferidos	–	–	–	(7.346)	(7.346)
Outros ajustes	–	–	–	247	247
Ajuste de avaliação patrimonial –	–	–	(14)	–	(14)
Aumento de capital	10.000	(10.000)	–	–	–
AFAC	–	4.414	–	–	4.414
Lucro líquido do exercício	–	–	–	60	60
Saldos em 31/12/2019	**44.523**	**4.414**	**(14)**	**(36.054)**	**12.869**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	60	(2.018)
Ajustes para conciliação do lucro (prejuízo):		
Depreciação, amortização e baixas do imobilizado	1.450	1.890
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	(7.346)
Aumento (Redução) de provisão para contingências	897	(37)
Resultado de participação em controlada	401	396
Juros sobre partes relacionadas	438	–
Ajuste de exercício anterior – outros	247	–
Resultado Ajustado	**3.493**	**(7.115)**
Redução (Aumento) de outros créditos	1.572	(323)
Aumento de outros créditos – diversos	(273)	(109)
Aumento de recursos recebidos de clientes pré-pagos	30.248	15.571
Aumento de outras obrigações e relações interfinanceiras	(728)	984
Aumento de outras obrigações – outros credores em moeda estrangeira	1.810	5.338
(Redução) Aumento de outras obrigações – diversos	(1.602)	3.320
Aumento de partes relacionadas	6.000	–
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**40.520**	**24.781**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento no exterior	(334)	(476)
Aquisição de bens do imobilizado	(35)	(1.773)
Acréscimo líquido de bens intangíveis	(8.249)	(8.647)
Disponibilidades aplicadas atividades investimento	**(8.618) (10.896)**	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.414	10.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	**4.414**	**10.000**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**36.314**	**16.770**
No início do exercício	100.401	83.631
No final do exercício	136.715	100.401
	36.314	**16.770**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 - *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**1.830.202**	**91.500**	**(48.656)**	**13.046**
Prejuízo do exercício	–	–	(218.180)	(218.180)
Integralização de capital	200.000	– 200.000	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	215.100	–	215.100
Mutação interna	–	(3.200)	–	(3.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.830.202**	**83.400**	**(1.886.836)**	**6.766**
Mutação do exercício	**200.000**	**11.900**	**(218.180)**	**(6.280)**
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**1.830.202**	**83.400**	**(1.886.836)**	**0.766**
Prejuízo do exercício	–	–	(185.513)	(185.513)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	187.000	–	187.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.830.202**	**250.400**	**(2.072.349)**	**8.253**
Mutação do exercício	–	**167.000**	**(185.513)**	**1.487**

Demonstrações do resultados em 31/12/2019 e de 2018 *(Valores expressos em Reais)*

	Nota	2019	2018
Receita operacional bruta	10-c	2.465.852	2.465.852
Receita operacional Líquida		**2.465.852**	**2.465.852**
Custo dos serviços prestados	10-c	(2.465.852)	(2.465.852)
Resultado bruto		–	–
Receitas/(despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	10-d	(185.513)	(218.180)
		(185.513)	(218.180)
Resultado antes da tributação		**(185.513)**	**(218.180)**
Provisão para IR e CSSL		–	1.830.202
Lucro líquido por cota do capital social no fim do exercício-R$		**(0,1014)**	**(0,1192)**

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2019 e de 2018 *(Valores expressos em Reais)*

	2019	2018
Prejuízo do Exercício	(185.513)	(218.180)
Resultado Abrangente do Exercício	**(185.513)**	**(218.180)**

Demonstrações do valor adicionado em 31/12/2019 e de 2018 *(Valores expressos em Reais)*

	2019	2018
Receitas	**2.465.852**	**2.465.852**
Desígio amortizado	2.465.852	2.465.852
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.651.365)**	**(2.684.032)**
Custos operacionais	(2.465.852)	(2.465.852)
Serviços de terceiros e outros	(185.513)	(218.180)
Valor adicionado líquido gerado pela Securitizadora	**(185.513)**	**(218.180)**
Valor adicionado total a distribuir	**(185.513)**	**(218.180)**
Remuneração de capitais próprios	**(185.513)**	**(218.180)**
Prejuízo do exercício	(185.513)	(218.180)
Distribuição do valor adicionado	**(185.513)**	**(218.180)**

Demonstrações do fluxos de caixa em 31/12/2019 e de 2018 *(Valores expressos em Reais)*

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(185.513)	(218.180)
Variação nos ativos e passivos		
Aumento no realizável a longo prazo	(29.572.415)	(22.130.433)
Aumento no exigível a longo prazo	29.431.595	21.988.609
Aumento/(redução) em impostos a pagar	(19)	93
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(326.352)	(359.911)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento de integralização de capital	–	200.000
Adiantamento para Aumento de Capital	187.000	15.100
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	187.000	215.100
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(139.352)**	**(144.811)**
Modificação da posição financeira		
Disponibilidades		
No início dos exercícios	366.102	510.913
No final do exercícios	226.750	366.102
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(139.352)**	**(144.811)**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Vision Securitizadora S.A.**
São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da **Vision Securitizadora S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Vision Securitizadora S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixas para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Certificados de recebíveis imobiliários** - No contexto de suas operações de securitização, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando recebíveis imobiliários ("Recebíveis imobiliários") aos certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"). Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplam os referidos recebíveis imobiliários e os CRIs correspondentes, que são veiculados com regime fiduciário e sem coobrigação. Não obstante, a Companhia também efetua o gerenciamento do recebimento destes ativos, bem como o pagamento dos CRIs em observância às suas obrigações junto ao agente fiduciário. Neste sentido, considerando a atividade-fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, entendemos que é um tema de risco significativo em nossa abordagem de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** – Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam na: Leitura dos termos de securitização, analisando se as condições determinadas nos termos foram refletidas nas demonstrações financeiras; • Verificação da custódia dos CRI emitidos; • Recálculo dos juros e confronto com os montantes registrados durante o exercício; • Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os procedimentos utilizados para o registro, controle, valorização e divulgação dos certificados de recebíveis imobiliários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Entanos - Valor líquido de realização das Cédulas de Créditos Imobiliários (CCIs)** - Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 5 e 6, as Cédulas de Créditos Imobiliários (CCIs) que servem de lastro à emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) da Securitizadora são originadas por créditos de contratos de financiamentos habitacionais celebrados com mutuários do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ) no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e que possuem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), cujas operações foram originadas em 1º de janeiro de 2018 da finalização do processo de novação. No entanto, devido (i) à natureza e complexidade envolvidas no processo de novação, decorrente do exposto; e (ii) ao fato desses créditos estarem aguardando o resultado final de um processo administrativo instaurado pela Caixa Econômica Federal (CEF), os valores líquidos de realização dos registrados nas demonstrações financeiras podem variar significativamente quando da finalização do processo. **Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais da Companhia** - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia vem apresentando prejuízos acumulados nos últimos exercícios, e tem sido sua capacidade suficiente para honrar seus compromissos com controladora. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações considerando a capacidade da Companhia de realizar de aporte de capital por parte dos acionistas e não incluem quaisquer ajustes relacionados a recuperabilidade e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. **Outros assuntos** – **Demonstração do valor adicionado** - Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Vision Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento obtido em nossa auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o prove

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 07.882.930/0001-65

Relatório da Administração
Prezados Senhores,

A administração da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Mitre Realty") vem por meio deste apresentar os resultados da Companhia e suas controladas referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, reportando aumento de seu resultado quando comparado a igual período do ano anterior em razão de crescimento da sua receita operacional líquida. No ano de 2019, seu lucro bruto ajustado por EBITDA Ajustado foi R$705,5 milhões, aumento de 236% em relação ao ano de 2018, dos quais R$317,7 milhões foram lançados no quarto trimestre de 2019. **Rentabilidade:** A Mitre Realty procura manter sua estratégia de buscar elevados níveis de ROE, desenvolvendo projetos rentáveis, com baixa exposição de caixa através da aquisição de terrenos a permuta e lançamentos de unidades em elevado giro do ativo. A Mitre apresentou um ROE de 61,7% ao final de 31 de dezembro de 2019 contra 46,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme tabela abaixo:

Em milhares de R$, exceto %	31/12/2019	31/12/2018	Variação 2019 x 2018
Patrimônio Líquido	63.325	40.310	57,1%
Lucro Líquido	31.996	16.307	96,2%
ROE[1]	**61,7%**	**46,0%**	**34,2%**

[1]ROE: O ROE (Return on Equity) é o lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido médio (Patrimônio Líquido do período anterior adicionado ao Patrimônio Líquido do exercício corrente) o Patrimônio Líquido do exercício imediatamente anterior), é uma medição calculada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e aceitas pelo IFRS. Neste período, o aumento no nosso receita operacional líquida, bem como do contas a receber circulante e não circulante (que passaram de R$ 105,106 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$236,5 milhões em 31 de dezembro de 2019), se deve, especialmente, pela evolução física das nossas obras e em razão dos lançamentos do ano de 2019. Abaixo, os principais indicadores econômicos-financeiros: Importante divulgar e que corroboram a ascensão dos números em relação à igual período de 2018.

Em R$ milhares, exceto %	2019	2018	Variação 2019 x 2018
Receita Operacional Líquida	311.852	152.000	107,6%
Lucro Bruto	**99.229**	**53.079**	**86,9%**
Margem Bruta	**31,8%**	**35,3%**	**-9,9%**
(+) Encargos financeiros	8.046	4.507	78,5%
Lucro Bruto Ajustado[1]	**107.275**	**57.586**	**86,3%**
Margem Bruta Ajustada	**34,4%**	**38,3%**	**-10,3%**

[1]O Lucro Bruto Ajustado é uma medida não contábil utilizada pela companhia, que é calculada através do Lucro Bruto Ajustado mais todos os custos financeiros dos financiamentos à produção os quais são capitalizados nos custos dos imóveis vendidos e reconhecidos conforme a proporcionalidade das unidades vendidas. **Adicionalmente, a Margem EBITDA** é calculada pela divisão entre o Lucro Bruto Ajustado e a Receita Líquida.

Margem EBITDA Ajustada[2] é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida. Para mais informações sobre o Dívida Líquida. Atualmente, o Financiamento SFH está coberto em 3,45 vezes pela carteira de recebíveis.

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/ 2019	Controladora 31/12/ 2018	Consolidado 31/12/ 2019	Consolidado 31/12/ 2018
Ativo/Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	**12.022**	2.287	**33.416**	21.090
Caixa restrito	3.b	**1.100**	1.100	**1.100**	1.100
Contas a receber	4	–	–	**176.208**	106.663
Imóveis a comercializar	5	–	–	**78.190**	103.377
Partes relacionadas	6	–	–	–	90
Conta corrente de consórcio		–	–	**4.211**	–
Tributos a recuperar		**735**	835	**1.172**	1.090
Adiantamentos		**3.819**	499	**5.444**	1.990
Outros ativos		**254**	179	**2.350**	1.950
Total do ativo circulante		**17.930**	4.899	**302.091**	237.350
Não circulante					
Caixa restrito	3.b	**800**	1.900	**5.800**	1.900
Contas a receber	4	–	–	**60.256**	12.412
Imóveis a comercializar	5	–	–	**10.711**	5.243
Partes relacionadas	6	**41.855**	37.939	–	–
Investimentos	7	**107.026**	63.069	**10.374**	3.006
Imobilizado		**5.699**	1.945	**6.327**	2.229
Intangível		**472**	313	**476**	318
Total do ativo não circulante		**155.852**	105.166	**93.944**	33.108
Total do ativo		**173.782**	110.062	**396.035**	271.282

	Notas	Controladora 31/12/ 2019	Controladora 31/12/ 2018	Consolidado 31/12/ 2019	Consolidado 31/12/ 2018
Passivo/Circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	**12.996**	7.369	**104.674**	11.124
Fornecedores		**1.250**	215	**11.666**	5.055
Obrigações trabalhistas e tributárias		**1.970**	263	**4.223**	1.597
Tributos correntes com recolhimento diferido	9	–	–	**6.911**	3.585
Adiantamento de clientes	11	–	–	**53.816**	22.340
Partes relacionadas	6	**52.911**	29.666	–	624
Provisão para distrato		–	–	**668**	1.171
Outros passivos		**67**	3.909	**13.659**	6.365
Provisão para perdas com investimentos		**4.503**	3.413	–	–
Provisão de garantia de obra	13.a	–	–	**897**	–
Contas correntes de consórcio	12	–	–	**13.243**	16.789
Outros débitos com terceiros	10	**9.589**	1.955	**13.462**	1.955
Provisão para demandas judiciais	13.b	–	–	–	1.621
Total do passivo circulante		**83.286**	46.790	**223.219**	72.236
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	**6.929**	8.040	**17.293**	103.245
Tributos correntes com recolhimento diferido	9	–	–	**1.688**	515
Adiantamento de clientes	11	–	–	**39.835**	27.753
Partes relacionadas	6	**315**	22	–	870
Conta corrente de consórcios	12	–	–	**439**	9.344
Provisão de garantia de obra	13.a	–	–	**3.152**	2.053
Outros débitos com terceiros	10	**9.617**	9.192	**36.170**	9.192
Outros passivos		**2.245**	977	**2.245**	422
Provisão para demandas judiciais	13.b	**8.109**	5.315	**8.669**	5.342
Total do passivo não circulante		**27.215**	23.546	**109.491**	158.736
Patrimônio líquido					
Capital social	15.a	**56.100**	23.351	**56.100**	23.351
Reserva de capital		**4.188**	3.835	**4.188**	3.835
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.c	–	2.733	–	2.733
Reserva de lucros		**2.993**	9.807	**2.993**	9.807
Total do patrimônio líquido		**63.281**	39.726	**63.281**	39.726
Participação de não controladores		–	–	**44**	584
Total do patrimônio líquido consolidado		**63.281**	39.726	**63.325**	40.310
Total do passivo e patrimônio líquido		**173.782**	110.062	**396.035**	271.282

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/ 2019	Controladora 31/12/ 2018	Consolidado 31/12/ 2019	Consolidado 31/12/ 2018
Lucro líquido do exercício		**31.950**	15.571	**31.996**	16.307
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício		**31.950**	15.571	**31.996**	16.307
Lucro líquido atribuído aos controladores		**31.950**	15.571	**31.950**	15.571
Lucro líquido atribuído aos não controladores		–	–	**46**	736

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Reserva de lucros	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Total do patrimônio líquido controladores	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31/12/2017		21.646	1.260	4.436	–	2.838	–	–	**30.180**	378	**30.560**
Integralização de capital	15.c	1.705		(1.705)		–	–	–	–	–	–
Dividendos distribuídos	15.b	–		–		(8.602)	–	–	**(8.602)**	–	**(8.602)**
Plano de remuneração dos administradores	–	–	2.575	–		–	–	–	**2.575**	–	**2.575**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–		15.571	–	–	**15.571**	736	**16.307**
Redução de capital de não controladores	–	–	–	–		–	–	–	–	(530)	**(530)**
Saldos em 31/12/2018		**23.351**	**3.835**	**2.733**	–	**9.807**	–	–	**39.726**	**584**	**40.310**
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	15.c	2.733		(2.733)		–	–	–	–	–	–
Dividendos pagos sobre reserva de lucros	15.b	–		–		(4.462)	–	–	(4.462)	–	(4.462)
Integralização de capital com reserva de lucros	15.c	5.345		–		(5.345)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–		–	–	31.950	**31.950**	46	**31.996**
Destinação do resultado do Exercício											
Reserva Legal	15.d	–	–	–	–	–	1.598	(1.598)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.b	–	–	–	–	–	–	(7.588)	(7.588)	–	(7.588)
Reserva de Lucros	–	–	–	–	–	22.764	–	(22.764)	–	–	–
Integralização de capital com reserva de lucros	15.c	3.302	(3.302)	–	–	–	–	–	–	–	–
Integralização de capital com reserva de lucros	15.c	21.369		–	–	(21.369)	–	–	–	–	–
Reserva Estatutária	15.b	–		–	1.395	(1.395)	–	–	–	–	–
Plano de remuneração dos administradores	6	–	3.655	–	–	–	–	–	**3.655**	–	**3.655**
Redução de capital de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(586)	**(586)**
Saldos em 31/12/2019		**56.100**	**4.188**	–	**1.395**	–	**1.598**	–	**63.281**	**44**	**63.325**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia ou Controladora"), com sede localizada na Alameda Santos, nº 700 - 5º andar, Jardim Paulista na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem como controlador direto e controlador final a Família Mitre. Conforme descrito na Nota Explicativa 25, em 4 de fevereiro de 2020 a Companhia passou a negociar suas ações no segmento do Novo Mercado na B3. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. Para atender os propósitos societários, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por objeto social a incorporação, construção, venda de unidades imobiliárias residenciais e comerciais. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais (identificadas como "Controladora") estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como "Consolidadas") e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nesta Nota Explicativa nº 2.3.2. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de março de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras. 2.1.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados relacionados a ativos financeiros e a ajuste a ação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, no caso específico de incorporação imobiliária no Brasil, bem como o reconhecimento de receitas seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 2.3.1. 2.1.2. Continuidade operacional: As normas contábeis vigentes a atividade de incorporação imobiliária requerem a administração faça a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do saldo circulante líquido, o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo circulante líquido da Controladora é negativo em R$ 65.356 (R$41.894 em 2018). Por outro lado, o capital circulante líquido consolidado é positivo em R$ 78.872 (R$165.114 em 2018). A gestão do capital circulante leva em conta os números consolidados uma vez que a Companhia utiliza os mecanismos para movimentar recursos entre as Companhias de forma eficiente, sem prejudicar o atendimento dos compromissos de cada uma das entidades que compõem as demonstrações consolidadas. Por essa razão, qualquer análise que tenha por base o capital circulante da Controladora não reflebida a real situação da Companhia. 2.1.3. Moeda Funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.1.4. Apresentação de informações por segmento e naturezas: A Companhia possui apenas um segmento operacional (incorporação, serviços de engenharia, construção e venda de imóveis), de acordo com as regras da NBC TG 22 (R2) que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 22 (R2) Informação por segmento. Por esse motivo, não estão sendo apresentadas informações por segmento. A Companhia não possui clientes que representem mais de 10% da receita líquida consolidada, não havendo, assim, grau de dependência de clientes específicos a ser divulgado. **2.2. Base de consolidação:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, das controladas e das controladas em conjunto, conforme descritas na Nota Explicativa nº 6. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em controladas em conjuntas não controladores, quando existentes. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são consistentes com as da Companhia, e todas possuem o mesmo período de exercício social da Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. i) Controladas: As demonstrações financeiras de controladas, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos sócios não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas. ii) Controladas em conjunto ("Joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, e que se dá quando sócios sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. A Companhia apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. **2.3. Principais práticas de operações em conjunto - consórcios ("joint operation"):** Operação em conjunto (joint operation) na Companhia está representado pelo sócio terrenista - responsável pelo aporte no consórcio do terreno, objeto da operação e pelo sócio incorporador Líder do consórcio responsável pela execução/gerenciamento. Nos consórcios, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são chamadas de operadores em conjunto. Quando a Companhia realiza atividades como operações em conjunto, a Companhia reconhece na relação à sua participação em uma operação em conjunto: • Seus ativos e passivos, incluindo sua participação sobre quaisquer ativos detidos e passivos assumidos em conjunto; • Sua participação nas receitas da venda de ativos por operação em conjunto; • Suas despesas, incluindo sua participação nas despesas incorridas em conjunto; • Suas receitas e despesas, incluindo sua participação em receitas e as despesas relacionados à sua participação em uma operação em conjunto de acordo com as normas específicas a ativos, passivos, receitas e despesas específicos. **2.3. Principais práticas contábeis:** 2.3.1. Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária, venda de imóveis e prestação de serviços de construção: As receitas e custos incorridos e não incorridos são registrados por regime de competência. As receitas e custos são apropriados de acordo com o percentual de execução da obra (PEO). Controlada. i) *Venda de bens (Incorporação imobiliária):* a) Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetivada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo do valor da contraprestação recebida ou a receber. b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: a) Os custos orçados, suas correlatas e inerentes, adotados na NBC TG 47 (IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme orientações contidas também as orientações do Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos fatos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas Companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. O Ofício circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades registradas na CVM do setor de incorporação imobiliária, têm tratamento específico no contrato (unidade de venda); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estimativa de custos orçados (incluindo custos de terrenos) que deverão ser acetivel para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustes/ajustes temporários; e (e) a qualidade da informação fornecida prestada e confirmada pelas demonstrações financeiras). A receita somente é reconhecida, caso a Companhia identifique que não existe mais o risco de incerteza de entrada do fluxo de caixa para a Companhia. Para mensuração do valor das Os contratos de venda firmados entre a Companhia dá-se no modelo no tempo e demais custos relacionados à fase de construção do empreendimento, o prazo, através de recursos próprios ou obtenção de financiamento (SFH) junto a instituições financeiras. Contribuição tipo 3 e 4. Em regra, projetos de construção de unidades imobiliárias voltadas a pessoas de renda baixa, média e alta renda. Com a assinatura do contrato, o mutuário se compromete a pagar diretamente a Companhia o saldo devedor (SD) ou mais do valor da unidade imobiliária diretamente à incorporadora, que suporta todo o fluxo de caixa do período entre a fase de construção. Findo fisicamente o projeto, o mutuário precisa quitar o saldo devedor com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) e/ou obter junto a uma instituição financeira o SFH para pagar o saldo devedor junto à incorporadora. Em regra, o mutuário, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária adquirida está dada em alienação fiduciária em favor da instituição financeira à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuência da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forçaram a distrato). Com isso, nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: a) As receitas e custos de custos de terrenos e construção são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) corresponderão às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades em construção, o custo incorrido também é apropriado ao estoque na rubrica "Imóveis a comercializar"; • Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamentos de clientes"; • Os juros e a variação monetária incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados as receitas de imóveis vendidos - vide Nota Explicativa 16, quando incorridos e calculados, no caso específico dos "Juros de exercícios "pro rata temporis"; • Os encargos financeiros de Terrenos a pagar são diretamente associados aos financiamentos da construção, são capitalizados e registrados aos imóveis a comercializar - vide Nota Explicativa 5, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção; • Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do recnhecimento dessa diferença de receita; • As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas e estão apresentadas na rubrica de Despesas comerciais - vide Nota Explicativa 17. c) Nos distratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme critérios de apuração mencionados no item anterior. A reversão do custo aumenta os saldos dos imóveis a comercializar. A Companhia também reconhece o efeito do distrato, o passivo de devolução de adiantamento de clientes e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente no resultado. d) A Companhia efetua a provisão para perda de crédito esperada sua análise é identificada incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a entidade. Estes ajustamentos vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado a uma avaliação da certeza quanto à entrada, para a entidade, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita incerrendida. Os critérios para constituição da provisão para perdas encontra-se na Nota Explicativa 2.3.4.2. *ii) Receitas e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e os juros e correções monetárias das unidades vendidas após a entrega das chaves. As despesas financeiras abrangem os custos de empréstimos que não são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela uma entidade relativos ao empréstimo. Exceto pela forma de recebimento dos custos financeiros mencionados na Nota Explicativa 2.3.1.1.b, iii) *Outros ativos e passivos financeiros:* Mensuração: Para os ativos e passivos financeiros de termos, com a entrega de apartamentos a construir ("permuta física"), o valor do terreno adquirido pela Companhia e por outras partes é mensurado com base no valor justo ("VGV") das unidades imobiliárias a receber pela Companhia e é registrado como imóveis a comercializar de terrenos, em contrapartida de adiantamento de clientes no passivo, no momento da assunção dos riscos e definição do projeto de comercialização. Prevalecem as partes transações os mesmos critérios de reconhecimento de receita e resultado de incorporação imobiliária em seu todo. Nesse caso, não há realização dos valores subsequentemente. No caso de permuta financeira, com valor financeiro a ser pago pela Companhia ("permuta financeira"), o valor do terreno adquirido pela Companhia e por suas controladas e mensurado no valor justo negociado entre as partes, e realizado de acordo com as cláusulas contratuais, com os efeitos subsequentes reconhecidos no resultado. *Provisão de garantia de obra (PGO):* Para as unidades em construção e reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia. A provisão é constituída para cobrir os custos de reparos e/ou substituição de itens das unidades vendidas incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia decorrido. A provisão é revisada trimestralmente e representa 1% do orçamento de obra, sendo que tal percentual foi obtido pela Companhia levando-se em consideração dados históricos e experiências adquiridas em outros empreendimentos. Periodicamente a Companhia analisa suficiência do provisão face os gastos de obra de reparos. A Companhia efetua contínuo acompanhamento do cálculo de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente por um período de cinco anos. A constituição da provisão de garantia é registrada no totalo das unidades vendidas. Os custos de garantia são reconhecidos no momento, composto o custo total da obra, e após a sua entrega inicia-se o processo de realização da provisão de acordo com a curva de gastos históricos definidos pela área de Engenharia. *iv) Prestação de serviços de intermediação imobiliária:* As receitas de serviços de intermediação imobiliária são reconhecidas no período em que os serviços são efetivamente prestados. *v) Prestação de serviços de construção:* As receitas de prestação de serviços de construção são reconhecidas no período em que são prestados de execução das obras, através de medições financeiras e os custos e despesas são reconhecidos no resultado. *2.3.2 Julgamentos, estimativas e pressupostos contábeis significativos:* As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. *Julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas exige tração fazê julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que exigem um ajuste significativo no valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. *Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de estimativa de incertezas e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, não envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: • Custos orçados: os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são mensalmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da companhia de acordo com o método contábil utilizado. Tal informação é fundamental para o reconhecimento de receita e impostos: a Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível prever quais essas entidades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e judiciais. Os processos administrativos e judiciais envolvem, tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. • Provisões para demandas judiciais (tributários, cíveis e trabalhistas): a Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As avaliações das possíveis provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de revisões fiscais ou expirações de períodos fiscais, alterações em premissas e assuntos ou decisões de tribunais. • Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros: a Administração revisa trimestralmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável nas contas a receber, nos investimentos, nos imóveis a comercializar e no imobilizado. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. • Provisões para distrato: as práticas contábeis adotadas nessa provisão estão descritas no item 2.3.1. 2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando ações ordinárias e uma oferta secundária de 4.870.634 ações, a um valor de R$ 19,30, totalizando uma captação de R$ 1.052.727, sendo R$958.724 relacionadas à Oferta Primária. A Companhia pretende utilizar os recursos provenientes da Oferta Primária para expansão dos seus negócios, através da aceleração na aquisição dos terrenos comprometissados e de novos terrenos nas regiões em que atua, bem como financiar os custos das obras relativos ao desenvolvimento dos empreendimentos, como custo de incorporação, custo de obra e despesas comerciais. Pandemia COVID-19: a Companhia vem acompanhando os eventos recentes relacionados à pandemia COVID-19 e, até o presente momento, não identificou nenhuma alteração operacional, ou econômico-financeira em suas atividades e/ou outros riscos além dos riscos de mercado aos quais a Companhia já está sujeita. Entretanto a Administração está monitorando diariamente a evolução da pandemia e os possíveis impactos. Além disso, a Administração vem adotando medidas para prevenção do Coronavírus e adaptação de suas atividades para manter a continuidade dos negócios. Abaixo seguem as principais medidas adotadas: (i) Criação de um comitê de crise para gerir as ações em decorrência da pandemia com acompanhamento diário do desenvolvimento do caso e possíveis impactos; (ii) regime de home office para toda a equipe de corretagem; (iii) disponibilização de álcool gel e máscaras de proteção às equipes nos canteiros de obras, bem como reforço nos treinamentos e limpeza das áreas de vivência; (iii) afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar, dando maior atenção aos colaboradores que fazem parte dos grupos de risco; (iv) Suspensão de viagens corporativas até nova avaliação da Administração; (v) Intensificação do processo de venda e atendimento pós-venda digital - assinatura do contrato digital e acompanhamento do contrato através do app "Meu Mitre", onde é possível pegar 2ª via de boleto, antecipar parcelas, abrir chamados, entre outros; (vi) preservação do caixa da Companhia, através de contenção de despesas e priorização nos investimentos. Vale ressaltar que, tendo em vista a extensão do problema e a ausência de prazo bem definido para que a pandemia seja controlada e as atividades sejam normalizadas, não é possível determinar se as mesmas não terão impacto nos negócios da Companhia e quais serão esses impactos. **Relacionamento com os auditores independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram demais serviços no exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar assistência ou serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/ 2019	Controladora 31/12/ 2018	Consolidado 31/12/ 2019	Consolidado 31/12/ 2018
Receita operacional líquida	16	–	–	**311.852**	150.237
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	17	–	–	**(212.623)**	(97.158)
Lucro bruto		–	–	**99.229**	53.079
Receitas/despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	**(23.454)**	(13.335)	**(26.977)**	(17.078)
Despesas comerciais	17	**(426)**	(345)	**(25.646)**	(12.186)
Outras despesas e receitas operacionais	18	**636**	(1.976)	**(4.921)**	(3.791)
Equivalência patrimonial	7	**57.594**	32.646	**505**	887
Total das despesas e receitas operacionais		**34.350**	16.990	**(57.039)**	(32.168)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**34.350**	16.990	**42.190**	20.911
Receitas financeiras	19	**478**	301	**2.378**	1.207
Despesas financeiras	19	**(2.878)**	(1.720)	**(6.838)**	(2.454)
Resultado financeiro		**(2.400)**	(1.419)	**(4.460)**	(1.247)
Lucro antes do IR e da CS		**31.950**	15.571	**37.730**	19.664
IR e CS corrente e diferido	9.b	–	–	**(5.734)**	(3.357)
Lucro líquido do exercício		**31.950**	15.571	**31.996**	16.307
Lucro líquido atribuído aos controladores		**31.950**	15.571	**31.950**	15.571
Lucro líquido por ações - básico/diluído - R$	22			**0,96**	0,71
Quantidade ponderada de ações				**120**	111
				33.380.622	23.113.428

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/ 2019	Controladora 31/12/ 2018	Consolidado 31/12/ 2019	Consolidado 31/12/ 2018
Lucro líquido do exercício	**31.950**	15.571	**31.996**	16.307
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**31.950**	15.571	**31.996**	16.307

...☆ continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2019 e 2018 da Mitre Realt Empreendimentos e Participações S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

vel líquido existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor realizável líquido, o qual esta representado pelo preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda. Com base na avaliação efetuada pela Companhia, não houve indicação de provisão decorrente do valor realizável líquido em seus ativos circulantes. 2.3.3 Operações entre partes relacionadas: Os investimentos da Companhia em suas controladoras e controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação da controlada em seus ativos líquidos/patrimônio líquido da Companhia nas perdas de investida ultrapassa a participação da entidade (que inclui qualquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na investida), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia tem obrigações legais ou presumidas ou assumidas obrigações em nome da investida. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. 2.3.7. Imobilizado: Item do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As taxas utilizadas para a depreciação dos ativos são:

Taxa de depreciação anual	
Instalações Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores, Periféricos e equipamentos de informática	20%
Veículos	20%
Estande de vendas	12

( ) Os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas e apartamento-modelo têm natureza de caráter prioritariamente financeiro, na medida em que a respectiva utilidade é superior a um ano, são registrados na rubrica "Ativo imobilizado", sendo depreciados de acordo com o prazo da vida útil estimada e posteriormente, por encargo de depreciação é alocado na rubrica "Despesas comerciais". Isso ocorre, geralmente, quando o empreendimento é composto por fases e o estande de vendas é utilizado para a comercialização nas várias fases/momentos de cada fase ao longo do tempo. No caso de empreendimentos em uma única fase, não expectativa de que a vida útil estimada seja superior a um ano e, por esse motivo, são apropriados diretamente às despesas de vendas por ocasião em que os custos são incorridos, juntamente com as demais despesas de propaganda, marketing e outras atividades correlatas, independentemente de ter ou não ocorrido a apropriação de receitas relacionadas com o empreendimento. Visto que historicamente a Companhia e suas controladas não alienam seus itens de imobilizado, o valor residual dos bens foi considerado como sendo zero. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, no fim de cada exercício. No caso específico dos estandes de vendas, caso a comercialização termine em período menor que o previsto ou venha a ser efetuada a sua demolição, o valor residual relacionado ao empreendimento é imediatamente baixado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. 2.3.8. Intangível: Os ativos intangíveis são representados por gastos relacionados com a aquisição e o desenvolvimento de sistemas e licenças para utilização de soft ares, avaliados ao custo de aquisição e com amortização pelo método linear realizada em consonância com a expectativa de benefícios, a partir do momento em que esses benefícios começam a ser gerados. Os custos relacionados a manutenção de soft ares são reconhecidos como despesa, conforme são incorridos. 2.3.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um montante econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 2.3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Para as vendas a prazo, as contas a receber devem ser mensuradas a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre taxa de juros de mercado e a taxa de juros implícita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias na data de assinatura. 2.3.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Regime do Lucro Real: para a Companhia e determinadas controladas em conjunto o regime de tributação do Lucro Real, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal. Regime especial tributário do patrimônio de afetação: Instituído por meio da Lei nº 10.931/2004 (RET) e suas posteriores alterações, aplicável aos empreendimentos imobiliários que optaram por esse regime em caráter opcional e irretratável enquanto perdurarem os direitos e obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem o empreendimento afetado. Cada empreendimento submetido ao RET prevê uma tributação à alíquota de 1,92 % para o Imposto de renda e contribuição social e 2,08% para o PIS e COFINS, aplicável para todos os recebimentos decorrentes das vendas de unidades imobiliárias, bem como as receitas financeiras e variações monetárias, tributadas pelo regime de caixa. Em 31 de dezembro de 2019, conforme orientação dos seus consultores jurídicos, todas as vendas efetuadas pela Companhia até essa data estavam enquadradas no RET, independentemente, do momento em que estavam recebimento das parcelas. Regime de lucro presumido: aplicável as sociedades cuja faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12% respectivamente, sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.12. Tributos correntes com recolhimento diferido: A legislação fiscal permite que determinadas empresas optem por modalidade tributem suas receitas de vendas de unidades imobiliárias com base em regime de caixa. Nas controladas e atividades em que a prática contábil difere da prática fiscal, é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições sociais federais de recolhimento diferido para refletir quaisquer diferenças temporárias. O imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS de recolhimento diferido são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante e são decorrentes da diferença temporária decorrente do recebimento da receita pelo critério societário, descrito na Nota Explicativa nº 2.3.1, e do critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento pelo caixa). A Companhia apresenta tais tributos diferidos de forma líquida (antecipações - ativo) e (recolhimento - passivo) nas demonstrações financeiras, por tratarem-se de impostos a serem pagos entre curto e longo prazo desta obrigação considera a expectativa de recebimentos futuros e que seja objeto de revisão no cálculo da apuração dos tributos. 2.3.13. Ativos e passivos contingentes: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: • Ativos contingentes: Ativos contingentes são ativos cuja realização é garantida pela existência de direitos, províveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Provisões para demandas judiciais são provisões efetuadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e o montante seja considerado suficiente para cobrir as perdas com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. 2.3.14. Benefícios a empregados: A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como: vale-refeição, assistência médica e odontológica, vale transporte e remuneração variável. *Participação dos funcionários e administradores no resultado:* Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os executivos (colaboradores) são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelos sócios. O montante a ser pago ou reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas. *Pagamento baseado em ações:* A cotista (Mitre Participações Ltda. - "Mitre Partners") da Companhia, oferece a seus executivos bonificação adicional como parte da compensação total anual. Essa bonificação é calculada anualmente e considera metas individuais e performance da Companhia. O pagamento desse benefício será efetuado diretamente pela Mitre Partners e poderá ser liquidado por meio de ações do capital da Companhia. Essas ações da Mitre Partners. A Companhia adota as disposições do NBC TG 10/IFRS 02, reconhecendo mensalmente em seu resultado, as despesas relacionadas a bonificação adicional e a remuneração mensal fixa desses colaboradores, uma vez que a Companhia é a beneficiária desses serviços prestados, sendo que a contrapartida desse registro considera a Reserva de capital no patrimônio líquido. Essas despesas são reconhecidas em base linear, levando em consideração o alargamento esperado das metas e os valores que serão disponibilizados para esses colaboradores. 2.3.15. Demonstração de valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição também por determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser obrigatória para companhias abertas sob a forma as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.3.16. Sociedade em contas de participação - "SCP": Para alguns projetos imobiliários a Companhia firmou acordos com parceiros empreendedores em alguns negócios, os quais são denominados sócios participantes, de acordo com o Artigo 991 do Código Civil. As obrigações com os parceiros são constituídas pelos valores aportados pelos mesmos somados aos resultados acumulados que lhes competem nos respectivos empreendimentos, sendo registrado no grupo outros compromissos com terceiros (Nota Explicativa n 10). As obrigações são liquidadas na medida em que ocorrer a distribuição de lucros nos empreendimentos imobiliários. Nesses acordos a Companhia figura como o sócio ostensivo, sendo o responsável legalmente pelos riscos e obrigações do empreendimento imobiliário conforme previsto na Lei, logo todos os ativos e passivos relacionados a estes acordos são apresentados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 2.3.17. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A Classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamento de principal e juros" (também conhecido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. *ensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nos quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, contas a receber com partes relacionadas e outros ativos financeiros (vide Nota Explicativa 20). Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas de valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla caixa e equivalentes de caixa e restritos, no quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *parecer executivo:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua o reconhecimento do ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia do ativo ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* As divulgações referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas notas específicas a ativos. *ii) Passivos financeiros: Recon ecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e mensurados ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja um valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros, descrito em Nota Explicativa 20. *ensuração subse uente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e demais passivos financeiros contábeis e acrescidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira no demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota Explicativa 20. *Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada for paga ou cancelada ou expirada.* Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *iii) ompensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em base líquida, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.3.18. Empréstimos e financiamentos: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os empréstimos financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada for paga ou cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *iii) ompensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em base líquida, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.3.19. Empréstimos e financiamentos: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os empréstimos financeiros, são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são mensurados pelo custo amortizado. Os custos e encargos de empréstimos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada. Os encargos financeiros incorridos e não pagos são reconhecidos como parte do saldo dos empréstimos e financiamentos, objetivando o desenvolvimento de seus ativos qualificados, quando for provável que gerem benefícios futuros a empresa. Os custos de empréstimos são reconhecidos como despesas financeiras, quando incorridos, pelo método de juros efetivos. Os custos de empréstimos são capitalizados, quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um montante econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 2.3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Para as vendas a prazo, as contas a receber devem ser mensuradas a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre taxa de juros de mercado e a taxa de juros implícita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias na data de assinatura. 2.3.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Regime do Lucro Real: para a Companhia e determinadas controladas em conjunto o regime de tributação do Lucro Real, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal. Regime especial tributário do patrimônio de afetação: Instituído por meio da Lei nº 10.931/2004 (RET) e suas posteriores alterações, aplicável aos empreendimentos imobiliários que optaram por esse regime em caráter opcional e irretratável enquanto perdurarem os direitos e obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem o empreendimento afetado. Cada empreendimento submetido ao RET prevê uma tributação à alíquota de 1,92 % para o Imposto de renda e contribuição social e 2,08% para o PIS e COFINS, aplicável para todos os recebimentos decorrentes das vendas de unidades imobiliárias, bem como as receitas financeiras e variações monetárias, tributadas pelo regime de caixa. Em 31 de dezembro de 2019, conforme orientação dos seus consultores jurídicos, todas as vendas efetuadas pela Companhia até essa data estavam enquadradas no RET, independentemente, do momento em que estavam recebimento das parcelas. Regime de lucro presumido: aplicável as sociedades cuja faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12% respectivamente, sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.12. Tributos correntes com recolhimento diferido: A legislação fiscal permite que determinadas empresas optem por modalidade tributem suas receitas de vendas de unidades imobiliárias com base em regime de caixa. Nas controladas e atividades em que a prática contábil difere da prática fiscal, é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições sociais federais de recolhimento diferido para refletir quaisquer diferenças temporárias. O imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS de recolhimento diferido são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante e são decorrentes da diferença temporária decorrente do recebimento da receita pelo critério societário, descrito na Nota Explicativa nº 2.3.1, e do critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento pelo caixa). A Companhia apresenta tais tributos diferidos de forma líquida (antecipações - ativo) e (recolhimento - passivo) nas demonstrações financeiras, por tratarem-se de impostos a serem pagos entre curto e longo prazo desta obrigação considera a expectativa de recebimentos futuros e que seja objeto de revisão no cálculo da apuração dos tributos. 2.3.13. Ativos e passivos contingentes: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: • Ativos contingentes: Ativos contingentes são ativos cuja realização é garantida pela existência de direitos, províveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Provisões para demandas judiciais são provisões efetuadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e o montante seja considerado suficiente para cobrir as perdas com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. 2.3.14. Benefícios a empregados: A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como: vale-refeição, assistência médica e odontológica, vale transporte e remuneração variável. *Participação dos funcionários e administradores no resultado:* Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os executivos (colaboradores) são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelos sócios. O montante a ser pago ou reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas. *Pagamento baseado em ações:* A cotista (Mitre Participações Ltda. - "Mitre Partners") da Companhia, oferece a seus executivos bonificação adicional como parte da compensação total anual. Essa bonificação é calculada anualmente e considera metas individuais e performance da Companhia. O pagamento desse benefício será efetuado diretamente pela Mitre Partners e poderá ser liquidado por meio de ações do capital da Companhia. Essas ações da Mitre Partners. A Companhia adota as disposições do NBC TG 10/IFRS 02, reconhecendo mensalmente em seu resultado, as despesas relacionadas a bonificação adicional e a remuneração mensal fixa desses colaboradores, uma vez que a Companhia é a beneficiária desses serviços prestados, sendo que a contrapartida desse registro considera a Reserva de capital no patrimônio líquido. Essas despesas são reconhecidas em base linear, levando em consideração o alargamento esperado das metas e os valores que serão disponibilizados para esses colaboradores. 2.3.15. Demonstração de valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição também por determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser obrigatória para companhias abertas sob a forma as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.3.16. Sociedade em contas de participação - "SCP": Para alguns projetos imobiliários a Companhia firmou acordos com parceiros empreendedores em alguns negócios, os quais são denominados sócios participantes, de acordo com o Artigo 991 do Código Civil. As obrigações com os parceiros são constituídas pelos valores aportados pelos mesmos somados aos resultados acumulados que lhes competem nos respectivos empreendimentos, sendo registrado no grupo outros compromissos com terceiros (Nota Explicativa n 10). As obrigações são liquidadas na medida em que ocorrer a distribuição de lucros nos empreendimentos imobiliários. Nesses acordos a Companhia figura como o sócio ostensivo, sendo o responsável legalmente pelos riscos e obrigações do empreendimento imobiliário conforme previsto na Lei, logo todos os ativos e passivos relacionados a estes acordos são apresentados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 2.3.17. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *i) Ativos financeiros: Recon ecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A Classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamento de principal e juros" (também conhecido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. *ensuração subse uente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nos quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide Nota Explicativa 20). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, contas a receber com partes relacionadas e outros ativos financeiros (vide Nota Explicativa 20). Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas de valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla caixa e equivalentes de caixa e restritos, no quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *parecer executivo:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua o reconhecimento do ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia do ativo ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* As divulgações referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas notas específicas a ativos. *ii) Passivos financeiros: Recon ecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e mensurados ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja um valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros, descrito em Nota Explicativa 20. *ensuração subse uente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e demais passivos financeiros contábeis e acrescidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira no demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota Explicativa 20. *Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada for paga ou cancelada ou expirada.* Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *iii) ompensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em base líquida, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.3.18. Empréstimos e financiamentos: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os empréstimos financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada for paga ou cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *iii) ompensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em base líquida, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.3.19. Empréstimos e financiamentos: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os empréstimos financeiros, são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são mensurados pelo custo amortizado. Os custos e encargos de empréstimos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada. Os encargos financeiros incorridos e não pagos são reconhecidos como parte do saldo dos empréstimos e financiamentos, objetivando o desenvolvimento de seus ativos qualificados, quando for provável que gerem benefícios futuros a empresa. Os custos de empréstimos são reconhecidos como despesas financeiras, quando incorridos, pelo método de juros efetivos. Os custos de empréstimos

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2019 e 2018 da Mitre Realt

Companhia	Data da venda	Partici-pação investi-da	Valor Ganho investi-mento	Valor venda	Ganho (perda)
Outros Investimentos					
Share (4.4)	2019	100%	734	774	40
Total com alienação de investimento em 2019 (6.6)			**36.200**	**42.949**	**6.749**
Total com alienação de investimento			**46.746**	**53.497**	**6.751**

d.1)Ao longo do ano de 2018, a Mitre Realty concretizou uma parceria com a Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário - FII e PCS Porto Alegre Participações Ltda.. Companhia pertencente à P investimentos. O acordo se deu no âmbito do projeto residencial Haus Mitre através da aquisição da terrenista SPE Mitre Vila Mariana Empreendimentos SPE Ltda. Em razão da venda da SPE, foi constituído um consórcio para a realização do empreendimento citado, sendo que o mesmo foi firmado entre a SPE Terrenista e a SPE Incorporadora, esta última, Companhia controlada pela Mitre. No projeto Haus Mitre, a venda da SPE Vila Mariana Empreendimentos SPE Ltda. ocorreu em fevereiro de 2018 e foram alienadas 100% das ações pelo valor de R$10.548, através de transferência bancária para a Companhia, em fevereiro de 2019 e mais por R$ 21.200 em setembro de 2019 a Companhia alienou 100% da participação que detinha da Companhia M&A Agropecuária Empreendimentos e Participações Ltda. ("M&A"), pelo valor de R$4.090 aos seus sócios Fabrício Mitre e Jorge Mitre. Tal venda se deu pelo valor de mercado da M&A, que é igual a M&A apropriada. A Companhia reconheceu um ganho de R$ 436 nesta venda. d.3) Em 15 de maio de 2019, o Fundo de Investimento Imobiliário Share Student Living (controlada da Companhia) celebrou Contrato de Compra e Venda de ações e Outras Avenças, por meio do qual alienou 100% das ações que detinha da Companhia Residencial Cunha Horta Empreendimentos e Participações SPE Ltda. para o Fundo de Investimentos em Participações Share Student Living - Multiestratégia. O valor total da venda foi de R$26.725. Nesta venda foi apurado um ganho de R$ 5.817. d.4) Em 10 de maio de 2019, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de ações e Outras Avenças, por meio do qual alienou 100% das participações que detinha das Companhias Mitre MMDC Empreendimentos SPE Limitada, Mitre Lajeado Empreendimentos e Participações Ltda., Mitre C Empreendimentos Limitada, Borges Lagoa II Empreendimentos SPE Limitada (atualmente denominadas, de Bulhões, SPE, Sitiate e Lajeado SPE, Share Vila Mariana SPE, Share Vila Clementino SPE, respectivamente) para Fundo de Investimentos em Participações Share Student Living - Multiestratégia. Em outubro de 2019 a Companhia alienou 100% da participação que detinha da Mitre Residencial Tapuri também para o Fundo de Investimentos em Participações Share Student Living - Multiestratégia. O valor bruto total das referidas alienações foi de R$6.325 e foi apurado um ganho de R$503. d.5)Em outubro de 2019 a Mitre Realty concretizou uma parceria com a Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário - FII e PCE Ministro Godoi Participações S.A. Companhia pertencente à P investimentos. O acordo se deu no âmbito do projeto residencial Mitre Perdizes através da aquisição da terrenista SPE Mitre Ministro Godoi SPE Ltda. Em razão da venda da SPE, foi constituído um consórcio para a realização do empreendimento citado, sendo que o mesmo foi firmado entre a SPE Terrenista e a SPE Incorporadora, esta última, Companhia controlada pela Mitre. A venda da SPE Ministro Godoi SPE Ltda. ocorreu em outubro de 2018 e foram alienadas 100% das ações pelo valor de R$ 5.809. A Companhia reconheceu perda no valor de R$ 7 nesta venda. d.6) Para fins de apresentação na demonstração do fluxo de caixa consolidado, demonstramos os efeitos líquidos de caixa e equivalente de caixa na alienação de investimentos:

Caixa líquido das controladas alienadas		(4.685)
Recebimento na alienação das controladas		42.949
Total do caixa líquido das alienações		38.264

8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são representados por:

Descrição	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante				
Capital de giro (a)	12.211	7.369	64.939	7.369
Arrendamento mercantil (b)	742	–	929	–
Custo de Transação	(109)	–	(815)	–
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	152	–	152	–
Financiamento à produção - SFH (c)	–	–	38.854	2.155
	12.996	**7.369**	**104.059**	**9.524**
Coobrigação (nota explicativa 4)	–	–	613	1.600
	12.996	**7.369**	**104.674**	**11.124**
Não circulante				
Capital de giro (a)	5.566	8.040	5.566	8.040
Arrendamento mercantil	1.363	–	1.683	–
Financiamento à produção - SFH (b)	–	–	10.044	95.205
	6.929	**8.040**	**17.293**	**103.245**
Total	**19.925**	**15.409**	**121.967**	**114.369**

Cronograma de vencimentos: A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos dos financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2021	Controladora 2022	Consolidado 2020	Consolidado 2021
Capital de giro	12.211	3.538	2.028	64.939	3.538
Arrendamento mercantil	742	572	791	929	693
Custo de Transação	(109)			(815)	
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	152	–	–	152	–
Financiamento à produção SFH	–	–	–	38.854	9.953
Coobrigação	–	–	–	613	–
Total	**12.996**	**4.110**	**2.819**	**104.674**	**14.184**

(a) As operações de capital de giro apresentam taxa de juros de 6,1% a 13,35% ao ano (2018 de 6,17% a 13,35%) e todas foram avalizadas pelos sócios majoritários da Família Mitre. Essas operações são indexadas ao CDI e os custos de transação incorridos nessas recursos estão representados conforme a tabela acima. (b) Arrendamento mercantil referem-se aos contratos de aluguel e foram contabilizados de acordo com orientação técnica OCPC 06(R2)/IFRS 16 que passou a vigorar em 2019. (c) Financiamentos à Produção SFH financiamentos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) destinados à construção de unidades imobiliárias, garantidos pelas hipotecas dos respectivos empreendimentos imobiliários financiados. Os financiamentos à produção (SFH) são indexados à Taxa Referencial - TR de juros, acrescida de 9,70% a 11,00% ao ano (2018 de 9,20% a 11,00% ao ano). Não houve relevantes custos de transação e captação desses recursos. Todos os financiamentos SFH da Companhia foram avalizados pelos sócios majoritários da Família Mitre. Cláusulas restritivas (covenants): Os empréstimos contraídos pela controladora e controladas possuem cláusulas específicas para vencimentos antecipados, sendo que na totalidade delas, o que dará ensejo ao vencimento antecipado será o inadimplemento da devedora em relação às cláusulas contratuais de covenants. As obrigações contratuais para os contratos de empréstimos e financiamentos não contemplam covenants financeiros, as principais cláusulas restritivas que devem ser cumpridas durante o período da dívida são: • Comprovar a destinação imobiliária dos recursos captados nos projetos específicos em contrato; • Auditar livros e registros contábeis através de Companhia terceirizada ou por si mesmo, atendendo, sempre que solicitada, a quaisquer informações sobre sua situação econômico-financeira; • Garantir cumprimento do objeto do contrato, sendo que retardamento ou paralisação da mesma demandará devida justificativa que deve ser aceita pelo agente financiamento para ser válida; • Não vender, hipotecar, realizar obras, e não deixar de manter em perfeito estado de conservação o imóvel oferecido em garantia, sempre com prévio e expresso consentimento do agente financeiro e; • Não ocorrer mudança ou transferência, a qualquer título e forma, do controle acionário ou da titularidade das cotas sociais do devedor, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, dentre outras. A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos. Os compromissos assumidos vem sendo cumpridos pela Companhia nos termos contratados. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava integralmente adimplente com as cláusulas específicas para vencimentos antecipados. Garantias: Em garantia dos créditos imobiliários foram oferecidos os seguintes ativos:

Descrição	2019	2018
Ipotecas dos próprios bens financiados e penhor de recebíveis	291.715	100.157

Em garantia do capital de giro, foram efetuadas aplicações financeiras, caixa restrito, descritas na Nota Explicativa n 3.b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos: A movimentação dos empréstimos, financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

Descrição	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Saldo inicial	**15.409**	**7.619**	**114.369**	**26.396**
Movimentação Financeira				
(+) Liberação	12.689	11.390	136.002	105.519
(–) Custo de captação	(131)	–	(1.249)	–
(-) Amotização do custo de captação	22	–	434	–
(–) Amortização principal	(10.328)	(3.621)	(101.175)	(17.272)
(–) Amortização Arrendamento mercantil	(634)	–	(782)	–
(+) Adoção IFRS16	2.787	–	3.481	–
(–) Remensuração de saldo IFRS16	(48)	–	(88)	–
(+) Juros incorridos	2.234	1.244	13.130	6.595
(–) Juros pagos	(2.075)	(1.229)	(13.260)	(6.035)
(–) Venda de investimento (a)	–	–	(27.910)	–
Cessão de crédito de recebíveis (sem efeito caixa)	–	–	(985)	(834)
	19.925	**15.409**	**121.967**	**114.369**

(a) Em 10/05/2019 e 10/06/2019, respectivamente, foram vendidas as SPEs MMDC e Cunha Horta juntamente com os saldos remanescentes de suas dívidas. A Companhia possuía o montante de R$190.053 de financiamento consolidado e contratado em 31 de dezembro de 2019 (R$187.354 em 2018), sendo que desses valores, foi liberado o montante consolidado de R$136.002 em 31 de dezembro de 2019 (R$105.519 em 2018). As liberações dos financiamentos de obra ocorrem quando do andamento do empreendimento, já as relacionadas a capital de giro, quando da necessidade da Companhia. **9. Tributos correntes com recolhimento diferido:** O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrente de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação conforme o recebimento (Instrução Normativa nº 84/79 da RFB), e a efetiva apropriação do lucro imobiliário (Nota Explicativa 2.3.1). a) Composição dos tributos correntes com recolhimento diferido:

Passivo	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Imposto de renda e contribuição social	5.252	2.142
PIS e COFINS	4.072	2.320
Provisão para distrato	(2.664)	(260)
Total	**6.660**	**4.100**
Circulante	5.911	3.585
Não circulante	1.688	515

b) Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro antes do IR e CS	31.360	17.011	37.720	19.664
(x) Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IR e CS	(10.663)	(5.294)	(12.828)	(6.686)
Efeito de impostos sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial (34%)	21.412	11.100	(172)	302
Despesas não dedutíveis	(353)	(61)	(9)	(88)
Diferenças temporárias	(1.132)	(403)	(750)	(417)
Efeito da tributação pelo lucro presumido				
ou pelo patrimônio de afetação (RET)			(5.734)	(3.357)
Créditos fiscais não constituídos (i)	(9.064)	(5.342)		
Efeitos das diferenças entre os regimes tributários	–	–	13.759	6.889
( ) IR e CS	–	–	(5.734)	(3.357)
Alíquota efetiva	–	–	15,20%	17,07%

(i) A Mitre Realty Empreendimentos e Participações S/A, optou pelo sistema de apuração pelo lucro real e não registra os créditos tributários, registando-os apenas quando da realização de resultados tributáveis futuros.

10. Outros débitos com terceiros - SCP s:

Descrição	Participação do sócio 2019	Participação do sócio 2018	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
SCP Anhaia Melo	30,00%	3.623	1.442	3.623	1.442	
SCP Drausia	7,96%	2.344	3.475	2.344	3.475	
SCP Anhaia II	9,98%	2.562	–	2.562	–	
SCP Fundo Cunha Horta	7,16%	2.307	2.432	2.307	2.432	
SCP Roque Petroni	1,36%	4.676	498	4.676	498	
SCP Roque Petroni 2	4,10%	–	1.936	–	1.936	
SCP Tapari	9,56%	1.510	1.364	1.510	1.364	
SCP Mitre Galeno	25,00%	1.687	–	1.687	–	
SCP Mitre I	10,00%	497	–	497	–	
SCP Roque Petroni - Aguassanta	16,86%	–	–	15.083	–	
SCP Roque Petroni 4 - Tribu	4,98%	–	–	2.895	–	
SCP Mitre Galeno - Aguassanta	18,33%	–	–	12.448	–	
Total			**19.206**	**11.147**	**49.632**	**11.147**
Circulante			9.589	1.965	13.462	1.965
Não circulante			9.617	9.192	36.170	9.192

As Sociedades em Conta de Participação (SCPs) são acordos entre a Companhia (sócio ostensivo) e determinados investidores (sócios participantes) conforme previsto no Artigo 991 do Código Civil. Estão devidamente contabilizados e apresentados conforme previsto na Nota Explicativa 2.3.16. Os acordos preveem que os sócios participantes terão o direito de receber (de acordo com a sua participação no acordo) os valores recebidos pelas vendas de unidades imobiliárias, descontados principalmente dos impostos. Ao final do exercício de 31/12/2019 o saldo de débitos com terceiros possui a seguinte expectativa de realização de longo prazo:

Vencimento	Controladora 2019	Consolidado 2019
2021	2.792	5.932
2022	4.182	27.591
2023	2.643	2.642
Total	**9.617**	**36.170**

11. Adiantamentos de clientes:

Descrição	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Antecipações de parcelas - venda de imóveis	30.489	13.779
Antecipações de parcelas - serviços prestados	303	–
Permuta física de terrenos	62.859	36.314
Total	**93.651**	**50.093**
Circulante	**53.816**	**22.340**
Não circulante	**39.835**	**27.753**

O saldo de adiantamentos de clientes possui a seguinte expectativa de realização no longo prazo:

	Saldo
2021	28.539
2022	11.296
2023	2
	39.835

Os Adiantamentos de clientes, originados pela permuta física a valor justo na compra de terrenos, serão reconhecidos ao resultado mediante o mesmo tratamento de reconhecimento das receitas de vendas com base no CPC 47. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o prazo previsto de conclusão do empreendimento.

12. Conta corrente consórcios:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Consórcio Martin Luther ing	723	2.083
Consórcio Ibiapaba	26	1.762
Consórcio Vila Prudente	1.933	6.649
Consórcio Vila Mariana	11.000	11.671
Consórcio Vila Matilde	–	3.968
Total	**13.682**	**26.133**
Circulante	13.243	16.789
Não circulante	439	9.344

A participação de custo e receita nos consórcios se dá conforme apresentado abaixo:

Consórcio	Companhia Terrenista	%Receita 2019	%Receita 2018	%Custo 2019	%Custo 2018
Consórcio Martin Luther ing	Lagoa Vermelha SPE Ltda.	78,5%	78,5%	80,9%	80,9%
Consórcio Ibiapaba	Ibiapava SPE Ltda.	77,4%	77,4%	78,8%	79,5%
Consórcio Vila Prudente	Vila Prudente SPE Ltda.	77,9%	77,73%	78,7%	78,3%
Consórcio Vila Mariana	Vila Mariana SPE Ltda.	70,0%	76,4%	52,9%	60,2%
Consórcio Vila Matilde	Amaro Bezerra SPE Ltda.	75,3%	75,3%	75,5%	76,2%

A Companhia possui participação em consórcios, os quais foram constituídos com os seus parceiros para o desenvolvimento de determinados empreendimentos imobiliários residenciais. Todos os consórcios possuem dois participantes, sendo um deles líder e incorporador e o outro participante (terrenista). A contribuição, no início dos projetos, é do consorciado terrenista, uma vez que a obra se inicia algumas meses após o lançamento. A Companhia (Incorporadora) possui a obrigação de contribuir junto ao consórcio com os gastos orçados para a obra. O saldo de conta corrente dos consórcios se equalizará à medida em que a incorporadora realizar os seus respectivos gastos. **13. Provisões:** a) Provisões para garantia de obra:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Saldo inicial	**1.053**	**1.176**
(+) Adições	2.281	1.449
(–) Pagamentos	(130)	(572)
(–) Reversões	(117)	(1)
Provisão para distrato	(38)	(21)
Saldo final	**3.049**	**2.031**
Circulante	897	–
Não Circulante	2.152	2.053

b) Provisão para demandas judiciais: *ausas classificadas como de perda provável:* A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora Previdenciário	Controladora Previdenciário	Controladora Cível	Consolidado Total
Saldo em 31/12/2018	**5.315**	**5.342**	**1.621**	**6.963**
(+) Adições	2.305	2.862	11.042	**13.904**
(–) Pagamentos	(53)	(53)	(859)	(922)
(–) Reversão	(2.477)	(2.477)	(1.270)	(1.270)
Saldo em 31/12/2019	**8.109**	**8.114**	**554**	**8.669**
Circulante	–	–	–	–
Não circulante	8.109	–	–	8.669
Total	**8.109**	–	–	**8.669**

• Previdenciários: ações relacionadas à eventuais empregatícios por rescisões de empreiteiros que prestaram serviços nas obras da Companhia e também funcionários da Companhia. • Cível: ações relativas a pedidos de resolução do contrato de compra e venda de unidades vendidas. Existem processos judiciais de natureza cível em que as probabilidades de perdas são consideradas "possível" pelos seus assessores legais e, portanto, não foram registradas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme demonstramos a seguir:

	Cível
Saldo em 31/12/2018	**521**
Saldo em 31/12/2019	**521**

14. Receita de venda de imóveis a apropriar e custos orçados de imóveis vendidos a apropriar - informações consolidadas: Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02 e ao ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2015 e, conforme mencionado na Nota Explicativa 2.3.1, o resultado das operações imobiliárias é apropriado com base no custo incorrido. Assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas está refletido parcialmente nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita recebível, líquida das parcelas já recebidas. As receitas a serem apropriadas decorrentes de unidades imobiliárias vendidas e empreendimentos em construção (não concluídos) e os respectivos compromissos de custos a serem incorridos com relação às unidades imobiliárias vendidas não estão refletidos nas demonstrações financeiras:

Empreendimentos em Construção	Consolidado 2019	Consolidado 2018
(i) Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas	**707.099**	**338.570**
Promissórias	116.290	32.026
Permutas	**823.389**	**370.596**
(a) Receita de Vendas Contratadas	**524.009**	223.356
(b) Receita de Vendas Apropriadas Líquidas	(8.222)	(9.028)
Distratos - Receitas estornadas	**307.602**	**156.268**
(c) Receita de Vendas a Apropriar (a-b)	**445**	**21**
(ii) Receita Indenização por distratos	–	–
(iii) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para a receita (i + ii + iii)	**14.869**	**15.783**
(b) Provisão para Distratos (Passivo)	8.222	9.028
Ajustes em Receita Apropriada	(7.109)	(7.140)
Ajustes em Contas a Receber de Clientes	(445)	(717)
Receita indenização por distratos	**668**	**1.171**
Total Provisão para Distratos		
(iii) Custo Orçado a Apropriar de Unidades Vendidas		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo Orçado das Unidades (sem encargos financeiros)	523.156	204.316
Custo incorrido líquido	(323.135)	(121.568)
(b) Custo de construção Incorridos	(10.293)	(4.982)
Encargos financeiros apropriados	4.877	5.098
(c) Distratos - Custos de construção	157	24
Diversos - Encargos financeiros	**204.898**	**87.846**
Custo Orçado a Apropriar no Resultado (a b c)	60,83%	57,00%
Driver CUCO (sem encargos financeiros)		
(iv) Custo Orçado a Apropriar em Imoveis a comercializar		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo Orçado das Unidades (sem encargos financeiros)	184.703	37.506
Custo Incorrido Líquido	(43.328)	(5.098)
(b) Custo de construção Incorridos	(655)	(224)
Encargos financeiros apropriados	**141.375**	**32.408**
Custo Orçado a Apropriar em Imóveis a comercializar sem encargos financeiros (a b)		

( ) As receitas de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento de receita refletem os custos e despesas não incorridos e ainda ou perspectiva que irão honrar com os valores dos imóveis comprados. A receita de imóveis vendidos a apropriar está mensurada pelo valor nominal dos contratos, acrescido das atualizações contratuais e deduzida de distratos, bem como está líquida da parcela de receita apropriada e não contemplada ajuste a valor presente e impostos incidentes. Os custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e são resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente às unidades vendidas, à medida que são incorridos, bem como não contemplam a provisão para garantia a ser apropriada às unidades vendidas, cujo saldo de obra está evolutivo.

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Demonstramos a seguir o quadro de acionistas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	2019 Quantidade de ações	2019 Valor	2019 %	2018 Quantidade de ações	2018 %
Jorge Mitre	9.280	8.279.724	14,76%	11.483	49,18%
Fabrício Mitre	22.712	22.712.072	40,48%	11.483	49,18%
Mitre Partners Participações Ltda	4.053	4.052.939	7,22%	385	1,65%
Star Mitre Empreendimentos e Participações Ltda.	21.055	21.055.265	37,53%	–	–
Total	**56.100**	**56.100.000**	**100,00%**	**23.351**	**23.351.697**

b) Destinação dos lucros: (i) Destinação dos lucros acumulados - conforme critério estabelecido no contrato social da Companhia anterior a conversão para Sociedade Anônima em 29 de novembro de 2018, a Companhia utilizou os lucros acumulados de exercícios anteriores para distribuir dividendos de forma desproporcional aos sócios no montante de R$4.462 (R$ 2.838 em 2018) e integralizar capital no montante de R$5.345. (ii) Destinação dos lucros do exercício - o Estatuto Social da Companhia determina constituição de Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendo anual mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2019, o lucro líquido foi de R$31.950 do qual foi constituído Reserva Legal de R$1.598 e foram distribuídos os dividendos mínimos obrigatórios de R$7.588. Do lucro remanescente, a Companhia ainda integralizou R$21.369 com aumento de capital, restando R$1.995 de lucros do exercício que foram destinados à Reserva Estatutária (em 2018 foram distribuídos R$5.746 de lucros do exercício e R$9.807 foram destinados à Reserva de Lucros).

Dividendos Mínimos Obrigatórios	**Valor**
Lucro do exercício	31.950
Constituição de Reserva Legal	(1.598)
Lucro do exercício líquido da reserva legal	**30.352**
Dividendos mínimos obrigatórios	7.588
Dividendos de ações	56.100
Dividendos distribuídos por ação	**0,1352**

c) Integralização de capital: No exercício de 2018, a Empresa utilizou o montante de R$1.705 do saldo remanescente de 2017 para aumento de capital, restando um montante de R$2.733. Em 05 de fevereiro de 2019, a Companhia registrou décima primeira alteração e consolidação do contrato social. Os sócios, Fabrício Mitre e Jorge Mitre, com expressa anuência da Sócia Mitre Partners Participações Ltda., resolveram integralizar ao capital social da Companhia o saldo de R$2.733 de adiantamento para futuro aumento de capital. Diante da deliberação de aumento e integralização do capital da Companhia, a cláusula quinta do contrato social o capital subscrito passou a ser de R$26.085 (R$23.351 em 31 de dezembro de 2018). Em 30 de setembro de 2019, os sócios decidiram aumentar o capital da Companhia em R$ 30.016, integralizados da seguinte forma: Fabrício Mitre R$ 22.639; Jorge Mitre R$ 3.709; e Mitre Partners Participações Ltda. R$ 3.668, com os lucros acumulados do exercício e de anos anteriores e parcela da reserva de capital da Companhia. Desse forma, o capital social subscrito e integralizado passou a ser R$56.100, representado por 56.100.000 de Ações (23.351.697 em 2018) com valor nominal de R$ 1 (expresso em reais) cada. d) Reserva Legal: A Reserva legal é constituída de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, podendo ser facultativa caso o saldo dessa reserva, acrescido da reserva de capital, exceda 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu Reserva Legal no montante de R$1.598. **16. Receita Operacional líquida:** A composição da receita operacional líquida é demonstrada como segue:

Descrição	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita de imóveis vendidos	308.126	156.568
Inversão (Provisão) para distrato	327	(3.096)
Perda estimada créditos de liquidação duvidosa	(17)	–
Ajuste a valor presente	(2.410)	(3.854)
Impostos incidentes sobre imóveis vendidos	(5.723)	(2.834)
Receita de indenização por distrato	926	288
	301.129	147.068
Receita de serviços prestados (a)	10.934	3.432
Impostos incidentes sobre serviços prestados	(211)	(263)
	10.723	3.169
Receita operacional líquida	**311.852**	**150.237**

(a) A receita de serviços prestados é composta pela receita de serviços de intermediação imobiliária, prestados pela controlada Mitre Vendas Corretagem de imóveis Ltda., representando R$3.237 milhões, e pela receita de serviços de construção, prestados pela controlada MJF Construções Ltda., representando R$ 7.697. Atualmente, a MJF Construções Ltda. presta serviços de construção para empresas controladas pelo no Fundo de Investimento em Participações Share Student Living - Multi Estratégia ("FIP Share"), que é entidade coligada da Companhia. Conforme mais detalhado na Nota Explicativa 7. **17. Custos e despesas por natureza:** Os custos e despesas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão apresentados abaixo:

Empreendimentos e Participações S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2019	2018	2019	2018
Despesas por função				
Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados	–	–	(212.623)	(97.158)
Despesas gerais e administrativas	(23.454)	(13.335)	(26.977)	(17.078)
Despesas comerciais	(426)	(345)	(25.646)	(12.186)
	(23.880)	**(13.680)**	**(265.246)**	**(126.422)**
Custos dos imóveis vendidos				
Custos com imóveis vendidos	–	–	(166.712)	(86.285)
Custo de terrenos	–	–	(27.277)	(6.851)
Custo com provisão para garantia de obra	–	–	(2.164)	(1.448)
Custo com encargos financeiros	–	–	(8.046)	(4.507)
Provisão para distratos	–	–	(304)	(249)
Custo dos serviços vendidos	–	–	(9.120)	(319)
	–	–	**(212.623)**	**(97.158)**
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(6.127)	(4.282)	(6.486)	(4.668)
Honorários de terceiros	(2.835)	(1.833)	(11.670)	(5.267)
Participações - PLR	(1.453)	(100)	(1.453)	(100)
Honorários de Administradores	(3.655)	(2.575)	(3.655)	(2.575)
Despesa de cartório	(92)	(65)	(264)	(115)
Depreciação e amortização	(1.300)	(291)	(1.539)	(377)
Aluguel condomínio	(314)	(768)	(562)	(1.028)
Administrativas	(678)	(421)	(1.145)	(1.960)
	(23.454)	**(13.335)**	**(26.977)**	**(17.078)**
Despesas comerciais				
Despesas com propaganda e publicidade	(426)	(345)	(13.573)	(6.193)
Despesas com plantão de vendas	–	–	(12.073)	(4.272)
Outras receitas e despesas	–	–	–	(1.721)
	(426)	**(345)**	**(25.646)**	**(12.186)**

18. Outras despesas e receitas operacionais:

Descrição	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Despesas tributárias	(120)	(117)	(444)	(209)
Perda com investimentos (a)	(937)	(667)	(982)	(984)
Resultado de SCP's	–	–	(5.383)	(601)
Despesas com demandas judiciais	(2.857)	(1.493)	(2.628)	(2.267)
Resultado da alienação de investimentos (b)	6.749	2	6.749	2
Outras receitas e despesas	(2.199)	299	(2.209)	159
Total	**636**	**(1.976)**	**(4.921)**	**(3.751)**

a) Total de referente à distribuição desproporcional de dividendos das controladas, o que é facultado pelos contratos sociais das Companhias, visto que se trata de Companhias por ação de responsabilidade limitada. b) Valor referente ao ganho na alienação de investimentos, conforme Nota Explicativa 7. **19. Resultado financeiro:** A composição das receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada como segue:

Descrição	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeiras	475	300	2.256	1.166
Variação monetária e juros	3	1	192	41
	478	**301**	**2.378**	**1.207**
Despesas financeiras				
Juros (a)	(1.669)	(1.629)	(5.162)	(2.074)
Despesas bancárias	(168)	(98)	(1.170)	(1.176)
Outras despesas financeiras	(1.041)	(61)	(754)	(199)
	(2.878)	**(1.788)**	**(6.838)**	**(3.450)**
Total	**(2.400)**	**(1.419)**	**(4.460)**	**(1.247)**

a) Representados pelos juros decorrentes de empréstimos e financiamentos (capital de giro) e arrendamento mercantil (IFRS16) tomados pela Controladora e Controladas e que não foram objeto de capitalização. **20. Instrumentos financeiros:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de juros - oscilação das taxas de juros e indexadores dos empréstimos e financiamentos; • Risco de crédito - possibilidade de perda de fluxo de caixa dos contratos de clientes (contas a receber); • Risco de liquidez - possibilidade

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	2,20%	3,30%	4,40%	5,50%	6,60%
INCC	2,08%	3,11%	4,15%	5,19%	6,23%
TR	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IGP-M	3,66%	5,48%	7,31%	9,14%	10,97%

Ativos e passivos líquidos	Saldo 31/12/2019	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	(32.445)	(714)	(1.071)	(1.428)	(1.784)	(2.141)
INCC	232.994	4.848	7.234	9.653	12.072	14.491
TR	(48.898)	–	–	–	–	–
IGP-M	643	35	47	59	71	
Sem indexador	2.919	–	–	–	–	–
Total	**154.813**	4.148	6.198	8.272	10.347	12.421

Saldos nas Demonstrações Financeiras consolidadas	Nota	2019	CDI	INCC	TR	IGPM	Sem indexador
Caixa e equivalentes de caixa	3a	**33.416**	30.345	–	–	–	3.071
Caixa restrito	3b	**6.900**	6.900	–	–	–	–
Contas a receber	4	**236.464**	–	232.594	–	–	–
Total ativos com riscos financeiros		**276.780**	**37.245**	**232.594**	–	–	**3.071**
Empréstimos	8	**(121.967)**	(69.690)	–	(48.898)	(3.227)	(152)
Total passivos com riscos financeiros		**(121.967)**	**(69.690)**	–	**(48.898)**	**(3.227)**	**(152)**
Total ativos e passivos com riscos financeiros		**154.813**	**(32.445)**	**232.594**	**(48.898)**	**(3.227)**	**2.919**

eterminação do valor usto dos instrumentos financeiros: Os valores de mercado, Informados em 31 de dezembro de 2019, não refletem mudanças futuras em condições econômicas e nas taxas de juros e outros preços

↳ continuação

Os membros do Comitê de Auditoria Não Estatutário da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 21, alínea (b), do seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, e, considerando as informações prestadas e esclarecidas pelos administradores da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem, de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

São Paulo/SP, 30 de março de 2020

Rodrigo Coelho Cagali
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.
Parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário

Fabrício Mitre, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.360.230-8 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 325.730.098-07, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Alameda Santos, 700, 5º andar, Jardim Paulista, CEP 01418-100, na qualidade de Diretor Presidente da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Alameda Santos, 700, 5º andar, Jardim Paulista, CEP 01418-100, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 07.882.930/0001-65 ("**Companhia**"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480. 30 de março de 2020.

Fabrício Mitre - Diretor Presidente. Rodrigo Coelho Cagali, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.701.169-9-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 296.217.678-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Alameda Santos, 700, 5º andar, Jardim Paulista, CEP 01418-100, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Alameda Santos, 700, 5º andar, Jardim Paulista, CEP 01418-100, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 07.882.930/0001-65 ("**Companhia**"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480. 30 de março de 2020.

Rodrigo Coelho Cagali
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM.** Nós auditamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2.3.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a capacidade de manutenção da continuidade operacional da entidade para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, aos benefícios econômicos mencionados na Nota Explicativa nº 2.3.1 e a capacidade de o empreendimento manter o fluxo econômico de receitas e custos, conforme mencionado na nota explicativa 2.3.1, a capacidade de o empreendimento manter o fluxo econômico de receitas e custos, conforme mencionado na nota explicativa 2.3.1, a capacidade de o empreendimento manter o fluxo econômico de receitas e custos, conforme mencionado na nota explicativa 2.3.1, a construção dos imóveis, com base no percentual dos custos incorridos, inclusive custos financeiros, em relação ao custo total orçado do projeto (PoC), os quais são revisados periodicamente. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à complexidade envolvidos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de rentabilidade dos empreendimentos, tendo em vista os controles de acompanhamento da previsão dos custos a serem incorridos até o final da obra, da avaliação do reconhecimento ou não da receita, considerando a transferência de controle e a capacidade de o empreendimento manter o fluxo econômico de receitas e custos, e da avaliação e atualização dos orçamentos de obra. Uma mudança no percentual de custos incorridos, quando comparado com o total de custos previstos, pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Outros assuntos – auditoria de demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para as atividades de compra e venda dos unidades imobiliárias em construção; (b) Efetuamos comparação de informações entre exercícios e entre empreendimentos, quando aplicáveis não usuais; (c) o envolvimento de nossos engenheiros especialistas para nos auxiliar na avaliação da metodologia, índices e premissas utilizadas na preparação e no cálculo da atualização dos orçamentos de custos de construção individualizados por empreendimento e também, nas visitas a uma amostra de canteiros de obras para nos auxiliar na verificação da razoabilidade entre o andamento físico e o percentual dos custos incorridos em relação ao total orçado; (d) inspeção em bases amostrais dos documentos suporte para custos incorridos e orçados para o período em bases amostrais, inspecionamos contratos de venda, comprovantes de liquidações e outros documentos relacionados; (e) Testes de cálculo da contratual vigente; (f) testes de realização da receita reconhecida no exercício com base nos percentuais de conclusão apurados e comparamos com quantos apurados pela administração; e (g) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado de nossa auditoria, estamos de acordo com os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Realização do saldo de imóveis a comercializar:** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, saldo de imóveis a comercializar no valor de R$88.901 mil (Nota Explicativa 5). Conforme descrito na Nota Explicativa 2.3.5, os imóveis a comercializar (terrenos e imóveis construídos) são demonstrados pelo custo de construção, que não excede seu valor líquido realizável. Quando o custo de construção de imóveis a comercializar exceder o valor líquido realizável estimado das suas vendas, ou o custo de um terreno ainda não realizável exceder ao seu valor realizável, uma provisão ao valor líquido realizável é reconhecida no exercício em que for determinado que o valor contábil não seja realizável. O valor líquido realizável dos imóveis a comercializar é revisado pela administração trimestralmente, levando em consideração os valores de venda de projetos já lançados ou planejados, cotações de mercado, propostas de compra de terrenos, projeções internas de vendas futuras e custos a incorrer, dentre outras premissas. A relevância do saldo de imóveis a comercializar e a complexidade e julgamento envolvidos na determinação desses estimativas, levou-nos a identificar este assunto como significativo que requer considerações especiais de auditoria. Como nossa auditoria para este assunto incluiu, entre outros procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para as atividades de margem dos empreendimentos e do valor realizável dos imóveis; (b) para o valor realizável suportado por estudos internos, incialmente, verificamos a existência dos cálculos matemáticos, comparamos os valores de venda com os valores de unidades construídas e/ou em construção, além de corroborarmos os valores das vendas considerados no estudo. Quanto ao custo de construção a incorrer utilizado no estudo, por meio de base amostral, envolvemos os engenheiros especialistas da Companhia em abordagem de auditoria para fins do reconhecimento de receita; (c) para os terrenos, utilizamos o valor das cotações de mercado para os terrenos comparáveis e, quando aplicável, consideramos propostas firmes de partes não relacionadas para a venda dos terrenos da Companhia, além de corroborarmos o valor realizável líquido; (d) confrontamos os valores de custos orçados com os saldos contábeis dos imóveis a comercializar; e (e) a revisão da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise do valor realizável líquido dos imóveis a comercializar, estamos de acordo com os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, estamos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burla de controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamento dos procedimentos de auditoria apropriados de circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível e com base nas evidências de auditoria obtidas. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos de auditoria. Também fornecemos aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os assuntos que, de nossa opinião, possam ser considerados como sendo, razoavelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, de maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador - CRC-1SP209240/O-7

"building a better working world"

PP Promotora de Vendas S/A - CNPJ: 18.249.116/0001-24

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial

	2019	2018
Ativo	**32.806.138**	**15.838.998**
Circulante	**27.007.175**	**13.312.420**
Caixa e equivalentes de caixa	5.060.860	885.133
Despesas antecipadas	19.896	19.896
Adiantamentos	150.989	126.639
Impostos a recperar	413.167	295.198
Não circulante	**1.026.888**	**468.971**
Adiantamentos	100.255	100.255
Imobilizado	913.959	358.666
Intangível	12.674	10.050
Total do ativo	**33.863.022**	**16.107.969**
Passivo e patrimônio líquido	**2019**	**2018**
Circulante	**5.123.993**	**3.670.969**
Fornecedores e outras contas a pagar	2.722.099	2.282.094
Empréstimos e financiamentos	-	124.547
Obrigações trabalhistas e sociais	907.490	621.336
Obrigações tributárias	1.136.182	530.316
Adiaiamento de clientes	358.222	112.160
Não circulante	**485.736**	**453.008**
Provisão para contingências	382.696	281.372
Obrigações tributárias	103.040	181.636
Total do passivo	**5.609.729**	**4.123.463**
Patrimônio líquido	**28.073.293**	**11.874.506**
Capital social	10.584.640	10.434.308
Reserva de capital	52.197.443	17.347.755
Prejuízos acumulados	(34.708.790)	(15.907.577)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**33.863.022**	**16.107.969**

Demonstração do Resultado

	2019	2018
Receita líquida	**16.470.078**	**9.161.031**
Custo dos serviços prestados	(2.251.048)	(1.293.573)
Lucro bruto	**13.719.030**	**7.867.458**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	(32.537.842)	(15.320.687)
Tributárias	(308.545)	(212.717)
	(32.864.387)	**(15.533.414)**
Lucro operacional	**(19.145.357)**	**(7.665.956)**
Receita líquida	244.144	158.047
Prejuízo do exercício	**(18.901.213)**	**(7.507.909)**
Demonstração do Resultado Abrangente		
Prejuízo do exercício	**(18.901.213)**	**(7.507.909)**
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	**(18.901.213)**	**(7.507.909)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Capital acumulados	Prejuízos Total
Saldos 01/01/2018	10.310.083	(8.245.668)	2.064.415
Aumento de capital	124.245	-	124.245
Reserva de capital		17.347.755	-
Prejuízo do exercício		(7.561.909)	(7.561.909)
Saldos 31/12/2018	**10.434.328**	**17.347.755**	**(15.807.577)** **(5.497.494)**
Aumento de capital	150.312	-	150.312
Reserva de capital	-	34.849.688	34.849.688
Prejuízo do exercício		(18.901.213)	(18.901.213)
Saldos 31/12/2019	**10.584.640**	**52.197.443**	**(34.708.790)** **28.073.293**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	2019	2018
1) Atividades Operacionais	**1.188.350**	**1.139.719**
Lucro Líquido antes do IRP e CSLL	4.351	4.351
Depreciação Acumulada		
Bonificação dos Investimentos em Ações		
Valorização/Desvalorização dos Investimentos em Ações	(93.824)	(98.027)
RRF e CSLL Diferido dos Investimentos em Ações	(22.518)	(23.526)
Ajuste valor/mercado financeiro não tributados		
Realização rendimentos financeiros/alugueis exercícios anteriores	(120.785)	(117.400)
(=) Lucro Líquido Ajustado	**955.574**	**905.116**
(Aumento) redução em impostos a receber	9.136	(2.174)
(Aumento) redução em outros créditos		
(Aumento) redução em impostos a recuperar	7.012	
Aumento (redução) em fornecedores		
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	53	(1.597)
Aumento (redução) nos impostos a pagar	24.739	24.822
Aumento (redução) em outras obrigações	12.568	12.681
Caixa Proveniente das operações	**38.236**	**33.931**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(103.790)	(106.697)
Caixa Líquido Proveniente atividades operacionais	**(65.554)**	**(73.496)**
2) Atividades de Investimento		
Novos Investimentos em Ações		
Novos Imobilizações		
Total dos Atividades de Investimento		
3) Atividades de Financiamento Dividendos Pagos	(900.000)	(840.000)
Total das Atividades de Financiamento	**(900.000)**	**(840.000)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	**(9.980)**	**(8.380)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	1.294.221	1.212.601
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	1.194.240	1.204.221
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	**(9.980)**	**(8.380)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	**84.000**	**947.944**	**29.504**	**174.987**		**1.436.439**
Dividendos Pagos		(840.000)				(840.000)
Lucro líquido do exercício de 2018		-		(117.400)	1.009.496	892.096
Reserva de Lucros		1.009.496		-	(1.009.496)	
Reserva de Lucros a Realizar		198.007		198.007		
Saldo em 31/12/2018	**84.000**	**919.433**	**29.504**	**455.598**	-	**1.488.535**
Dividendos Pagos		(900.000)				(900.000)
Lucro líquido do exercício de 2019		-		(120.785)	1.062.042	941.257
Reserva de Lucros		1.062.042			(1.062.042)	
Reserva de Lucros a Realizar		212.218		212.218		
Saldo em 31/12/2019	**84.000**	**869.257**	**29.504**	**547.031**	-	**1.529.792**

Ricardo Kalichstein - Diretor Presidente Valdemir Fontes - Contador - CRC SP-242950/O-9

O Relatório dos Auditores e as Notas Explicativas encontram-se em poder da administração na sede da empresa.

Saliport Participações S.A

CNPJ nº 10.574.941/001-16

Relatório da Diretoria

Srs.acionistas: apresentamos a Vossa Senhoria as Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018, juntamente com as Notas Explicativas.

A Diretoria

Balanço Patrimonial (Valores Expressos em Reais)

Ativo	**2019**	**2018**	**Passivo**	**2019**	**2018**
Circulante	**1.194.240**	**1.262.072**	**Passivo Circulante**	**160.745**	**157.705**
Caixa e Equivalentes	1.194.240	1.204.221	Fornecedores	19.111	1.443
Caixa / Bancos	10	10	Obrigações Fiscais	177.852	153.113
Aplicação Financeira Mercado Aberto	1.194.230	1.204.211	Obrigações Trabalhistas	1.198	1.143
Alugueis A Receber	86.452	80.316	**Passivo Não Circulante**	**252.185**	**239.865**
Outros Créditos			Outras Obrigações de Longo Prazo	252.185	239.865
Impostos A Recuperar	922	7.934	**Patrimônio Líquido**	**1.529.792**	**1.488.535**
Investimentos Temporários	633.426	539.602	Capital Social	1.526.792	1.488.535
Ativo Não Circulante	**47.682**	**52.033**	Capital Social	84.000	84.000
Imobilizado	**47.682**	**52.033**	**Reservas**	**1.445.792**	**1.404.535**
Total do Ativo	**1.962.722**	**1.884.105**	**Total do Passivo**	**1.962.722**	**1.884.105**

Demonstrações do Resultado do Exercício

	2019	2018
Receita Líquida - Aluguéis	1.053.128	991.898
Lucro Bruto Operacional	1.053.128	991.898
Despesas/Receitas Operacional	135.222	147.621
(-) Despesas Administrativas	(90.914)	(83.393)
(+) Reversão trabalhista		
(+) Resultado Financeiro	226.136	230.015
Resultado Operacional	**1.188.350**	**1.139.719**
(-) Provisão para Contribuição Social	(33.823)	(41.594)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(69.963)	(72.101)
(-) Provisão para Contribuição Social - Diferido	(8.444)	(8.822)
(-) Provisão para Imposto de Renda - Diferido	(24.904)	(24.704)
Lucro ou Prejuízo Operacional	**1.062.042**	**1.052.498**
Quantidade de ações no final do exercício	**60.000**	**60.000**
Lucro líquido por lote de mil ações - R$	**18**	**17**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	2019	2018
1) Atividades Operacionais	**1.188.350**	**1.139.719**
Lucro Líquido antes do IRP e CSLL	4.351	4.351
Depreciação Acumulada		
Bonificação dos Investimentos em Ações		
Valorização/Desvalorização dos Investimentos em Ações	(93.824)	(98.027)
RRF e CSLL Diferido dos Investimentos em Ações	(22.518)	(23.526)
Ajuste valor/mercado financeiro não tributados		
Realização rendimentos financeiros/alugueis exercícios anteriores	(120.785)	(117.400)
(=) Lucro Líquido Ajustado	**955.574**	**905.116**
(Aumento) redução em impostos a receber	9.136	(2.174)
(Aumento) redução em outros créditos		
(Aumento) redução em impostos a recuperar	7.012	
Aumento (redução) em fornecedores		
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	53	(1.597)
Aumento (redução) nos impostos a pagar	24.739	24.822
Aumento (redução) em outras obrigações	12.568	12.681
Caixa Proveniente das operações	**38.236**	**33.931**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(103.790)	(106.697)
Caixa Líquido Proveniente atividades operacionais	**(65.554)**	**(73.496)**
2) Atividades de Investimento		
Novos Investimentos em Ações		
Novos Imobilizações		
Total dos Atividades de Investimento		
3) Atividades de Financiamento Dividendos Pagos	(900.000)	(840.000)
Total das Atividades de Financiamento	**(900.000)**	**(840.000)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	**(9.980)**	**(8.380)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	1.294.221	1.212.601
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	1.194.240	1.204.221
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	**(9.980)**	**(8.380)**

Patrimônio Líquido: a) Capital Social: o capital social é de R$ 84.000,00 conforme o estatuto social e ações subscritas. b) **Reservas:** a sociedade mantém em seu patrimônio líquido, o saldo de reserva de lucros de R$ 869.257,21 a ser destinado, mediante lei R$ 29.503,99 para futura utilização e na conta reserva de lucros a realizar o valor de R$ 547.031,24, referente aos investimentos em ações no mercado aberto, com ajustes de valorização ou desvalorização e seus respectivos impostos diferidos, rendimentos financeiros não tributados (competência) e receita de aluguel (competência) a serem realizados.

Marcio Nunes Ferreira - CPF 198.134.133.588-68
Antonio Carlos Lopes - Contador - CRC 1SP 104823/O-3

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/NIF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE 35.300.391.047

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Srs. acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em AGO que será realizada dia 30/04/2020, em 1ª convocação às 11h e em 2ª às 11h30, na sede da Companhia, na R. Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciar o relatório da administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/19; **(iii)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2020; **(iv)** deliberar sobre a destituição do Sr. Anderivo Soares Lanna, como membro e Presidente do Conselho de Administração; **(v)** deliberar sobre a eleição do Sr. Daniel Espinosa Ferreira, como membro do Conselho de Administração; **(vi)** deliberar sobre a nomeação do novo presidente do Conselho de Administração; e **(vii)** outros assuntos de interesse dos acionistas presentes e da Companhia. SP, 30/03/20. **Alberto Alfredo Arellano Garcia** - Conselho de Administração. A Administração da Vigor Alimentos S.A.

Siemens Ltda. - CNPJ nº 44.013.159/0001-16 - NIRE 35 2 1408900 1

Extrato da 64ª Alteração de Contrato Social, em 01/03/2020

Entre os abaixo assinados, **Siemens International Holding S.X.**, sociedade limitada holandesa, registrada no Registro de Comércio e Indústria de Haaglanden sob nº 27.244-420, sediada em Prinses Beatrixlaan 800, na cidade de 2595BR's - Gravenhage, na Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.981.528/0001-02, neste ato representada por sua bastante procuradora, Dr.ª **Josie de Menezes Barros**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 300.121, emitida em 26/06/2013, portadora da Cédula de Identidade RG nº 41.971.351-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 371.274.278-33, com domicílio na Praça das Guianas, nº 82 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP 01428-030, cuja procuração encontra-se anexa a presente; e, únicas sócias-quotistas da sociedade empresária limitada **Siemens Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Murinas, 3.800, bairro Jardim Santo Elias, CEP 05130-902, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.2.1408900-1, em sessão de 15/07/1994, e alterações contratais, datadas de 01/02/2019, aprovada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob nº 119.591/19-4, em sessão de 25/02/2019 ("**Sociedade**"); resolvem de plena e comum acordo: I - **Aprovação de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Siemens Ltda. com Versão de Acervo Líquido para a Siemens Infraestrutura e Indústria Ltda.** Após leitura, exame e discussão, a sócia-cliente, por unanimidade, aprovam em ratificação e/ou em princípio, os termos e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da **Siemens Ltda. com Versão de Acervo Líquido para a Siemens Infraestrutura e Indústria Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Murinas, 3.800, 2º andar, bairro Jardim Santo Elias, CEP 05130-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.013.159/0001-16, doravante denominada "**Cindida**", e a **Siemens Infraestrutura e Indústria Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Murinas, 3.800, 2º andar, bairro Jardim Santo Elias, CEP 05130-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.329.042/0145, em sessão de 05/09/2019, e última alteração contratual, datada de 28/10/2019, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 519.233/19-1, em sessão de 31/10/2019 ("**Siemens Infraestrutura**"), firmado pelas administradoras de ambas as sociedades, nesta mesma data, nos termos da legislação vigente, que passa a fazer parte integrante deste instrumento como o seu **Anexo I** ("**Protocolo**"). II - **Ratificação da Nomeação dos Peritos Avaliadores** - As sócias ratificam ainda, a nomeação da empresa **Ernst & Young Auditores Independentes S/S**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Norte - 7º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.366.936/0001-25, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP034519/O-6, para proceder avaliação do acervo líquido da cisão da **Siemens Ltda.**, em decorrência da cisão parcial. **III - Aprovação do Laudo de Avaliação Contábil e da Cisão** - Foi apresentado neste ato o Laudo de Avaliação Contábil da Cisão ("Laudo de Avaliação"), com data-base de 31/01/2020, elaborado pela empresa avaliadora especializada **Ernst & Young Auditores Independentes S/S**, a qual, a partir da data de sociedade, anteriormente desenvolvesse os trabalhos. Após leitura, exame e discussão as sócias aprovam o Laudo de Avaliação em questão, preparado pela mencionada empresa especializada, que passa a fazer parte integrante deste instrumento como seu **Anexo II**, restando assim aprovada a cisão parcial da Sociedade sem perda de personalidade jurídica, pela Siemens Infraestrutura ("**Cisão Parcial**"). **IV - Redução do Capital Social** - Como consequência da Cisão Parcial e da versão do Acervo Líquido Cindido para a Siemens Infraestrutura, nos termos aprovados

Companhia de Participações em Concessões

CNPJ 09.367.702/0001-82

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. São Paulo, 31 de março de 2020.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.390	6.753
Aplicações financeiras	6	91.928	54.665
Contas a receber - partes relacionadas	8	37.730	49.116
Mútuos - partes relacionadas	8	121.461	-
Tributos a recuperar		14.252	7.584
Dividendos a receber	8	-	3.888
Despesas antecipadas e outros créditos		1.693	1.882
Total do ativo circulante		281.054	122.561
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Mútuos - partes relacionadas	8	-	76.879
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	8	171.210	171.200
Tributos a recuperar		2.756	1.620
Depósitos judiciais		53	41
		174.019	249.740
Investimentos	9c	5.493.046	4.430.707
Imobilizado	10	7.905	14.155
Intangível	11	12.620	4.253
Total do ativo não circulante			
		5.687.591	4.698.855
Total do ativo		5.968.645	4.821.416

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Debêntures	12	55.472	-
Adiantamento mercantis	13	-	1.842
Fornecedores		4.231	4.793
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	483	4.309
Imposto de renda e contribuição social		-	624
Impostos e obrigações a recolher		3.108	3.868
Parcelas relidas nas aquisições de negócios	8 e 15	44.987	42.824
Obrigações sociais e trabalhistas		32.855	30.256
Dividendos e juros sobre o capital próprio		52.610	39.418
Outras obrigações		-	1.277
Total do passivo circulante		193.747	129.211
Não circulante			
Debêntures	12	634.189	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	8	-	620.000
Obrigações sociais e trabalhistas		1.131	-
Provisão para riscos fiscais/trabalhistas	14	632	-
Provisão para passivo a descoberto	9c	199.145	131.693
		835.097	751.693
Patrimônio líquido			
Capital social	16a	4.386.195	3.249.447
Reserva de lucros	16d	-	134.924
Reserva de capital	16f	49.891	49.820
Ajuste de avaliação patrimonial	16e	525.135	506.961
Prejuízos acumulados		(21.343)	-
		4.939.868	3.941.152
Total do passivo e patrimônio líquido		5.968.645	4.821.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social		Reservas de Lucro			Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial		
	Subscrito	A integralizar	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Transação com sócios	acumulados	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	3.187.993	-	-	-	49.820	317.894	(342.044)	3.213.663	
Aumento de capital social em 09 de abril de 2018	362.000	-	-	-	-	-	-	362.000	
Aumento de capital social em 16 de abril de 2018	100.000	-	-	-	-	-	-	100.000	
Aumento de capital social em 24 de maio de 2018	40.000	-	-	-	-	-	-	40.000	
Aumento de capital social em 27 de setembro de 2018	240.000	-	-	-	-	-	-	240.000	
Redução de capital através de absorção prejuízos acumulados em 20 de dezembro de 2018	(342.045)	-	-	-	-	-	342.045	-	
Redução de capital através de transferência de bens em 20 de dezembro de 2018	(338.501)	-	-	-	-	-	-	(338.501)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	176.658	176.658	
Destinações									
Reserva legal	-	-	8.833	-	-	-	(8.833)	-	
Reserva estatutária	-	-	-	883	-	-	(883)	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(15.450)	(15.450)	
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(26.285)	(26.285)	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	189.097	-	189.097	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	125.208	-	-	(125.208)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.249.447	-	8.833	883	125.208	49.820	506.961	-	3.941.152
Aumento de capital social em 28 de março de 2019	36.500	-	-	-	-	-	-	36.500	
Aumento de capital social em 02 de maio de 2019	90.000	-	-	-	-	-	-	90.000	
Aumento de capital social em 27 de maio de 2019	644.000	-	-	-	-	-	-	644.000	
Aumento de capital social em 27 de junho de 2019	105.000	-	-	-	-	-	-	105.000	
Aumento de capital social em 26 de setembro de 2019	45.000	-	-	-	-	-	-	45.000	
Aumento de capital social em 28 de novembro de 2019	17.000	(17.000)	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital social em 19 de dezembro de 2019	225.070	(8.822)	-	-	-	-	-	216.248	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(94.372)	(94.372)	
Destinações									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(61.895)	-	-	(61.895)	
Absorção de prejuízo reserva retenção de lucros	-	-	-	-	(63.313)	-	63.313	-	
Absorção de prejuízo reserva legal	-	-	(8.833)	-	-	-	8.833	-	
Absorção de prejuízo reserva estatutária	-	-	-	(883)	-	-	883	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	18.174	-	18.174	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.412.037	(25.829)	-	-	49.820	525.135	(21.343)	4.939.867	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo social a participação em outras sociedades de novos negócios, sejam do no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios afins, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 9º andar, parte, Vila Olimpia, CEP 04.551-065, São Paulo - SP. Em 31 de maio de 2010, a CPC incorporou a **Engelog**, que limita como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de consultoria na informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a **Divisão Engelogtec**, antes com atribuição de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão das atividades da Companhia, além de obterem um importante diferencial competitivo para a participação em novos negócios. A CPC participa das seguintes empresas: **Participações diretas da CPC:** • CCR Espanha - Concessões e Participações S.L. (CCR Espanha)• CCR Espanha Empreendimentos S.L.U. (CCR Espanha Empreendimentos); • Alha Concessões Inc. (Alha Concessões); • Alha Participações Inc. (Alha Participações); • Barcas S.A. - Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP. - Around The Pier Administração Participações Ltda. (ATP); • Green Airports, Inc. (Green Airports), sua controlada em conjunto (controlada indireta da CPC), Inversiones Bancnal S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance); • Sociedade de Participação em Concessões Rodoviais S.A. (SPC); • Companhia de Parcerias (CCR Metrô Bahia); • Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (CCR MSVia); • Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (SPAC); • Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (ViaSul); • CIM - Companhia de Infraestrutura em Mobilidade (CCR Mobilidade); • Lam Vias Participações e Concessões S.A. (CCR Lam Vias); • International Airport Finance, S.A. (IAF); • RC Holding • Participações S.A (RS Holding). **Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada SPAC:** • Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport). **Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada CCR Espanha Empreendimentos:** • Quiport Holdings y sus controladas • Corporación Quiport S.A. (Quiport), • Quito Airport Management S.A. (Quiasmal) e sua controlada Quito Airport Management Ecuador Quiamecuador S.A. (Quiasmal Ecuador), denominada AEOCANRC Management Ecuador Ltd. (AEOCANRC); • CCR USA Management Inc. (CCR USA) e sua controlada Total Airport Services Inc. (TAS). **Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada CCR Espanha:** • MTI Huedder En Maritiem Transport B.V. (MTH); • Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto Curacao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP); • CCR Costa Rica Concessões e Empreendimentos (CCR Costa Rica), suas controladas em conjunto (controladas da CCR Espanha), Grupo de Aeroportos Internacional AAH SRL (Aeroportos), Desarrollos de Aeroportos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aéreo General AAH SRL (Terminal) e a controlada desta, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris). • SID Holding Ltd., sua controlada (controladas da CCR Espanha), CCR Costa Rica Concessões y Participaciones S.A., e suas controladas em conjunto (Grupo de Aeroportos Internacional AAH SRL, Desarrollos de Aeroportos AAH SRL e Terminal Aéreo General AAH SRL) e a controlada desta, Aeris Holding Costa Rica S.A.(Aeris). Além disso, sua controlada em conjunto IBSA Bancnal (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance). **Concessões:** Veja a seguir mais detalhes das concessões. **CCR Barcas (Barcas) e ATP:** A concessão foi realizada por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e a única concessionária de serviços públicos dedicada a operação do transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até 12 de fevereiro de 2023. Em 2 de julho de 2012, a CPC passou a deter 60% do capital social dessa concessionária. A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias da Barcas. **Aeroporto Internacional de Quito, no Equador:** A CCR Espanha Empreendimentos é controladora integral da CPC e uma empresa com sede em Madrid, na Espanha, que tem por objeto social a gestão e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 100% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 46,50% no capital social da Corporación Quiport. A Quiport Holdings é uma empresa localizada no Uruguai, e tem por objeto social a participação em outras sociedades. A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NQAI), localizado a quinze minutos do centro da cidade, e a Corporación Quiport é uma empresa responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSA), em Quito. O prazo de concessão do MSA é 15 anos, encerrando-se em janeiro de 2041. O início das operações no NQAI ocorreu em fevereiro de 2013. Além das empresas acima, a CPC detém 100% da Alha Concessões, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a participação em outras sociedades. 100% da Alha Participações, sendo que última não possui operação. A participação acionária nas referidas empresas faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito (Projeto Quito), no Equador. Em 19 de dezembro de 2013, a CPC, por meio da CCR Espanha Empreendimentos, adquiriu 50% das ações da Quito Airport Management QUAMA Ltd. (Quiama BVI), empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, e 100% da Quito Airport Management Ecuador Quiamecuador S.A. (Quiama Ecuador), empresa operadora do Aeroporto Internacional de Quito. **Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica:** Em 10 de setembro de 2012, a CPC, através da CCR Espanha, passou a deter indiretamente, aproximadamente 48,75% das ações da Aeris, com a aquisição da CCR Costa Rica. A CCR Costa Rica detém participação direta de 48,76% na Aeropuertos, de 51% na Desarrollos e de 50% na Terminal, sendo que estas detêm 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris. A CCR Costa Rica, a Aeropuertos, a Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades. A Aeris é responsável pela construção, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Juan Santa Maria). O prazo de concessão vai até 05 de maio de 2026. Em 1º de outubro de 2018, foram concluídas as aquisições de 44,4% da Aeris e de 49,64% da IBSA, passando a Companhia a deter 97,35% e 99,64%, respectivamente, de participação acionária indireta nessas empresas. Pelo aquisição total, foi pago USD 64.011 mil (valor atualizado até a data do pagamento). A aquisição da participação acionária em Aeris e da IBSA se deu através da compra de 99,29% das ações da SID Holding LTD, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que por sua vez possui 50% de participação na IBSA BVI e 100% de participação na Aeris. A Companhia detém a participação na IBSA BVI, antes também nas Ilhas Virgens Britânicas, sendo que a IBSA BVI detém participação de 100% na IBSA Finance, localizada em Barbados. As empresas têm como objeto social a participação em outras sociedades. A participação acionária nas referidas empresas faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose (Projeto Costa Rica). **Aeroporto Internacional de Curaçao:** Em 27 de outubro de 2012, a CPC, por meio da CCR Espanha, passou a deter indiretamente, aproximadamente 40,8% das ações da CAP, com a aquisição de 80% do capital social da CPA. A CPA detém participação direta de 51% na CAI, sendo que esta detém 100% do capital social da CARE. Em 1º de janeiro de 2013, a CCR Espanha adquiriu indiretamente participação de 20% do capital social da CAI, passando a deter, direta e indiretamente (através da CPA), 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao. A CPA é uma empresa localizada no Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades. A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE atualmente não possui operações e a CAI tem por objeto social a participação em outras sociedades. A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até abril de 2033. **Metrô Bahia:** Em 15 de outubro de 2013, o Metrô Bahia assinou contrato para a exploração de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, para implantação e operação do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. O contrato de concessão tem prazo de 30 anos, até 15 de outubro de 2043 e a CCR detém, diretamente e indiretamente, 90% do capital social dessa Concessionária. **MS Via:** Em 20 de dezembro de 2013, a CPC foi declarada vencedora do processo de licitação da BR-163 (lote 6). Com essa conquista, a empresa passou a deter 847,7 quilômetros de rodovia ligando Mundo Novo (cidade em Mato Grosso do Sul, próximo à divisa com o estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai) até Sonora/Pedro Gomes, no divisa com o Estado do Mato Grosso. O prazo de concessão é de 30 anos, até 10 de abril de 2044, a partir da data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, que ocorreu em 11 de abril de 2014. **BR Airport:** Em 22 de janeiro de 2014, foi constituída a Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport), companhia responsável pela exploração, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, situado nos municípios de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais. O contrato de concessão foi assinado em 7 de abril de 2014 e a concessão tem prazo de 30 anos. Em 12 de agosto de 2014, a Concessionária iniciou a operação assistida no Aeroporto pelo período de 3 meses, conforme previsão no contrato de concessão e, em 12 de janeiro de 2015, iniciou-se a operação plena do aeroporto. A CPC detém 38,25% de participação na concessionária, através da participação de 75% do capital social da sua controlada SPAC. **ViaSul:** Em 21 de novembro de 2018, foi constituída a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul (ViaSul), a qual será responsável pela operação e manutenção de 473,4 km de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul a partir de 11 de janeiro de 2019, data de assinatura do contrato de concessão, que tem prazo de concessão vai até fevereiro de 2045. Em 15 de fevereiro de 2019, foi iniciada a operação comercial da ViaSul. **CCR Lam Vias (Lam Vias):** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de concessões rodoviárias no Brasil (escoto Estado de São Paulo) e América Latina. **CCR Mobilidade:** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de Mobilidade Urbana no Brasil e no exterior. **Outras empresas. SPCP:** Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades. **CCR Espanha Concesiones (CCR Espanha) e CCR Espanha Empreendimentos:** As empresas têm suas sedes em Madrid, na Espanha e têm por objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades, bem como a exploração, na Espanha e no exterior, diretamente ou indiretamente por meio de consórcios, de negócios relacionados a concessões de obras e serviços públicos. A CPC detém 100% do capital social das empresas. **MTH:** A empresa, com sede em Amsterdã, na Holanda, tem como principal objeto social a aquisição, a alienação, a importação, a exportação e o arrendamento mercantil de embarcações para o transporte marítimo regular de passageiros, equipamentos e outros ativos. A CCR Espanha detém 100% do capital social da MTH, a qual foi constituída em 6 de setembro de 2012. **CCR USA:** A CCR USA foi constituída em 30 de setembro de 2015, e com sede na cidade de Dover (Delaware), nos Estados Unidos da América, tem como principal objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades e sua controlada TAS, com sede na cidade de Phoenix (Arizona), nos Estados Unidos da América, tem como principal objeto social a prestação de serviços de gerenciamento e administração relacionados a atividades em aeroportos. **RS Holding e Participações S.A.:** A empresa, com sede em São Paulo, tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista. A companhia foi constituída em 26 de setembro de 2019. **International Airport Finance S.A.:** A empresa, com sede em Madri, na Espanha, tem como objeto social emitir títulos de dívida no mercado internacional de capitais e aplicar os recursos captados líquidos de despesas para financiar todo tipo de infraestrutura na América Latina. A companhia foi constituída em 31 de janeiro de 2019. **Rentoestradas Securitizadora:** Em 29 de outubro de 2018 foi realizada a transformação societária que consistiu de um aporte de capital na investida Infra SP Participações e Concessões S.A. com a transferência dos seguintes investimentos: Autobão, SPVias, Invepar e Renovias. Em 29 de dezembro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), a redução de capital da Companhia no montante de R$ 338.501, correspondente aos correlatos CIS e CIC, mediante a transferência de bens e ceiais, abaixo descrito: • Investimento da Infra SP Participações e Concessões S.A., no montante R$ 311.286; • Entrega da sua participação na empresa Companhia de Investimentos e Participações (CIP) no montante de R$ 872; • Transferência do imóvel de propriedade da Companhia no montante de R$ 22.943 para sua Controladora CCR. • Pagamento a acionista CIS de acordo com a sua participação na Companhia no montante de R$ 3.385, efetuado em moeda corrente nacional em 30 de janeiro de 2019. Após a reorganização societária, a Companhia deixou de ser acionista direta da Infra SP e infinta das seguintes empresas: • Concessionária de Sistemas Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn), • Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias); • Invoop S. • Renovias Concessionária S.A. (Renovias). 2. **Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. *a) Investimentos:* Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Os investimentos em controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. • Controladas em conjunto: Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permita a Companhia controlar a entidade controlada em conjunto e não dentro dos seus ativos e passivos específicos. Seus investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, e, qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido de exercício e outros resultados abrangentes das entidade até a data em que o controle conjunto deixa de existir. *b) Combinação de negócios:* Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o grupo. A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora no com pomha adquirido), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificados, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente de acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios no valores mediduas são gravitamente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de ações ordinárias da Companhia, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no final do período no qual a combinação ocorre, são registrados valores provisórios para os itens cujos contábeis não estão completos. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. *c) Ágio entre ágio:* • Transações com sócios controladores: Os passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio da data das transações. Os ganhos e perdas de câmbio sobre ativo e passivo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores das registros contábeis em reais destas transações, são reconhecidos na demonstração de resultado. Os ganhos e perdas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quando as diferenças cambiais resultantes da conversão de hedge-flows de caixa qualificáveis e eficazes, que são mensurados de forma líquida, e, e, e

continuação

Despesas com profissionais chave da administração:

	2019	2018
Remuneração (b)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	3.625	7.060
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.379	3.306
(Reversão) complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(2.739)	3.781
Previdência privada	230	201
Seguro de vida	132	132
	2.626	14.307
Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:		
	2019	**2018**
Remuneração dos administradores (k)	1.725	3.751

No Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 6.300, incluindo salários, benefícios, encargos sociais e contribuição para seguridade social. O Conselho de Diretoria inclusive de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, recursos humanos e recursos humanos executados pela CCR Divisão Aclua, cujos vencimentos se dá no mês seguinte ao do faturamento; (c) Contrato de aluguel firmado em 4 de outubro de 2016, entre a Barcas e suas acionistas, 8 contratos remunerando a 127,9% do CDI, 12 contratos remunerados a 110,7% do CDI, com vencimento em 31 de dezembro de 2019 e promovido em 31 de dezembro de 2020; (d) Contratos de aluguel de barcas sujeitos à variação acumulada de 100% do CDI. O vencimento do contrato será em 31 de dezembro de 2020; (e) Referese a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (f) Adiantamento para futuro aumento de capital da Barcas; (g) Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital de controladas da Barcas CCR e CIBS, que foi integralizado conforme ato societário de 30 de maio de 2019; (h) Acordo de aporte com Infra SP Participações e Investimentos S.A.; (i) Em 29 de dezembro de 2018 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a redução de capital da Companhia. (j) Referese a parcela do preço, retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas; Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração.

8. Investimentos: a) *Investimento em controladas:*

				Percentual de participação	
Controladas	**Atividade principal**	**Local de constituição e operação**		**2019**	**2018**
SPCP	*Holding*	Cayman (MIC)		34,40%	34,40%
SPVias	Concessão rodoviária	Brasil (SP)		0,00%	(a)
Invaxp	Serviços	Brasil (SP)		0,00%	(a)
CCR Infra SP	*Holding*	Brasil (SP)		0,00%	(a)
Barcas	Concessão aérea	Brasil (RJ)		80,00%	80,00%
Mobilidade Barra	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (BA)		100,00%	100,00%
SPAC	*Holding*	Cayman (MIC)		75,00%	75,00%
MSVia	Concessão rodoviária	Brasil (MS)		100,00%	100,00%
CIP	Serviços	Brasil (SP)		0,00%	(c)
CCR Espanha	*Holding*	Espanha		100,00%	100,00%
Investimentos em Empreendimentos	*Holding*	Espanha		100,00%	100,00%
Alba Concessões	*Holding*	Illhas Virgens Britânicas		100,00%	100,00%
Alba Participações	*Holding*	Illhas Virgens Britânicas		100,00%	100,00%
Green Airports	*Holding*	Illhas Virgens Britânicas		99,99%	100,00%
Lam Vias	*Holding*	Brasil (SP)		99,99%	99,99%
Mobilidade	*Holding*	Brasil (SP)		99,99%	99,99%
WalSul	Concessão rodoviária	Brasil (RS)		100,00%	100,00%
IAF	*Holding*	Espanha		46,50%	0,00%
RS Holding	*Holding*	Brasil (SP)		100,00%	0,00%

Em 29 de outubro de 2018, foi transferido capital via cessão de investimentos das empresas citadas: (a) da empresa CCR Infra SP, conforme plano de reorganização societária. (b) Em 20 de dezembro de 2018 houve a redução de capital na Barcas no valor R$ 1 milhão, transferindo o capital no empresa Infra SP. (c) Redução de capital via entrega de investimento da CIP para a controladora CCR.

b) *Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido do provisão para passivo a descoberto:*

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos investidas	Investimentos (provisão para passivo a descoberto)	Resultado líquido do exercício dos investidas	Resultado de equivalência patrimonial
	2019	2019	2019	2019
Renovias	151.846	-	151.846	43.178
Renovias (Direito concessão gerado na aquisição)	-	-	-	(13.095)
Controlar	1.473	3.403	3.335	1.730
SPCP	405.375	391.241	139.520	134.656	134	(3.548)	46	(1.221)
SPVias		290.988	-	-	140.377	-	-	41.640
SPVias (Direito concessão gerado na aquisição)		-	-	-	-	-	-	(910)
Invaxp 5		839	-	-	-	(96)	-	(70)
CCR Espanha	395.195	278.825	390.683	30.468	89.148	(31.539)	86.491	(31.539)
CCR Espanha Empreendimentos	820.792	755.615	819.254	754.003	4.349	70.578	4.423	68.965
CCR Espanha Empreendimentos (Direito concessão gerado na aquisição)	-	-	42.260	44.264	-	-	(2.004)	(2.004)
Alba Concessões	126.733	280.886	126.731	280.884	1.697	8.297	1.697	8.297
Barcas	(242.548)	(163.790)	(194.033)	(131.033)	(78.750)	(75.141)	(63.000)	(60.113)
Barcas (Direito concessão gerado na aquisição)	-	-	3.403	4.479	-	-	(1.076)	(1.076)
Green Airports	160.400	143.685	160.400	143.685	10.703	9.900	10.703	9.900
Green Airports (Direito concessão gerado na aquisição)	-	-	4.978	4.754	-	-	(776)	(776)
Metrô Bahia	1.571.833	1.403.844	1.567.909	1.399.792	(6.716)	40.291	(5.589)	38.618
Alba Participações	1.303	699	1.305	700	572	(5.648)	572	(5.648)
SPAC	153.930	194.332	114.482	144.980	(40.402)	(64.270)	(30.502)	(48.583)
MSVia	902.765	931.511	901.523	930.426	(55.048)	13.903	(55.205)	13.611
CIP	-	797	-	-	-	(108)	-	(33)
NovaDutra	489.224	462.238	-	-	210.502	204.578	-	-
AutoBAn	-	474.868	-	-	-	687.523	-	-
Infra SP	-	2.350.291	-	(12)	-	358.428	12	(13)
Lam Vias	(5.112)	10	(5.113)	9	(31.122)	-	(31.119)	(1)
Mobilidade	6.931	10	6.929	9	(23.077)	-	(23.077)	(1)
WalSul	1.209.797	311.891	1.209.496	311.891	61.051	346	60.749	346
IAF	-	-	3.873	-	-	-	3.873	-
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	5.596.622	8.282.439	5.293.508	4.299.823	212.672	1.029.940	(102.814)	165.145

Em 15 de julho de 2019, foram transferidas 34.964.924 ações ordinárias da Companhia de Concessões Rodoviárias, de titularidade da CCR Participações e Investimentos, representando 5,0% do capital total e 5,0% do capital votante da Companhia, para a Quiport Holdings Venezuela S.L.(9.562.476 ações) e a Quiport Holdings Venezuela S.L.(25.402.448 ações) representando 3,6% do capital total e 3,6% do capital votante da Companhia, para a Quiport Holdings Venezuela S.L. Após a venda, a Quiport Holdings passou a deter 93%, em 22 de julho de 2019, de participação direta na Quiport. A operação gerou efeito líquido no resultado de R$ 17.183, composto por: (i) Perda de capital no montante de R$ 51.606, a qual está incluída na linha de Resultado de equivalência patrimonial sobre a Quiport Holdings e; (ii) Receita de R$ 34.423, referente a reclassificação parcial do saldo do ajuste Acumulado de conversão para Outros resultados operacionais no resultado do exercício.

c) ***Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto:***

	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Dividendos e juros Ajuste de avaliação sobre capital próprio	patrimonial	Outros (a)	Saldo final
	2019		2019			2019
SPCP	134.656	46	4.818	-	-	139.520
CCR Espanha	275.185	-	(31.539)	122.960	-	395.195
CCR Espanha Empreendimentos	754.003	4.423	30.935	-	24.139	820.792
CCR Espanha Empreendimentos (Direito concessão gerado na aquisição)	44.264	(2.004)	-	-	-	42.260
Alba Concessões	280.884	1.697	(105.224)	(51.786)	1.160	126.731
Barcas	(131.033)	(63.000)	-	-	-	(194.033)
Barcas (Direito concessão gerado na aquisição)	4.479	(1.076)	-	-	-	3.403
Green Airports	143.685	10.703	-	-	6.012	160.400
Green Airports (Direito concessão gerado na aquisição)	5.754	(776)	-	-	-	4.978
Metrô Bahia	1.399.792	(6.589)	175.000	-	(294)	1.567.909
Alba Participações	701	572	-	-	32	1.305
SPAC	144.984	(30.502)	-	-	-	114.482
MSVia	930.426	(55.205)	23.000	-	-	901.523
Infra SP	(12)	12	-	-	-	-
Lam Vias	9	(31.119)	25.997	-	-	(5.113)
Mobilidade	9	(23.077)	29.997	-	-	6.929
WalSul	311.890	60.749	876.830	(39.973)	-	1.209.496
IAF	-	3.873	167	-	167	4.172
Total	4.299.678	(182.814)	1.184.459	(91.759)	61.049	3.293.508

(a) Em 30 de abril de 2019, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da investida, a reversão total da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios. d) *Informações financeiras resumidas das controladas:*

	Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas de exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas de exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
	2019				2018			
Alba Concessões	126.733	-	-	-	1.697	280.886	-	8.297
Alba Participações	1.306	1	-	572	1.294	595	-	(5.648)
Barcas	254.251	500.791	139.720	(78.750)	266.924	430.710	125.820	(75.141)
CCR Espanha	554.694	159.499	-	(30.468)	535.381	256.756	-	89.144
CCR Espanha Empreendimentos	1.231.591	410.799	-	4.349	1.148.779	393.164	-	70.578
CIP	(b)	(b)	(b)	(b)	797	-	-	(108)
Lam Vias	5.947	11.059	-	(31.122)	10	-	-	-
Mobilidade	8.461	1.530	-	(23.077)	10	-	-	-
WalSul	1.285.370	75.573	413.945	61.051	320.786	8.895	8.246	346
Green Airports	161.375	975	-	10.703	144.626	941	-	9.900
Invaxp	(a)	(a)	(a)	(a)	874	35	-	(96)
Metrô Bahia	5.124.329	3.552.496	791.306	(6.716)	5.104.261	3.757.359	1.007.669	40.292
MSVia	2.003.958	1.101.193	317.770	(55.048)	1.932.836	1.001.325	435.025	13.903
SPAC	153.932	2	-	(40.402)	194.335	-	-	(64.270)
SPCP	417.472	12.097	-	134	403.129	11.888	-	(3.548)
SPVias	(a)	(a)	(a)	(a)	1.936.963	1.645.575	681.096	(140.377)
Renovias	(a)	(a)	(a)	(a)	266.614	133.295	652.520	155.146
Total	11.333.437	5.826.015	1.662.541	(187.070)	12.535.436	7.910.429	2.709.526	183.176

(a) Os investimentos foram transferidas na reestruturação societária de CCR Infra SP em 2018. (b) Transferido para controladora CCR. e) *Outras informações relevantes:* A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles: a) **Barcas**: i. Ação Civil Pública nº 0000838-96.2004.8.19.0001 (antigo nº 2004.001.000961-5), proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ/RJ) em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo a rescisão do contrato de concessão celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Barcas e a realização de novo procedimento licitatório. Em 15 de outubro de 2015, foi protelada sentença julgando improcedente a ação. Em 09 de maio de 2017, a Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) deu provimento ao recurso de apelação do MP/RJ para decretar a anulação do Contrato de Concessão. Barcas e o Estado do Rio de Janeiro opuseram embargos de declaração contra o acórdão da apelação, que foram providos parcialmente, em 28 de julho de 2017, para sanar a omissão e alterar a prescrição alegada pelos peticionários. Em 04 de agosto de 2017, Barcas opôs novos embargos de declaração que foram rejeitados. Em 24 de janeiro de 2018, a Barcas apresentou recursos aos tribunais superiores que aguardam juízo de admissibilidade. O recurso especial da Barcas foi admitido pelo 2º vice-presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e posteriormente em 30 de novembro de 2018, remetido para a 2ª turma do STJ, onde aguarda julgamento. ii. Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, ajuizada por Fernando Oliveira de Freitas Pereginro em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redação da base de cálculo do ICMS; c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da Concessionária e sobretudo da nova licitação; d) a declaração de nulidade da cobrança de tarifa cobrada pela ausência de troco em relação ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 14 de julho de 2015, foi protelada sentença de procedência parcial dos pedidos para (i) declarar nulos os decretos estaduais 43.441/2012 e 42.897/2012, sustados os reajustes para repressão inflacionárias verificadas entre o aumento anterior e ou era impugnada, retrondo-se à alíquota do ICMS anteriormente praticada; (ii) declarar nulos os atos de renascimento das prerrogatividades já previstas no pacto de celebração do contrato, quais sejam, manutenção de 05 anos, deferimento de passe especial, portadores de doenças crônicas que exigam tratamento continuado, sem interrupção sob risco de morte, deficientes com dificuldade de locomoção e acompanhantes, e (iii) condenar a Barcas a ressarcir aos cofres do Estado do Rio de Janeiro os valores que deixaram de ser recolhidos em razão da redução ilegal da alíquota do ICMS, bem como o montante recebido a título de custeio das gratuidades supra indicadas, que já eram previstas à época da celebração do contrato, tudo e ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Contra a sentença foram opostos embargos de declaração pela Barcas, os quais foram parcialmente acolhidos para esclarecer a sentença de reajuste do Decreto 42.897 e a consequente condenação da Barcas de ressarcir ao Estado do Rio de Janeiro os valores de ICMS relativos ao referido Decreto, por ter sido tal pleito declarado improcedente. Ao mesmo tempo, foram rejeitados os embargos de declaração, opostos pelo Estado do Rio de Janeiro,

continuação

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza material em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantida em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressarmos opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes — **Wagner Bottino**
CRC 2SP014428/O-5 — Contador CRC 1SP196907/O-7

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 02.882.630/0001-65 - NIRE 35.300.347.140
Aviso aos Acionistas - Disponibilização dos documentos para Assembleia Geral Ordinária - Artigo 133 da Lei nº 6.404/76

São Paulo, 28 de março de 2020 - A Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. (B3: MTRE3 - "Companhia") comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, a partir de 30 de março de 2020 (inclusive), os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, bem como aqueles previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 481/2009 estarão disponíveis na sede da Companhia, na forma da legislação aplicável, para consulta na sede da Companhia e, eletronicamente, no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br).
São Paulo, 28 de março de 2020.

Rodrigo Coelho Cagli
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

EDITALDE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1066653-68.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláudia Longo Blanco Pimenta Bueno. Faz saber a(o) **FAZ. SABER** a(o) JOZELAR THUMS, Brasileiro, Administrador de Empresas, Gerente, RG 33.606.083-X, CPF 525.838.649-04, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda. S/C SINEC, objetivando a cobrança de R$ 40.216,66 (junho/2017), oriundo do inadimplemento dos serviços educacionais prestados nos anos letivos de 2013 e 2014. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (inserto de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial em questão, nos termos do artigo 701 do CPC. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de março de 2020. 31.03 e 01.04

VEREDA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35300501322
AVISO AOS ACIONISTAS

Vereda Educação S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.193.756/0001-98 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas que os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30.04.2020, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10.989, Conjuntos 81, 82 e 83, Vila Olímpia, CEP 04578-000. Ed. Corporate Wilson Mendes Caldeira. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.
São Paulo, 28 de março de 2020. **Arthur Prandato Baututo** - Diretor Presidente.

NESLIP S.A. - C.N.P.J./M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785

Edital de Convocação para AGO e Comunicado aos Acionistas

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **NESLIP S.A.** para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 28/04/2020, às 10:00 horas, via conferência de vídeo e telefone, cujos dados serão compartilhados oportunamente – diante o cenário de pandemia mundial – para apreciação de deliberação sobre: (I) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31.12.2019; (ii) a destinação do lucro do referido exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) demais assuntos de interesse geral. Os administradores esclarecem que os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6404/76 já se encontram à disposição dos Acionistas. Os Acionistas poderão obter cópias de seus documentos na sede da NESLIP S.A. Fica esclarecido, ainda, que a Assembleia Geral Ordinária em questão não será realizada na sede da NESLIP S.A. devido à limitação de espaço em tal local e excepcionalmente será realizada via digital em razão da pandemia do COVID-19. São Paulo, 25 de março de 2020. **Luiz Otávio Possas Gonçalves** - Presidente do Conselho. **(28/03, 31/03 e 01/04/2020)**

MZF Incorporações Ltda.

C.N.P.J. (M.F.) nº 08.208.944/0001-35 - NIRE 35.218.219.937
Convocação - Reunião Extraordinária de Sócios

A sócia, Machina Participações Ltda, nos termos do Contrato Social e do artigo 1.072 do Código Civil, convoca todos os sócios a se reunirem em Reunião Extraordinária de Sócios, a se realizar na sede da empresa situada na Avenida Paulista nº 575, sala 1 Bela Vista – Cidade de São Paulo/SP, Brasil, com primeira convocação às 10h00min e segunda às 10h30min, do dia 09 de Abril de 2020, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: **(i)** saída de sócia com ingresso de novos sócios; **(ii)** destituição de administrador nomeado e renovação de novo administrador. **(28, 31/03/2020 e 01/04/2020)**

Baumer S/A

Companhia Aberta
CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213
Aviso aos acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Mogi Mirim/SP, 25/03/2020.

Hewlett-Packard Brasil Ltda.

CNPJ/NIRE 61.797.924/0001-57 - NIRE 35.221.868.159
Estatuto da Companhia Nacional de Seguros Gerais - Extinção

Hewlett-Packard Brasil Holdings, LLC, sociedade com sede na 1209 Orange Street, Corporate Trust Center, Wilmington, **EUA**, inscrita no CNPJ/ME nº 11.170.427/0001-62, e Company Corporation (Delaware), LLC, sociedade com sede em 1209 Orange Street, Corporate Trust Center, Wilmington, **EUA**, inscrita no CNPJ/ME nº 10.435.298/0001-16, ambas representadas por Sr. Marcos da Silva Gaspar, únicas sócias da Hewlett-Packard Brasil Ltda. ("Sociedade"), decidem **(i)** aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Copy Copy Comprometidos do Brasil Ltda., com sede em General João Manoel, nº 200, Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90.010-030, inscrita no CNPJ/ME nº 04.204.360/0001-06 ("Copy"), pela Sociedade; **(ii)** ratificar a nomeação da empresa especializada Ernst & Young Auditores Independentes S.S., com sede em Rua Castilho, nº 185 - 4º andar, cento 42, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/ME nº 18.594.945/0001-83, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP-031.269/O-1, para a elaboração do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Copy; **(iii)** aprovar o referido Laudo de Avaliação que foi elaborado com base no valor contábil patrimonial da Copy de 31.01.2020; e **(iv)** aprovar a incorporação da Copy pela Sociedade, sendo que, como a Sociedade detém 100% do capital social da Copy, o capital Social da Sociedade foi aumentado por 10 quotas detidas pela Sociedade no capital da Copy foram canceladas. Ademais, a sede da Copy foi fechada. A Sociedade passa a ser a sucessora universal da Copy. A Sociedade sucederá a Copy em todos os direitos e obrigações, inclusive obrigações de caráter ativo e passivo, e obrigações de caráter ativo e passivo, e obrigações de caráter ativo e passivo, e

‘Não há motivo para temor’, diz Moro sobre coronavírus em prisões

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, afirmou na terça-feira (31) que não há nenhum registro ou suspeita de infecção pelo novo coronavírus em presídios do país e que as medidas adotadas pelo governo federal e pelos governos estaduais devem minimizar a disseminação da doença nas unidades prisionais.

“Não existe nenhum motivo para um temor infundado em relação ao sistema penitenciário. Não existe nenhum caso confirmado de infectado. Recebi a notícia de um preso, em Bagé (RS), que teria supostamente testado positivo. Se esse fato se confirmar, era um preso que estava em prisão domiciliar e teria sido infectado após ser hospitalizado, ou seja, não aconteceu dentro do ambiente do cárcere. O que temos visto no mundo inteiro é que o número de infectados dentro do sistema prisional é muito pequeno”, afirmou em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto.

Foto/Marcello Casal Jr/ABR

De acordo com o ministro, na China foi registrada a contaminação de 800 detentos, em uma população carcerária de 1,7 milhão, o que representa 0,047% do total. Em Itália, país que já registrou cerca de 10 mil óbitos da doença, o número de presos infectados também é pequeno, apenas 10 em uma população carcerária de 60 mil pessoas.

“Há um ambiente de relativa segurança para o sistema prisional em relação ao coronavírus pela própria condição do preso de estar isolado da sociedade”, acrescentou Moro. Segundo ele, em 26 estados as visitas semanais em presídios foram suspensas, incluindo também todas as cinco penitenciárias federais. Apenas uma unidade da federação ainda mantém visitas, mas com restrições. Segundo o Ministério da Justiça, a população carcerária do Brasil é 752 mil detentos em 1.412 unidades prisionais. Outros 15 mil estão presos em delegacias. O sistema também conta com 7.344 profissionais de saúde e 83 mil servidores prisionais.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, informou, durante a coletiva, que caminhoneiros e população carcerária, além de servidores prisionais, serão parte do público-alvo na próxima etapa da campanha nacional de vacinação contra a gripe, que começa no dia 16 de abril.

Soltura de presos

Sergio Moro também opinou sobre a soltura de presos em meio à pandemia da covid-19. Para ele, é preciso uma análise caso a caso e os juízes não devem liberar detentos envolvidos com facções criminosas.

“Não existe nenhum óbice da parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que solturas pontuais sejam adotadas, relacionadas principalmente a presos que estavam e regime de semi-liberdade, desde que não ofereçam riscos maiores à segurança e, eventualmente, a grupos de risco. O que tem que se tomar um certo cuidado é a soltura de presos que possam oferecer riscos à população, como, por exemplo, membros do crime organizado e, infelizmente, temos visto algumas notícias nesse sentido”, afirmou o ministro. No final da entrevista, ele citou o caso de um detento, em São Leopoldo (RS), que após ter recebido direito de prisão domiciliar, em caráter humanitário, na semana passada, foi preso novamente por porte de ao menos 6 fuzis, 124 quilos de cocaína e 12 quilos de crack.

Uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomenda que juízes adotem medidas para transferir detentos do regime semi-aberto ou fechado para o regime domiciliar, principalmente gestantes, lactantes, idosos, presos que integrem grupos de risco para o novo coronavírus e presos provisórios encarcerados há mais de 90 dias. A mesma orientação foi dada a juízes que atuam no cumprimento de medidas socioeducativas com crianças e adolescentes.

Higienização e saúde

O ministro da Justiça e Segurança Pública disse ainda que a pasta abriu uma licitação pública, no valor de R$ 49 milhões, para a aquisição de equipamentos de proteção individual destinados aos trabalhadores do sistema prisional em todo o país. Sergio Moro também afirmou que foi autorizado uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), já distribuído aos estados, para aplicação específica em medidas de combate à covid-19.

“Esses recursos foram transferidos no final do ano passado, com uma vinculação específica. Nós flexibilizamos a utilização para que eles fossem utilizados no combate no coronavírus, no âmbito dos presídios, o que significa a intensificação de medidas de higienização e atendimento a saúde”, explicou. (Agencia Brasil)

Liberação de renda básica depende de trâmites jurídicos e de PEC

A regulamentação da renda básica emergencial de R$ 600 por mês a trabalhadores informais e a beneficiários do Bolsa Família está pronta, mas a publicação depende de trâmites jurídicos e da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), disse na terça-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, ele afirmou que ainda existem entraves para que o governo encontre as fontes de recursos para garantir o pagamento da ajuda.

Segundo Guedes, os técnicos do Ministério da Economia concluíram a regulamentação da lei aprovada na segunda-feira (30) pelo Senado, que deve sair a qualquer momento. No entanto, a liberação efetiva do benefício ainda dependerá de decisões da Justiça e do Congresso. “A regulamentação está aí. Pode ser solta a qualquer momento. Isso depende de trâmites jurídicos e legislativos”, declarou o ministro.

Guedes conclamou o Congresso a aprovar uma PEC para liberar as fontes de recursos e disse que a criação de um programa de transferência de renda é complicada e que não cabe buscar protagonistas. “Estamos com um problema técnico, que se chama falta de fontes. O presidente da Câmara Rodrigo Maia pode nos ajudar muito, se encaminhar e aprovar em 24 horas uma PEC emergencial que regularize isso, o dinheiro sai em 24 horas, por exemplo. Pode sair rapidíssimo.”

O ministro assegurou que o governo quer pagar a renda básica ao número máximo possível de brasileiros, inclusive beneficiários. “Há uma falta de percepção sobre o que é criar um programa novo”, ressaltou.

De acordo com Guedes, o primeiro passo foi dado com a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de flexibilizar exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para adoção de medidas de enfrentamento à pandemia provocada pelo novo coronavírus.

Apesar do aval do STF, Guedes destacou que o Congresso terá de aprovar uma PEC para permitir o remanejamento de recursos para aumentar os gastos do governo. “Temos a licença do ministro, o pedido para Alexandre de Moraes para podermos avançar nos gastos. Ao mesmo tempo, temos um problema técnico de liberação de fontes. Agora estamos discutindo a velocidade com que se pode aprovar uma PEC para dar origem e fontes a essas despesas. Mas de qualquer forma, do nosso ponto de vista, tudo está pronto e aprovado na economia. Agora é o trâmite jurídico e político.”

O ministro declarou que pretende soltar, em breve, uma medida provisória que libera mais R$ 50 bilhões de recursos para o combate à crise do coronavírus. Ele, no entanto, não deu detalhes nem informou se a medida trata da suspensão dos contratos de trabalho com a complementação de parte do salário por parte do governo. Ele disse que a publicação dessa medida também está atrelada a decisões da Justiça e do Congresso.

Arrecadação

Embora a Receita Federal ainda não tenha divulgado a arrecadação em fevereiro, o ministro adiantou que o governo tinha obtido, no mês passado, a segunda maior arrecadação da história. “Em janeiro tivemos a maior arrecadação da história no Brasil. Tivemos a segunda maior arrecadação da história em fevereiro, porque no ano anterior tínhamos vendido algumas estatais que aumentaram o pagamento de impostos”, disse.

De acordo com Guedes, dados da Receita Federal mostravam que, até a metade do mês, a receita do governo crescia 20% acima do previsto. Segundo ele, o país estava no rumo certo antes do agravamento da crise provocada pela pandemia. “Até 15 de março deste ano, com receitas crescendo 20% acima do previsto. A economia brasileira realmente estava decolando”, disse.

Balanço

O ministro fez um balanço das medidas tomadas até agora pela equipe econômica. Segundo Guedes, o governo gastou, até agora, 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) em antecipações de benefícios, liberação de créditos, adiamento de tributos e novos gastos efetivos. Guedes estimou que a conta ficaria em torno de R$ 700 bilhões.

“A ideia de fazer a defesa da saúde do brasileiro nos levou a ampliar esses recursos. Totalizando as medidas creditícias e de diferimento de impostos, são R$ 240 bilhões do Banco Central [liberação de compulsórios], mais R$ 150 bilhões da Caixa Econômica e do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] e mais R$ 150 bilhões de diferimentos [adiamentos] de impostos e antecipação de benefícios [décimo terceiro de aposentados e pensionistas] e inclusão [de 1,2 milhão de famílias] no Bolsa Família”, enumerou.

Guedes citou ainda a ajuda de R$ 88 bilhões a estados e a municípios e mais R$ 50 bilhões da nova medida provisória ainda não editada. A conta total do ministro soma R$ 678 bilhões. Ele não detalhou os R$ 22 bilhões restantes. (Agencia Brasil)

SP têm mais de 600 profissionais de saúde afastados devido ao covid-19

Os sistemas de saúde público e particular do estado de São Paulo tiveram de afastar, desde fevereiro, mais de 600 profissionais devido à suspeita ou a confirmação da infecção por coronavírus nos funcionários.

O número de trabalhadores da área da saúde que precisarão ser removidos deve aumentar nos próximos dias. A Justiça paulista autorizou que funcionários do setor, que se enquadrem no quadro de risco para coronavírus, fiquem afastados dos hospitais.

Segundo levantamento do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep), ao menos 190 funcionários do sistema público municipal de São Paulo foram afastados, desde o último dia 15, em razão da suspeita de coronavírus. O Hospital Municipal Doutor Carmino Caricchio, no Tatuapé, na zona Leste, é o destaque, com 45 afastamentos.

Na rede privada, dois dos mais importantes hospitais do estado removeram, desde fevereiro, mais de 450 profissionais diagnosticados com o coronavírus. O Hospital Sírio-Libanês afastou 104 funcionários. Já o Hospital Albert Einstein teve de remover 348 dos 15 mil colaboradores (2%), diagnosticados com a doença.

Sem estimativa

No sistema público estadual ainda não há informações sobre a quantidade de profissionais afastados do trabalho em razão da contaminação de coronavírus. No entanto, decisão liminar do juiz do Trabalho Moisés Bernardo da Silva, da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo, determinou a liberação dos profissionais que se enquadrem no grupo de risco para o coronavírus.

A decisão beneficia os profissionais do Hospital das Clínicas de São Paulo (HC-SP), do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (Iamspe) e os trabalhadores contratados via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que atuam na administração direta.

“Liberem imediatamente das atividades presenciais os empregados substituídos processualmente que estejam enquadrados no grupo de risco, assim compreendidos os idosos com 60 anos ou mais, as gestantes, os portadores de doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão, doenças renais, ou de quaisquer outras afecções que deprimam o sistema imunológico, assegurando-lhes todos os direitos e benefícios do contrato de trabalho”, diz texto da decisão.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (SindSaúde-SP), que ingressou com a ação, já há falta de profissionais na saúde, além do envelhecimento dos que estão na ativa. De acordo com a entidade, quase 60% dos trabalhadores da saúde no estado estão acima de 50 anos; destes, mais de 15% tem mais de 60 anos.

“As trabalhadoras e os trabalhadores da saúde pública, que compõem o grupo de risco, não podem pagar com suas vidas pelos erros recorrentes do governo do estado que não realizou os concursos necessários e, agora, vive o reflexo da falta de pessoas”, destaca a presidente do SindSaúde-SP, Cleonice Ribeiro.

Governo de São Paulo

Em nota, o governo de São Paulo disse que prepara defesa e vai recorrer da decisão imediatamente, assim que seja notificado. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo informou que o afastamento de todos os funcionários do grupo de risco poderá inviabilizar a operação para transformar o instituto central em uma ala exclusiva, com 900 leitos, dos quais 200 UTIs, para tratamento de pacientes com covid-19.

“É preocupante que a Justiça interfira no funcionamento dos hospitais públicos, especialmente em época de pandemia, uma vez que o afastamento de profissionais sem o devido critério preconizado pelas autoridades sanitárias pode comprometer a assistência prestada à população”, disse, em nota, a Secretaria de Estado da Saúde.

Segundo o órgão, todos os funcionários do grupo de risco já foram realocados para “locais de baixo risco, como setores administrativos”. A secretaria informou ainda que todos os trabalhadores estão recebendo atendimento e, aqueles que apresentam sintomas, estão sendo submetidos ao teste para coronavírus. “Aqueles que têm o exame positivo estão isolados e recebendo tratamento de acordo com protocolo”. (Agencia Brasil)

Perdas de aéreas no segundo trimestre passarão de R$ 202 bi, diz Iata

A queda do número de passageiros e as restrições que os governos impuseram ao transporte aéreo para tentar retardar a disseminação do novo coronavírus (covid-19) causarão um prejuízo líquido de cerca de US$ 39 bilhões às empresas do setor no mundo, apenas entre abril e junho deste ano.

A estimativa é da Associação Internacional de Transporte Aéreo (da sigla em inglês, Iata) e foi divulgada na terça-feira (31). Com o dólar negociado a R$ 5,19, o prejuízo global do setor pode superar, em reais, os R$ 202 bi. A título de comparação, o valor representa quase um terço dos R$ 700 bi que o governo federal planeja injetar na economia brasileira com as ações já anunciadas para tentar reduzir os danos provocados pelo coronavírus.

Segundo o diretor-geral da Iata, Alexandre de Juniac, a dimensão da crise está além de tudo o que o setor já havia experimentado antes. “Estamos trabalhando em um cenário de severas restrições de viagem, com [a perspectiva de] duração de três meses. [Ao longo do ano] Isso reduzirá as receitas da indústria em US$ 252 bi [ou mais de R$ 1,3 trilhões] em comparação a 2019”, disse Juniac, durante uma teleconferência que reuniu executivos do setor.

Uso de caixa

Ainda segundo o diretor-geral da entidade que representa as empresas aéreas em nível global, as companhias do setor vão ter que “torrar” US$ 61 bi (R$ 316 bilhões) de suas reservas de caixa para fazer frente a suas obrigações durante o segundo trimestre do ano. “É uma queda vertiginosa nos saldos de caixa”, acrescentou Juniac, enfatizando que as companhias enfrentam dificuldades cada vez maiores para se manter. “Quando 70% da sua empresa desaparece da noite para o dia, não há redução de custos que possa preencher adequadamente estas lacunas.”

Juniac afirma que a situação só não é pior porque o transporte de carga não foi integralmente afetado, embora esteja operando em níveis reduzidos. “A única parte da indústria que continua a operar é o setor de cargas, que está lutando para atender à demanda [porque] as operações de passageiros foram reduzidas tão drasticamente que simplesmente não há capacidade no sistema para atender até os níveis reduzidos de carga aérea – o que inclui remessas médicas vitais das quais a vida das pessoas depende.”

Após traçar o diagnóstico e as perspectivas negativas do setor, o executivo pediu que os governos adotem medidas para ajudar o setor. “Quando a crise da saúde pública atingir um nível em que seja seguro retomarmos a economia, as companhias aéreas deverão estar prontas para voar. A recuperação [das atividades produtivas] será mais lenta e muito mais dolorosa se as empresas aéreas não puderem apoiar o comércio e o turismo” disse Juniac, elogiando a iniciativa de países que já anunciaram ajuda financeira ou a flexibilização das regras de proteção aos consumidores.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as empresas norte-americanas e o governo negociam um pacote de benefícios que pode chegar a US$ 50 bi (R$ cerca de R$ 259 bilhões). Segundo a Iata, Colômbia, Cingapura, Austrália, China, Noruega e Nova Zelândia também adotaram medidas para socorrer suas companhias. E para Juniac, Canadá, Colômbia e Holanda adotaram medida exemplar ao permitir que, em vez de serem obrigadas a ressarcir os clientes que não puderem usar os bilhetes aéreos comprados antes do início da crise ou mesmo aqueles cujos voos forem cancelados, as aéreas possam emitir vouchers que as pessoas usariam como créditos após o fim da crise.

“Isso permitirá que as companhias preservem o dinheiro necessário para manterem as operações de carga e preservarem a capacidade de estar totalmente operacional quando puderem retomar suas operações com segurança”, defendeu Juniac, argumentando que grande parte dos voos programados foram cancelados devido às restrições impostas pelos governos de diversos países.

Segundo o diretor-geral da Iata, estima-se que, somadas, as empresas aéreas já devem cerca de US$ 35 bi (R$ 181 bi) a clientes que fazem jus ao ressarcimento de despesas. (Agencia Brasil)

contato@jornalodiasp.com.br
3258-1822
www.jornalodiasp.com.br